



2019 | VOLUME 03 | NÚMERO 02

REVISTA SILVA



CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL

EDITORIAL

O Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, com a proposta de divulgação do conhecimento produzido no âmbito do seu Programa de Pós-Graduação, lança o segundo volume da Revista Silva deste ano de 2019. Os artigos enquadrados na área das humanidades permitem a difusão do conhecimento, além de criar a oportunidade do Exército Brasileiro estreitar os laços com a comunidade científica.

Apresentamos aos leitores dez artigos, passando pelas áreas da Educação, da Sociologia, da História, da Comunicação Social, da Biblioteconomia e das Ciências Militares, dentre outros, todos no grande universo das humanidades.

Colocando em evidência a contribuição científica dos alunos do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, iniciaremos a revista com artigos produzidos por discentes do Mestrado em Humanidades em Ciências Militares e alunos do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Comunicação Social.

Lucas Rodrigues Camposo, Anderson Gomes de Jesus e Breno Archanjo Venturim Silveira discorrem no campo das Ciências Militares e da Educação Física sobre As Missões Constitucionais do Exército Brasileiro e as Artes Marciais: a importância do combate corpo a corpo como uso moderado da força nas atividades operacionais; Márcio Vieira Xavier, apresenta em seu artigo a construção da identidade do aluno do colégio militar, discorrendo sobre o caminho entre representação social e identidade; no contexto da Comunicação Social projetam-se os artigos: As Redes Sociais da Polícia Militar do Estado de Rondônia: um estudo de caso sobre a desconcentração da divulgação institucional pelo Facebook, de Alex Carvalho de Miranda, Diretor de Comunicação Social da Polícia Militar do Estado de Rondônia e Vídeos institucionais: a necessidade de elaboração de uma diretriz de produção no âmbito das Forças Armadas, de Nelson Roberto Bianco Júnior; salientando a produção de pesquisadores convidados, apresentamos os artigos Os Espaços culturais e a memórias nos quartéis do Exército Brasileiro, de Angelita Ferrari, doutoranda em Antropologia, e Marcos Antonio Costa, doutorando em Ciência Política, ambos pela Universidade Federal de Pernambuco; o artigo da mestre e doutoranda em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, Bruna Melro Franco, aborda a Educação e trata sobre as questões raciais e de gênero no ambiente escolar; Aimeé Menezes Santos, especialista em Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento pela Universidade Estácio de Sá, apresenta o artigo O papel das bibliotecas nas empresas no processo de educação corporativa, profissional e continuada, contribuindo para os debates

na área de Biblioteconomia; tratando sobre a Educação Militar, Fabio da Silva Pereira, doutorando em História pela Universidade Salgado de Oliveira, apresenta o artigo Uma Abordagem do Ethos Militar: as diferentes visões sobre os valores castrenses; Sindely Chahim de Avellar Alchorne, doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Sabrina Celestino, doutora em Serviço Social pela PUC-RJ, e Liliane Freichos Godoy Soares, mestranda em Serviço Social pela PUC-RJ, abordam o tema Forças Armadas e Serviço Militar Obrigatório: considerações sobre a gestão de uma política pública para a juventude no Brasil; por fim, fazendo uma análise histórica sobre as políticas de desenvolvimento de Ciência e Tecnologia no Brasil, Ana Carolina de Souza de Souza Pereira, mestre em Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica, Daniel da Silva Vargas, mestrando em Gestão de Documentos e Arquivos, Yohann Beer Furtado, especialista em Administração Pública e Drielle Cristina da Cruz Souza Afonso, especialista em Gestão de Projetos, trazem à tona o artigo intitulado Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia no Brasil: a importância do Governo Militar.

Esperamos que os artigos trazidos nesta edição sejam de grande proveito para você, nosso leitor, e que os temas tratados possam contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e crescimento profissional.

Boa leitura!

Equipe Editorial Revista Silva

EXPEDIENTE

Comandante e Diretor de Ensino

Coronel Marcos Antônio Martins da Silva

Subcomandante e Subdiretor de Ensino

Coronel Maurício da Silva Gomes

Chefe da Divisão de Ensino e Estudos Estratégicos

Coronel Álvaro Yabeta de Moraes

Editor Científico

Édison Gastaldo

Editores Científicos Associados

Ana Paula de Moraes Teixeira; Fábio Facchinetti Freire
Karenine Miracelly Rocha da Cunha; Sabrina Celestino

Conselho Científico Nacional

Gen Ex Alberto Mendes Cardoso; Gen Ex Gleuber Vieira
Adriana Braga; Celso Castro; Cleomar Rocha; Eduardo Raposo
Eliézer Rizzo de Oliveira; Eurico de Lima Figueiredo
João Roberto Martins Filho; Luís Alexandre Fuccille
Samuel Alves Soares; Vagner Camilo Alves

Conselho Internacional

Adriano Duarte Rodrigues; David Pion-Berlin
José Samuel Martínez López; Rod Watson

Equipe Editorial

Ana Carolina de Souza Pereira; Drielle Cristina da Cruz Souza Afonso;
Gabriela Rocha Bernardes; Máσιο Misson Penoni; Yohann Beer Furtado

Assistentes Editoriais

Mariany Nunes Aguilhar Scamilha - Revisão de linguagem
Rebeca Santos Teixeira - Design gráfico e diagramação

CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL E FORTE DUQUE DE CAXIAS

O Forte do Vigia foi construído pelo Vice Rei Marques do Lavradio, entre 1776 e 1779, a fim de vigiar a aproximação de navios inimigos do Litoral do Rio de Janeiro. Por estar instalado no morro do Leme, proporcionava visão privilegiada de toda a entrada da Baía de Guanabara, das ilhas oceânicas e das praias de Copacabana e de Niterói.

Em 1935, o Decreto nº 305, de 22 de agosto, dá a denominação de Duque de Caxias ao Forte do Vigia, em homenagem ao patrono do Exército Brasileiro.

No dia 24 de Abril de 1965, o Forte Duque de Caxias (FDC) foi desativado como unidade de artilharia da costa e passou sediar o Centro de Estudos de Pessoal (CEP), estabelecimento de Ensino do Exército Brasileiro criado para a formação e desenvolvimento de recursos humanos, atuando nas áreas de educação, psicologia e comunicação social.

Os cursos no CEP tiveram início um ano após a criação da Organização Militar. Além dos cursos inéditos de especialização, incorporou os de classificação de pessoal e técnica de ensino e de línguas estrangeiras, que já existiam na Força Terrestre há pelo menos 10 anos e funcionavam no Palácio Duque de Caxias.

Em 1966, foram estruturados 12 cursos: Ajudância, Psicotécnica Militar, Psicologia Militar, Administração de Pessoal, Preparação Pedagógica, Técnica de Ensino, Administração Escolar, Técnica de Administração, Opinião Pública e Relações Públicas, Operações Psicológicas, Idiomas Estrangeiros e Informações Militares.

“O Exército Brasileiro (EB), identificando-se com a conjuntura nacional, criou o Centro de Estudos de Pessoal (CEP), visando a desenvolver um esforço no sentido de melhor compreender, conhecer, estudar, treinar, preparar, orientar e ajustar a sua principal arma: o Homem”. Com essas palavras, em 1966, o Coronel Rosalvo Eduardo Jansen saudou a primeira turma de alunos formados pelo CEP.

No final da década de 1980, o CEP/FDC também assumiu a vanguarda na Educação a Distância (EaD), oferecendo cursos de curta duração muito antes do advento da internet.

Mediante ao breve histórico e evolução apresentados do CEP/FDC é possível constatar que a Educação e a pesquisa são os principais objetivos desta organização. Desse modo, pode-se atentar que a Revista Silva como um dos produtos oriundos da pesquisa científica do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), possibilita informação e acesso ao conhecimento formalizado e legitimado pelos pares.

SUMÁRIO

08

AS MISSÕES CONSTITUCIONAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO E AS ARTES MARCIAIS: A IMPORTÂNCIA DO COMBATE CORPO A CORPO COMO USO MODERADO DA FORÇA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.

*Lucas Rodrigues Camposo
Anderson Gomes de Jesus
Breno Archanjo Venturim Silveira*

22

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ALUNO DO COLÉGIO MILITAR.

Márcio Vieira Xavier

32

AS REDES SOCIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A DESCONCENTRAÇÃO DA DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL PELO FACEBOOK.

Alex Carvalho de Miranda

51

VÍDEOS INSTITUCIONAIS: A NECESSIDADE DE ELABORAÇÃO DE UMA DIRETRIZ DE PRODUÇÃO NO ÂMBITO DAS FORÇAS ARMADAS.

Nelson Roberto Bianco Júnior

72

OS ESPAÇOS CULTURAIS E A MEMÓRIAS NOS QUARTÉIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO DE , DOUTORANDO EM CIÊNCIA POLÍTICA, AMBOS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.

*Angelita Ferrari
Marcos Antonio Costa*

EDUCAÇÃO E TRATA SOBRE AS QUESTÕES RACIAIS E DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR.

Bruna Melro Franco

94

O PAPEL DAS BIBLIOTECAS NAS EMPRESAS NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA, PROFISSIONAL E CONTINUADA.

Aimeé Menezes Santos

107

UMA ABORDAGEM DO ETHOS MILITAR: AS DIFERENTES VISÕES SOBRE OS VALORES CASTRENSES.

Fabio da Silva Pereira

126

FORÇAS ARMADAS E SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO.

Sindely Chahim de Avellar Alchorne

Sabrina Celestino

Liliane Freichos Godoy Soares

142

DESENVOLVIMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DO GOVERNO MILITAR.

Ana Carolina de Souza de Souza Pereira

Daniel da Silva Vargas

Yohann Beer Furtado

Drielle Cristina da Cruz Souza Afonso

165

AS MISSÕES CONSTITUCIONAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO E AS ARTES MARCIAIS: A IMPORTÂNCIA DO COMBATE CORPO A CORPO COMO USO MODERADO DA FORÇA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

LUCAS RODRIGUES CAMPOSO¹
ANDERSON GOMES DE JESUS²
BRENO ARCHANJO VENTURIM SILVEIRA³

RESUMO

O conflito moderno se desenvolve em um cenário cada vez mais complexo, com os avanços tecnológicos e a evolução da arte da Guerra, em que se busca incessantemente a diminuição de efeitos colaterais nas diversas atividades operacionais. Atualmente, o Exército Brasileiro (EB) visa continuamente manter o nível de preparação física, intelectual e moral dos militares a fim de bem cumprir todas suas missões constitucionais. Este artigo visa identificar a instrução militar de Combate Corpo a Corpo (CCC) como condicionante para diminuição do uso da força em operações militares. Realizou-se uma pesquisa exploratória e foram adotados os seguintes procedimentos: revisão da literatura básica e coleta de dados, por intermédio da aplicação de questionário e entrevistas a oficiais e praças instrutores/ monitores de combate corpo a corpo da Academia Militar das Agulhas Negras. Dessa forma, tanto a literatura quanto o ponto de vista dos entrevistados demonstram que o EB ainda é incipiente na aplicação e prática do CCC durante a formação de militares, porém afirmou-se que esta instrução militar possibilita conhecimentos ímpares que diminuem de forma significativa os efeitos colaterais das operações militares.

PalavrasChaves: Combate. Lutas. Instrução. Militar. Defesa. Artes Marciais. Combate corpo a corpo.

ABSTRACT

The modern conflict develops in an increasingly complex scenario, with technological advances

1. Mestrando em Humanidades em Ciências Militares pelo programa de Pós-Graduação do Centro de Estudo de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC). Atualmente é Instrutor de Lutas e coordenador do Treinamento Físico Militar do 4º ano da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). E-mail: lucascamposo21@gmail.com
2. Oficial da Seção de Pesquisas Acadêmica e Doutrina da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
3. Cadete do Exército Brasileiro da Turma de 2019 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

and the evolution of the art of war, in which the incessant reduction of side effects in the various operational activities is incessantly sought. Nowadays, the Brazilian Army (BA) continually seeks to maintain the military's physical, intellectual and moral readiness to fulfill its constitutional missions. This article aims to identify military instruction in melee combat as a condition for reducing the use of force in military operations. An exploratory research was carried out and the following procedures were adopted: basic literature review and data collection, through the application of a questionnaire and interviews with military instructors / monitors of melee combat at the Academia Militar das Agulhas Negras. Thus, both the literature and the point of view of the interviewees demonstrate that Brazilian Army is still incipient in the application and practice of Melee Combat during military training, but it was stated that this military instruction enables unmatched knowledge that significantly diminishes the effects of military operations.

Keywords: Combat. Fights. Instruction. Military. Defense. Martial arts. Melee combat.

INTRODUÇÃO

As missões constitucionais do Exército Brasileiro (EB) são norteadas pelo artigo 142 da Constituição de 1988. Suas principais missões são: a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 2014). Dentro deste contexto, a instituição exerce diversas missões de defesa das fronteiras, de pacificação e de manutenção da segurança em solo brasileiro e estrangeiro, onde a garantia da lei e da ordem (GLO) com suas diversas missões secundárias (Controle de Distúrbio, Reintegração de Posse, Posto de Segurança Estático, Operações de Busca e Apreensão) é uma das operações mais realizadas atualmente.

Esta atuação deve ser realizada visando o mínimo efeito colateral à população, mínimo de baixas nas tropas e máxima eficácia na conquista do objetivo proposto. Porém, como é exposto por Schwarcz (2019), uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018, encontrou que 62% dos moradores de cidades com mais de 100 mil habitantes têm medo de serem agredidos pela polícia durante atividades operacionais desta corporação. Isto, pode ser colocado como um paralelo às atividades militares do Exército Brasileiro. Pois como abordado por Bobbio (2000) somente a violência física é que diferencia a guerra, em

suas diversas ramificações e intensidades, de outras formas de exercício do poder do homem sobre o homem.

Desta forma, cresce de importância a correta atuação da tropa perante os habitantes locais e, assim, de estudos e pesquisas sobre as instruções de combate corpo a corpo, que possibilitam o treinamento de técnicas de imobilização, torções e agarramentos eficazes e necessárias para a diminuição da agressão física de golpes traumáticos e da violência oriunda da dissuasão de armas brancas e de fogo. Além disso, para Rodrigues (2017) é essencial a produção de pesquisas com documentos de atividades e arquivos militares sobre assuntos como guerra, defesa e soberania e De Carvalho (2005) diz que é percebido uma omissão sistêmica, política e acadêmica, em relação aos problemas operacionais, tático e estratégicos das Forças Armadas no Brasil.

A preparação técnica, tática e física do militar visando atuação dos militares com suas respectivas ferramentas de trabalho nas missões realizadas pela Força Terrestre ocorre durante todo o ano de instrução. A preparação técnica e tática é norteada pelos programas padrões do Comando de Operações Terrestres (COTer), enquanto a preparação física dos militares é norteada pelo manual de campanha EB20-MC-10.350, o Treinamento Físico Militar.

O presente artigo abordará sobre um tema pouco estudado na preparação técnica dos militares brasileiros, o treinamento do combate corpo a corpo (CCC) visando o uso moderado da força em operações militares. Dentro da doutrina do Exército Brasileiro, através do Sistema de Capacitação Física do Exército (SiCaFEx) - 2014 (BRASIL, 2017) e orientado pelo Caderno de Instrução de Combate Corpo a Corpo- EB70-CI-11.414, este tema está inserido somente na área de Instrução Militar. Porém, por muito tempo permaneceu na área de preparação física do combatente terrestre do Brasil.

Diante disso, o presente trabalho visa mostrar a relevância do CCC como uso moderado da força nas operações militares, valorizando a importância do domínio desta ferramenta pelos combatentes do EB nos cenários atuais de combate urbano.

1 MATERIAIS E MÉTODO

A investigação do assunto foi realizada de forma exploratória e, para assentar as ideias expostas, foram adotados os seguintes procedimentos: revisão da literatura básica, por meio de consultas a livros, manuais e artigos; coleta de dados, por intermédio da aplicação de entrevistas com os seguintes oficiais e praças, instrutores e monitores respectivamente de Combate Corpo

a Corpo da Academia Militar das Agulhas Negras: Coronel Pedro Aurélio De Pessôa, Tenente Coronel Armando Lacerda Dos Santos, Subtenente João Batista De Andrade Neto, 2ºSargento Orgélio André Correia.

2. O COMBATE CORPO A CORPO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O ser humano desde os primórdios usa seu corpo como uma ferramenta defensiva e ofensiva, classificando indiretamente o corpo como uma arma de luta pela sobrevivência, seja contra animais ou contra membros da mesma espécie. Então, seja para se alimentar ou defender o seu território, houve a necessidade do desenvolvimento de métodos de combate e assim, na história da humanidade, muitas culturas manifestavam suas tradições nas danças, nas lutas, nas cerimônias, nas caças, nas defesas das aldeias, tribos e nas festividades.

É difícil datar de forma precisa o momento no qual as lutas foram inseridas na sociedade, mesmo porque ela pode ter sido inserida quando nem mesmo existisse uma sociedade. O fato é que as técnicas eram passadas de geração em geração como forma de garantir sobrevivência.

Na história da humanidade quando levamos em consideração o estágio já urbano, ao se fazer uma breve gênese das lutas, observamos que não foram poucos os registros encontrados nas mais diversas civilizações. Remontando entre os anos 3000 e 1500 a.C., os sumerianos deixaram imagens de três duplas de lutadores representando diversas fases de uma luta (ALVES JR, 2001).

A evolução do CCC fez com que todos tenham conhecimento sobre a existência de diversas vertentes das lutas, porém, tratando-se de originalidade, o oriente pode ser considerado o berço das Artes Marciais. Das lutas indiscriminadas às discriminadas nominalmente como Kung Fu (templo Shaolin), TaeKwonDo, passando até mesmo pelos budistas como forma de defesa de seus templos, inicializa essa visão de importância do CCC em meio a sociedade, para se defenderem, domesticar corpos, mentes e posteriormente sendo utilizadas na área esportiva.

Outro aspecto positivo observado nas artes marciais e identificado por Daidoji (2014) é a importância dada à disciplina e aos valores morais cultuados pelos praticantes de determinada luta. Os Samurais, por exemplo, através do Bushidô, seguiam à risca seus princípios: justiça, coragem, compaixão, respeito, honestidade, honra e lealdade. Outro código de honra interessante também pode ser observado no Hwa Rang-Do: Obediência ao Rei,

respeito aos pais, lealdade para com os amigos, nunca recuar ante o inimigo, somente matar quando não houver alternativa. Essas “regras” fazem com que o lutador tenha consciência da importância do seu compromisso para com seu ideal de vida.

No Brasil, o Combate Corpo a Corpo foi historicamente implementado na Escola de Educação Física do Exército em 1932 com o nome de Lutas (BRASIL, 2017). De acordo com o CI EB70-CI-11.414, na instrução militar é tratado como CCC e faz parte da preparação operacional dos militares do Exército Brasileiro.

O CCC é derivado das principais artes marciais existentes, como Judô, Karatê, Jiu-Jitsu, Boxe, Luta Olímpica, Aikidô (BRASIL, 2017). Este fato proporciona ao praticante o contato com as melhores técnicas, táticas e filosofias de cada modalidade. E como qualquer modalidade esportiva, deve haver uma continuidade das atividades para o pleno desenvolvimento dos praticantes.

A prática contínua das artes marciais possibilita o desenvolvimento de adaptações fisiológicas e mentais no praticante como perda de peso (ARTIOLI, 2006), melhora da capacidade aeróbia e anaeróbica tanto láctica como aláctica (FUKUDA, 2011), ajuda a diminuir a possibilidade de ocorrência de osteoporose (BORBA-PINHEIRO, 2016), desenvolvimento neuromuscular e o possível retardamento da sarcopenia (LAW, 2016), melhora da postura, amadurecimento e preparação psicológica (MATSUSHIGUE, 2009) melhora da auto estima/ auto confiança (BURKE, 2007). Todas estas características que o CCC desenvolve no praticante são essenciais para se exercer de forma satisfatória a profissão das armas.

Percebe-se que o Exército Brasileiro possui ciência que a prática contínua das artes marciais desenvolve no militar além da destreza técnica, resiliência e coragem para o combate já que durante as seções de CCC, principalmente durante as práticas livres, o militar está em restrito contato físico com seu adversário. Contato físico que não ocorre em nenhuma outra instrução ou simulação militar. Ademais, para a prática do CCC são necessários elementos como disciplina, controle emocional, superação de limites (caracterizado pela busca de sobrevivência) e ação rápida. Juntamente, ações que gerem medo podem ser instigadas para a construção e fortalecimento do autocontrole e do reflexo rápido nas ações, bem como para o enraizamento dos valores morais de cada militar.

O autocontrole é adquirido com experiências, sejam elas de preparação, provocadas através de treinamentos, sejam elas em situações reais de tensão. Para que as situações reais ocorram de forma eficaz, principalmente as militares, busca-se essa preparação prévia, onde o autocontrole será trabalhado e estimulado em situações de esgotamento psicológico e com alto nível de estresse.

A dor tem papel fundamental na preparação para situações que se aproximam da morte e principalmente na solidificação do autocontrole. Essa dor, voltada ao treinamento físico e mental, prepara cada militar para situações que remetam o uso do CCC no cumprimento de missões, e dessa forma cada um tem ciência de qual a melhor decisão a ser tomada em situações de estresse físico e mental. Com isso, o CCC se encaixa na concepção do uso moderado da força, pois o corpo e a ação de raciocínio estarão ambientados ao desconforto e condicionados para situações que necessitem desse vigor físico, mental e moral.

É importante ressaltar que o ambiente operacional, o qual envolva rápidas tomadas de decisões, rápidas ações e controle emocional é característico da maioria dos conflitos atuais, principalmente nas Op de GLO, onde o cenário é ambíguo e inconstante e o contato com a população é excessivo. Logo, o condicionamento do corpo e da mente para tais situações é de extrema importância no cumprimento das missões, de forma que o combatente mesmo sentindo dor e desconforto saiba conviver com estas dificuldades, sabendo suportá-las, de maneira até mesmo prazerosa, para que sua fé na missão não seja abalada e o prosseguimento no combate não seja interrompido por fraqueza física, mental ou moral.

Como o CCC compõe de forma normatizada características de diversas modalidades de artes marciais, com grande influência do Judô, Jiu-Jitsu, Karatê, Boxe, Wrestling, Aikidô (BRASIL, 2017), verifica-se que as técnicas de combate são divididas da seguinte maneira: Conceitos básicos (pontos vulneráveis, armas naturais, base de combate e deslocamentos), Técnicas de amortecimento de quedas, rolamentos, golpes traumáticos, projeções, técnicas de combate no solo (imobilizações, estrangulamento e técnicas de força contra articulações), defesas contra agressões a mão livre/ armas brancas (facas, punhais, etc)/ arma de fogo e técnicas especiais para especialização do militar como uso de armas brancas no CCC (BRASIL, 2017).

A sessão de treinamento é composta por aquecimento, trabalho principal e volta a calma (BRASIL, 2017) e os principais métodos de ensino-aprendizagem são: a demonstração, execução por tempos, execução a comando, combinações, prática controlada e prática livre. O tempo de realização da sessão é de dois Tempos de Instrução (TI), 50 min cada TI com dez minutos de intervalo.

3. DESENVOLVIMENTO

Observa-se que o EB, atualmente, está se inserindo cada vez mais em meio aos conflitos internos do país. As operações de GLO crescem à medida que há uma evolução nos conflitos

e é necessária uma ação das Forças Armadas para o controle em certas ocasiões. Os dados obtidos através das entrevistas, ratificam a importância do CCC voltada à GLO nos conflitos atuais, conforme experiências e perspectivas:

Hoje os distúrbios são cotidianos, e a tropa se coloca em meio a esses distúrbios. Uma coisa é sair para o combate com um subordinado adestrado, sabendo como se manter íntegro, defender seu armamento e fazer o uso de técnicas do CCC juntamente com alguns acessórios. Outra coisa é não ter o conhecimento das técnicas de CCC. A probabilidade de perder o armamento e até mesmo a vida é muito grande (Sargento Orgélio).

Dessa forma, o emprego da GLO está intimamente ligado ao CCC, mesmo que as avaliações não sejam aplicadas à área do CCC, não se pode tirar a importância de uma e focar na outra, ambas estão no mesmo contexto.

É um contexto só. Não tem como fazer GLO sem a prática de lutas. A falta de conhecimento, de controle, leva o afastamento da prática de CCC. Logo, falar em se realizar uma ação de GLO, sem pensar na possibilidade de aplicar técnicas de CCC, é pensar em usar apenas o fuzil, apenas o tiro (Sargento Orgélio).

“O combate corpo a corpo faz parte de combate aproximado, da instrução individual básica e todo militar tem que saber, principalmente o oficial, pois além de saber, deverá ministrar para seus subordinados” (Ten Coronel Lacerda). O comentário do entrevistado ratifica a importância das técnicas do CCC, expostas no manual, junto ao emprego da GLO. Por fim, é complementado pelo outro entrevistado, que afirmou:

Nas operações de GLO, o combate aproximado vai além de uma arte marcial, ele está em simbiose com as operações, de forma que o conjunto de técnicas sejam empregadas para atingir êxito no objetivo. (Sargento Orgélio).

Camposo (2018) afirma que devido à grande exposição física ocasionada pelas diversas missões cumpridas, é necessário que este tenha a capacidade de imobilizar, repelir injusta agressão e, se preciso for, atacar um objetivo. Ter conhecimento de técnicas e procedimentos visando a defesa pessoal e o combate aproximado não é uma escolha para o militar do Exército Brasileiro.

A preparação das tropas convencionais para o real emprego de técnicas de CCC, bem como dos vindouros oficiais e praças, futuros executantes e “cumpridores de missão”, em sua maioria está defasada e de certa forma inexistente por parte do EB. A doutrina de CCC segundo o Subtenente Andrade Neto, conforme respondido em questionário, “é muito holística

e aberta, o trabalho deveria ser unificado sem a preocupação de demonstrações e sim um correto uso e eficácia das técnicas, voltadas a realidade nacional”. Por outro lado, para o Coronel Pêsoa, a doutrina é “sofável para não dizer praticamente inexistente, infelizmente”. O mesmo ainda aponta:

O que existe prescrito para o combate corpo a corpo, que estaria inserido no Combate Aproximado, não tem sido objeto de preparo efetivo de nossos combatentes. Portanto, na minha visão pessoal, o EB necessitaria resgatar a importância doutrinária dessa fase crítica do combate para o qual homens e mulheres combatentes se encontram muito pouco preparados atualmente (Coronel Pêsoa).

Entretanto, observa-se através dos estudos bibliográficos que outros exércitos não deixam de dar a devida atenção ao assunto, de forma que seu emprego contribua para a realização de missões, crescimento pessoal, autocontrole, crescimento espiritual, desenvolvimento de atributos, preparação constante, fortalecimento de valores morais, dentre inúmeros proveitos acarretados pela prática do CCC. Nesse contexto, sobre os benefícios de uma tropa bem adestrada nas técnicas de CCC, foi dito:

O primeiro benefício evidente se relaciona aos Atributos da Área Afetiva a nível individual. Um militar inseguro não será o líder adequado em nenhum tipo de combate. Em menos de 3 meses de treinamento é perceptível a mudança de atitude face a uma ameaça e o controle de frequência cardíaca é um indicador desse fato. O segundo aspecto que merece destaque é que a prática de lutas no âmbito do pelotão aproxima muito os soldados. Bem conduzido, o treinamento aumenta o espírito de corpo e desenvolve a agressividade controlada. A dinâmica do treinamento permite em poucas horas que o instrutor identifique o nível de confiança, coordenação, agressividade e controle dos soldados e da tropa como um todo. Um outro aspecto crucial entre tantos que poderiam ser listados, é que o treino do CCC aumenta sensivelmente o poder relativo de combate quando se compara uma fração adestrada com tropas despreparadas para o corpo a corpo (caso atual do EB). Comprova-se facilmente que tropas especiais onde se percebe que a atenção à esse treinamento cresce sensivelmente quando comparadas a tropas sem perspectiva de pronto emprego (Coronel Pêsoa).

Sob outra perspectiva, os impactos na sociedade também serão evidenciados. Nesse quadro, Pêsoa (2001), em seu estudo, complementa que os reflexos da implantação do CCC na formação e preparo militar terão grande importância no âmbito social em virtude dos benefícios a população na área educacional e da segurança pública.

Em adição, ao ser questionado sobre a possibilidade de o CCC estar em desuso, o entrevistado relatou:

Muito pelo contrário, nenhum exército dos países mais desenvolvidos despreza essas técnicas pois o ambiente das guerras de 4ª geração requer do militar o uso gradual da força. Em circunstâncias onde o uso de armas de alta letalidade implicaria em desgaste junto à opinião pública o CCC é sempre uma opção a ser considerada. Para não deixar de exemplificar vide EUA, França, Israel, Reino Unido, China, Rússia entre tantos outros que dedicam importância a esse assunto (Coronel Pêsoa).

Além disso, na contramão desta realidade e tendo em vista a necessidade desta ferramenta, recentemente, militares, principalmente aqueles envolvidos na Intervenção Federal no Rio de Janeiro, receberam um curso de capacitação em Combate Corpo a Corpo, promovido pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEEx), o que reitera a relevância desta doutrina para a implementação do preparo e destreza militar (BRASIL, 2017).

Outro aspecto a ser levado em consideração diz respeito aos recursos humanos que o EB detém. Um exemplo é o Tenente Coronel Lacerda que mesmo sem instruções de CCC em sua formação e nos corpos de tropa, posteriormente, teve a oportunidade de ministrar aulas de lutas para FA de outro país. Quando esteve no Líbano, por exemplo, viu tropas francesas e espanholas se preparando fortemente para atividades de CCC. Em paralelo, ministrou instrução de jiu jitsu para oficiais e sargentos das forças especiais espanholas no mesmo local. Isso mostra a seriedade do assunto à frente de outros exércitos reconhecidos e da auto capacidade operacional do combatente brasileiro.

De acordo com as informações obtidas do Subtenente Andrade Neto, “cursos de lutas nos EUA e Israel, onde a doutrina de CCC é mais evidente, o que mais se valoriza é a unidade didática e todas as unidades operacionais treinam as mesmas técnicas diariamente, não de forma esporádica e variada como no Brasil”. Além disso, observa-se também o emprego nas FA dos Estados Unidos, onde havia uma doutrina mais agressiva, voltada para a eliminação do adversário e posteriormente, com o advento dos combates urbanos, criou-se uma mais branda, utilizando o CCC como forma menos letal nos combates.

Em entrevista, o Ten Coronel Lacerda afirma que:

No Brasil, onde o Exército também atua como polícia, através do GLO, eu não quero eliminar meu adversário, eu quero neutralizá-lo, imobilizá-lo e conduzi-lo. Eu não posso matá-lo e não posso mutilá-lo. Então, as técnicas utilizadas têm que ser menos letais, não só pode como deve ser menos letal nas operações de GLO, é uma instrução específica muito técnica.

Dessa maneira, para que não ocorra um aprendizado por tentativa e erro no Corpo de Tropa e para que se evite efeitos colaterais e repercussões desfavoráveis, é indispensável o exercício do CCC como uso moderado da força nas operações de GLO, principalmente na

formação dos militares que serão comandantes, haja vista a maneira de como os militares estão sendo empregados, diante da guerra irregular e garantindo a Lei e a Ordem no Estado Brasileiro.

Assim, o emprego do CCC como forma menos letal nas Operações de GLO, não apenas pode como deve ser usado dessa maneira. A didática deve ser expandida militarmente de forma que se crie uma cultura de CCC em meio ao Exército Brasileiro, para que assim a instituição continue atualizada nos conflitos modernos. A formação de militares graduados em Educação Física e especializados no Combate Corpo a Corpo é de grande importância para a fomentação da atividade com profissionalismo e segurança. Assegurando a contínua passagem de conhecimentos sérios e de excelentes instruções.

Corroborando a esta pesquisa, tem-se o estudo conduzido por Lima (2016) que aborda com veemência a relevância das artes maciais e do CCC para o cumprimento de missões do EB no cenário moderno do país. Nesse sentido, o autor reitera que o conhecimento do oficial combatente de carreira é deficiente quando se trata da doutrina do CCC e que, comparando-se a outras FFAA, o EB pode ser considerado incipiente nesta área.

Em adição, o Subtenente Andrade Neto, monitor de CCC, deixa como sugestão para o desenvolvimento da doutrina de CCC:

O ideal seria a criação de um estágio, vocacionado a inicialmente instrutores com comprovada experiência didática e técnica, para posteriormente sua difusão por todas as OM's, além do mesmo trabalho nas escolas de formação. Hoje o que é ensinado de CCC na AMAN difere da Escola de Sargentos das Armas (EsSA), que difere do Centro de Instrução Guerra na Selva (CIGS) que difere do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOpEsp) e Centro de Instrução de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (CIOpGLO) e assim por diante. Unidade didático pedagógica e treinamento constante, este é o segredo.

O Coronel Pêssoa, por sua vez, ao ser questionado a implantação e o impacto de um Estágio de Lutas voltado para o CCC, aponta a relevância deste estágio a ser ministrado nas escolas de formação do Exército, que corresponde a uma alternativa plausível diante do atual despreparo dos combatentes frente a esta ferramenta.

Sim na AMAN, NPOR, Escola de formação de Sargentos etc. O impacto seria ganhar uma capacidade que o EB não dispõe no momento e que pouparia muitas vidas se nos envolvessemos em conflitos. No entanto, seria adequado para isso a criação de um Centro de Instrução dedicado ao CCC. De outra forma, não seria viável a padronização da instrução nem a condução responsável dessa atividade. O Centro de Israel é um bom exemplo de como tornar esse treinamento efetivo, econômico e eficaz.

Vale ressaltar que existiu um projeto que tentou inserir as lutas dentro da formação militar. O Projeto Lutas foi um trabalho intenso de 1995 a 1999 que ocorreu na AMAN no qual chegaram a participar um efetivo de 500 cadetes do Curso Avançado. Tal fato promoveu a criação de uma Seção de Lutas na Seção de Educação Física (SEF) no ano de 2000 com definição de carga horária específica. Este acontecimento mostra que a preocupação a respeito deste tema não é tão recente e reforça que a proposta de incorporação do CCC na formação militar é viável, sobretudo diante da atual realidade da GLO. Ainda, em seu estudo, Pessoa (2001) propôs a criação de um Centro de Preparação para o Combate Aproximado com o intuito de alcançar a “Eficiência Operacional” por parte das tropas.

Além disso, é primordial ressaltar a importância da preparação do seguimento feminino, tendo em vista a inserção de mulheres na formação militar bélica do Exército Brasileiro. As mulheres passam a exercer funções semelhantes aos homens no quesito de combate militar, isso as deixa em um patamar equivalente, sendo necessário os mesmos treinamentos e a mesma preparação para os conflitos. Dentro do contexto de CCC, o desenvolvimento dessa área as tornarão melhores combatentes, aumentando a confiança diante de seus subordinados, mulheres e homens em sua maioria, seja em um serviço de oficial de dia em uma organização militar, seja em uma operação da garantia da lei e da ordem.

Por fim, encerra-se o presente estudo com uma reflexão do General de Exército Vilas Boas, com base no desafio que é, dentro do atual contexto brasileiro, a implementação da filosofia do CCC para a formação militar: “os desafios são novos, mas os valores são os mesmos, desde Guararapes.

CONCLUSÃO

O presente estudo visou analisar a relevância da utilização do CCC como uso moderado da força na GLO, dentro do atual contexto do EB e no cenário nacional. Nesse âmbito, observou-se que o ensino e prática do CCC não faz parte do processo de preparo do oficial combatente de carreira, o que pode trazer consequências graves, sobretudo, para civis em operações de GLO, uma vez que nestes casos o uso moderado da força deva ser aplicado com precisão. A demanda por operações de GLO e a participação das FA crescem dentro da atual complexidade urbana e social do país e tais circunstâncias requerem militares devidamente treinados e capacitados para serem inseridos neste meio.

A opinião dos entrevistados reforça os achados da literatura a respeito do preparo atual dos

combatentes do EB que se mostra defasado. Além disso, a qualificação em CCC que foi realizada por militares para que estes pudessem participar da Intervenção Federal enfatiza a hipótese de que esta doutrina é fundamental para a GLO de modo a não gerar prejuízos para o público. Ademais, os oficiais ratificaram a relevância do aprendizado do CCC durante a formação dos combatentes do EB com o intuito de conferir um preparo tanto social e pessoal quanto militar.

Além disso, reforçaram que a formação de militares graduados em Educação Física e especializados no Combate Corpo a Corpo é de grande importância para a fomentação da atividade com profissionalismo e segurança. Assegurando a contínua passagem de conhecimentos sérios e de excelentes instruções.

É válido ressaltar que com o desenvolvimento de novos estudos e a maturação da atividade dentro das Instituições de Ensino e do Corpo de Tropa, o Combate Corpo a Corpo possui um enorme potencial para ser uma atividade marcial e possivelmente um esporte original do Exército Brasileiro.

Também é preciso que haja novos estudos acerca da preparação e formação do profissional de educação física especializado em CCC para execução de instruções operacionais e profissionais, do local ideal para treinamento com finalidade de diminuição de impactos e, deste modo, minimização de lesões durante as sessões de treinamento e verificação das melhoras fisiológicas do CCC com a utilização atividade como uso moderado da força em operações militares.

Como citar este artigo: CAMPOS, Lucas Rodrigues; DE JESUS, Anderson Gomes; SILVEIRA, Breno Archanjo Venturim. As missões constitucionais do Exército Brasileiro e as artes marciais: a importância do combate corpo a corpo como uso moderado da força nas atividades operacionais. **Rev. Silva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 8-21, jul.-dez. 2019.

REFERÊNCIAS

ARTIOLI, G. G., Franchini E., Lancha Junior, A.H. Perda de peso em esportes de combate de domínio: revisão e recomendações aplicadas. **Rev. bras. cineantropom. desempenho hum**, v. 8, n. 2. 2006.

ALVES JR, E.D. O Judô na Universidade: discutindo questões de gênero e idade. In: GUEDES (org). **Judô: evolução técnica e competição**. João Pessoa: Ed Ideia, 2001, p. 73-91.

BOBBIO, N; BOVERO, M; VERSIANI, D. B. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BORBA-PINHEIRO, C. J., et al. Adapted combat sports on bone related variables and functional independence of postmenopausal women in pharmacological treatment: a clinical trial study. **Bone**. v. 3, p. 6. 2016.

Burke D.T.; Al-Adawi S.; Lee Y.T.; Audette J. Martial arts as sport and therapy. **Journal of Sports Medicine and Physical Fitness**, v. 47, p. 96-102. 2007,

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **20-MF-10.101 - O Exército Brasileiro**. 1. ed. Exército Brasileiro. 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **EB70-CII-414 - Combate Corpo A Corpo 1**. ed. Exército Brasileiro, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **EB20-MC-10.350 Manual de Campanha C 20-20-Treinamento Físico Militar**. 4. ed. Exército Brasileiro. 2015.

CAMPOS, L. Preparação física e técnica para o combate corpo a corpo: proposta baseada no sistema de periodização de Estélio H. M. Dantas. **Anuário da Academia Militar das Agulhas Negras**, v. 6, p. 92-107, 2018.

DAIDOJI, Y. **Bushido**: o caminho do guerreiro. Tradução Dimas da Cruz Oliveira com base na edição inglesa de A.L. Sadler. São Paulo: Hunter Books, 2014.

DE CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LAW, T. D.; CLARK, L. A.; CLARK, B. C. Resistance exercise to prevent and manage sarcopenia and dynapenia. **Annu Rev Gerontol Geriatr**, v. 36, n. 1, p. 205. 2016.

LIMA, R. M. **As artes marciais e as técnicas de Combate Corpo a Corpo como ferramentas para o cumprimento das missões do oficial combatente de carreira do Exército Brasileiro no cenário moderno**. 2016. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Militares) – Academia Real Militar, Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2016.

MATSUSHIGUE, K. A.; HARTMANN, K.; FRANCHINI, E. Taekwondo: Physiological responses and match analysis. **The Journal of Strength & Conditioning Research**, v. 23, n. 4, p. 1112-1117. 2009.

PÊSSOA, P. A. **A preparação do soldado brasileiro para o combate aproximado**: uma proposta. 2001. 51 f. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2001.

FUKUDA, D. H.; STOUT, J. R.; BURRIS, P.M; FUKUDA, R.S. Judo for children and adolescents: Benefits of combat sports. **Strength & Conditioning Journal**, v. 33, no 6, p. 60-63. 2011.

RODRIGUES, F. S. **Militares, Poder e Sociedade**. Jundiaí: Militares, Poder e Sociedade. Jundiaí: Paco Editorial, 2017;

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ALUNO DO COLÉGIO MILITAR: UM CAMINHO ENTRE REPRESENTAÇÃO SOCIAL E IDENTIDADE

MARCIO VIEIRA XAVIER ¹

RESUMO

O Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) é composto por 14 Colégios Militares (CM), sendo o mais antigo, o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), de 1889. O recém criado Colégio Militar de São Paulo iniciará suas atividades em 2020. A carreira militar impõe a seu quadro funcional a disponibilidade em servir em qualquer localidade do país, o que leva a uma constante mudança de estabelecimento de ensino de seus dependentes. A identidade dos alunos do SCMB é um caso bastante interessante. Muito em virtude de ser um mundo em que o aluno pode já estar inserido por ser filho de um militar, mas também pelo simbolismo de jovens e adolescentes que estão submetidos a uma disciplina, respeito à hierarquia, utilizam uniformes baseados em fardas e cultuam valores e tradições do Exército Brasileiro. Este artigo destina-se a uma discussão da teoria de socialização primária e secundária de Berger e Luckmann (2014) com uma leitura da construção da identidade do aluno do colégio militar de acordo com sua representação social.

PalavrasChaves: Identidade. Ensino. Colégio Militar.

ABSTRACT

The Military College System of Brazil (SCMB) consists of 14 Military Colleges (CM), the oldest being the Military College of Rio de Janeiro (CMRJ), 1889. The newly created Military College of São Paulo will begin its activities in 2020. The military career imposes on its staff the willingness to serve anywhere in the country, which leads to a constant change in the educational establishment of its dependents. The identity of SCMB students is a very interesting case. Much by virtue of being a world in which the student may already be inserted by being

1. Mestrando em Humanidades Militares no Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC). E-mail: marciovx1260@gmail.com

the son of a military man, but also by the symbolism of young people and adolescents who are subjected to discipline, respect for the hierarchy, wear uniforms based on and worship values and Brazilian Army traditions. This article is intended for a discussion of the theory of primary and secondary socialization of Berger and Luckmann (2014) with a reading of the construction of the student identity of the military college according to its social representation.

Keywords: Identity. Teaching. Military Colleges.

INTRODUÇÃO

Os Colégios Militares (CM) do Exército Brasileiro (EB) são Organizações Militares (OM) que se enquadram como Estabelecimentos de Ensino (EE) responsáveis pela educação básica, ensino fundamental e médio, dos dependentes dos militares, alunos amparados, e dos que prestam concurso público, identificados como concursados. (BRASIL, 2008).

De acordo com Projeto Pedagógico, do Sistema Colégio Militar do Brasil² (SCMB) o quadro institucional abrange treze colégios: Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ); de Porto Alegre (CMPA); de Fortaleza (CMF); de Belo Horizonte (CMBH); de Salvador (CMS); de Curitiba (CMC); de Recife (CMR); de Manaus (CMM); de Brasília (CMB); de Juiz de Fora (CMJF); de Campo Grande (CMCG), de Santa Maria (CMSM); e de Belém (CMBEL). Existe, ainda, o projeto de implantação para o ano de 2020 do Colégio Militar de São Paulo (CMSP).

Ao olharmos os aspectos históricos da construção do CM, podemos recorrer ao trabalho de Nogueira (2014), que enfatiza que a construção desses espaços de ensino militar do Brasil retoma o século XVII. Segundo o autor, os primeiros vestígios do ensino militar, foram verificados em 1698, no Rio de Janeiro, nas instruções ministradas aos contestáveis, aqueles que hoje seriam denominados artilheiros, sobre o manejo das armas de artilharia.

Seguindo esse olhar histórico, é possível perceber que o ideal de um estabelecimento de ensino que abarcasse os filhos dos militares retoma o século XIX. Nesse contexto, apesar dos esforços da criação do “Colégio Militar do Imperador” idealizado em 1840, por Luís Alves

2. Disponível em: http://www.depa.eb.mil.br/images/legislacao/Projeto_Pedagogico_2019-versao_SCMB.pdf. Acesso em: 2 nov. 2019.

de Lima e Silva, o Duque de Caxias, na regência de Araújo Lima, esse projeto não obteve sucesso (PIRASSINUNGA, 1958).

Já em 1858, segundo Luchetti (2006), foi criado na Corte o primeiro curso preparatório, tendo o Ministro da Guerra como responsável, com duração de um ano. Encontra-se a primeira célula do ensino assistencial, pois aderiam a esses cursos a responsabilidade de preparem os filhos dos militares às Escolas Militares, de formação de Oficiais da Armada. Portanto, o Estado cumpria um duplo objetivo: primeiro, de preparar os alunos, a maioria filhos de militares da Armada, a ter uma base sólida a fim de cursarem as Escolas Militares da melhor forma possível; segundo, de amparar os filhos dos militares no sentido de dar-lhes a sólida e real possibilidade de cursar uma Escola Militar.

Os cursos preparatórios não deram continuidade a sua proposta inicial. Foi então que, em 1853, Duque de Caxias, abdicando da posição de Comandante do Exército e tornando Senador Imperial, expõe ao poder legislativo uma proposta para criar um “Colégio Militar da Corte”. Entretanto, a proposta não contou com vontade política para dar continuidade a seu projeto. O Senador retoma a iniciativa em 1862, permanecendo a intenção em acolher os dependentes dos militares falecidos em batalhas e os que estavam em missões importantes para a nação, outra vez sem um desfecho de Criação de um Colégio que amparasse os dependentes dos militares mortos e feridos em combate (LUCHETTI, 2006).

A premissa progride sob a ótica de Duque de Caxias ao presenciar, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), a necessidade em confortar as famílias dos militares que combatiam, pois, o intuito era evitar situação de extrema necessidade material e oferecer proteção, com a garantia de ajuda financeira e educacional. Em consequência disso, a estima dos combatentes influenciaria no rendimento laboral.

Apenas em 1889, pelo Decreto Nº 10.202, de 9 de março de 1889 o Imperador D Pedro I aprova a Criação do Imperial Colégio Militar, hoje Colégio Militar do Rio de Janeiro, com a finalidade de receber gratuitamente os filhos dos oficiais efetivos, reformados e honorários do Exército e da Armada, e mediante contribuição pecuniária alunos procedentes de outras classes (PIRASSINUNGA, 1958).

1 O *ETHOS* DO ALUNO DO COLÉGIO MILITAR

Atualmente o SCMB mantém o mesmo ideal de educação assistencial presente em sua fundação. As constantes mudanças em virtude de movimentações dos militares pelo Brasil

impõem à família uma readaptação cada vez que isso ocorre. Nesse cenário os CM enquadram-se como auxílio a minimizar impactos relativos à educação dos dependentes desses profissionais. O Projeto Pedagógico aprovado pela Portaria Número 053 do Departamento de Cultura do Exército (DECEX), de 18 de maio de 2016 com a última atualização em fevereiro de 2019, aborda o seguinte:

Mais do que simplesmente ser um cumprimento ao previsto na LDBEN, a Educação em Valores no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) abarca, ainda, os valores, os costumes e as tradições do Exército Brasileiro, com o objetivo, inclusive, de despertar vocações para a carreira militar. Não obstante tão somente constar dos planejamentos ou servirem como temas transversais, os valores e as atitudes precisam ser reconhecidos, vividos e compartilhados pelos alunos no dia a dia de sua estada no Colégio.

Percebe-se, pela citação apresentada acima, que a construção social do ethos militar funde-se à própria construção social do sujeito nesse meio. Dessa forma, é possível problematizar de que modo pode ocorrer a gestão e o alinhamento entre o ensino baseado na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) mas também com o movimento em buscar desenvolver nos alunos uma cidadania alicerçada nos valores da honestidade, probidade, verdade, responsabilidade e lealdade consigo e com o próximo baseado nos pilares da hierarquia e disciplina para proteger e desenvolver a nação.

De acordo com Nogueira (2014), as Escolas Militares têm o duplo papel de educar e transmitir ideias e concepções e culturas militares, onde o cuidado na formação e transmissão dos conhecimentos básicos exigidos pela LDBEN vêm acompanhado de um interesse em construir um determinado modo de ser cidadão pautado em valores e concepções de sociedade sob ótica do ethos militar. Ainda de acordo com o autor, podemos refletir que o Exército, através das Escolas Militares, utiliza a educação como uma ponte entre setores militares e civis, tendo os CM um papel importante de disseminar os ideais militares às instituições da sociedade civil.

Com base no material exposto, faz-se necessário compreender como nos dias atuais os Colégios Militares trabalham e atravessam a construção da identidade social de seus alunos que, mesmo não sendo militares propriamente dito, utilizam e estão integrados nas práticas e vivências desse ambiente. Práticas que podem variar desde o uso de uniformes, estar sob um regime de hierarquia e disciplina, introjeção de certos símbolos militares, como a continência e a participação em solenidades típicas militares etc., são elementos potentes na construção de si e da forma de perceber o mundo. Este artigo tem como objetivo produzir reflexões sobre a construção da identidade social do aluno do colégio militar. Para esta finalidade, escolhemos

a obra “A Construção Social da Realidade” de Becker e Luckmann, (2014), em especial os conceitos de socialização primária e secundária, para analisar o Projeto Pedagógico do SCMB.

2 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE: UMA LEITURA DO ALUNO DO CM

Ao lançarmos um olhar sobre os Colégios Militares como uma Instituição de Ensino com ritos e valores cultuados pelo Exército Brasileiro e fazer uma análise, segundo Berger e Luckmann (2014), em que a institucionalização é um contexto da sociedade cuja realidade pode ser objetivo e subjetiva.

A fim de construirmos uma relação entre a construção social da realidade, abordaremos a sociedade como realidade objetiva, no sentido de referenciar o SCMB como uma instituição, lançando mão do conceito de institucionalização. E para aderir e concretizar o objetivo a que se dispõe este artigo, trataremos, também, da sociedade como realidade subjetiva, pormenorizando a socialização primária e secundária.

Antes de seguir na construção do conhecimento a que este artigo se propõe, é interessante revisar os conceitos de hierarquia e disciplina aplicados às Forças Armadas e previsto no Estatuto dos Militares (BRASIL, 1980). Enquanto o primeiro refere-se à ordenação de autoridade e os diferentes níveis hierárquicos que estruturam as Forças Armadas, cabe a disciplina a observância e o acatamento integral de todas as leis, regulamentos e normas. O Estatuto dos Militares prevê no art.14, parágrafo 4º que a disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias entre militares da ativa e os da reserva.

Voltando ao cerne da discussão deste artigo, o Aluno do Colégio Militar é um adolescente com idade escolar, ou seja, dos 10 aos 17 anos, em média. O organismo desses meninos e meninas está em desenvolvimento e é nesse momento da vida que eles passam a ter contato com um ambiente onde a hierarquia e disciplina estão presentes no ambiente escolar, mesmo que não façam parte do quadro efetivos de militares. Nesse sentido Berger e Luckmann (2014, p. 69) afirmam que: “O organismo humano, por conseguinte, está ainda em desenvolvendo-se biologicamente quando já se acha em relação com seu ambiente (...) o ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com seu ambiente particular”.

Nos apropriamos desses conceitos para percebermos que o perfil do aluno do CM vem sendo construído num período da vida na qual estamos abertos a profundas mudanças e que entre todas estas está um sistema de ensino em que o elemento humano, mesmo não sendo militar, propriamente dito, está inserido numa Instituição que o fará ter certos e específicos comportamentos.

Os autores destacam que mesmo o indivíduo se desenvolvendo numa relação com certo ambiente, o eu humano não interpreta a realidade objetiva, mas não, necessariamente, é traduzido em idades mais adultas como uma identidade subjetiva e objetivamente reconhecível: “os mesmos processos sociais que determinam a constituição do organismo produzem o eu em sua forma particular, culturalmente relativa” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p.69).

Berger e Luckmann (2014) discutem a relação que existe entre indivíduo e sociedade. Para eles, a realidade que percebemos como sociedade foi construída através de um processo que é socialmente determinado, a interiorização, pois são essas relações em que um indivíduo está inserido que farão com que ele tenha a percepção do que é a sociedade, a realidade e a identidade. Neste contexto a sociedade é tida como uma realidade subjetiva.

A interiorização, no sentido geral aqui empregado, está subjacente tanto à significação quanto às suas formas mais complexas. Dito de maneira mais precisa, a interiorização neste sentido geral constitui a base primeiramente da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido. (BERGER; LUCKMANN, 2014, p.167).

Ao analisarmos o SCMB como uma instituição secular, podemos concluir que é possível nos dias atuais um indivíduo assumir para si símbolos e convenções já existentes. É nesse sentido que colocamos o aluno do SCMB, ou seja, ele irá pertencer a um mundo no qual outras gerações já se lançaram na construção de toda uma simbologia, o que Freire (2017) chama de pedagogia patronímica: “(...) o mecanismo de construção e emprego de símbolos, nisso que denomino de uma pedagogia patronímica (FREIRE, 2017, p.29)

Para Berger e Luckmann (2014), o indivíduo não nasce membro da sociedade e sim com predisposição para a sociabilidade e torna-se membro desta. O ponto inicial do processo a que é levado o homem a fazer parte de uma sociedade chama-se interiorização. Enquanto seres humanos, em um primeiro momento, compreendemos os nossos semelhantes e, num segundo momento, aprendemos o mundo como realidade social dotado de sentido, isto é, assumindo um mundo no qual vivemos para criar ou recriar esse mundo.

A socialização primária é, a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. Podemos aqui deixar de lado a questão particular da aquisição do conhecimento relativo ao mundo objetivo de sociedades diferentes daquela de que cada homem se tornou primeiramente membro, e bem assim o processo de interiorização desse mundo como realidade, processo que apresenta, ao menos superficialmente, certas semelhanças com a

semelhanças com a socialização primária e secundária, não sendo contudo estruturalmente idêntico a nenhuma destas. (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 181)

Sobre a identidade social do Aluno do Colégio Militar, tendo como base a socialização primária e secundária proposta por Becker e Luckmann (2014), o aluno amparado, ou seja, aquele que está cursando o SCMB por ser filho ou dependente de Oficial, Subtenente ou Sargento do Exército Brasileiro, poderá ter tido sua socialização primária marcada pela introdução num mundo objetivo da “sociedade militar”, com acesso a símbolos, conceitos e crenças vividos por seus pais. No momento do acesso a um Colégio Militar, essa criança ou adolescente, vivenciou a socialização secundária, quando ele já socializado com a hierarquia e disciplina interpretado e vivida por seus pais e responsáveis, participou de outro setor do mundo militar, o Sistema Colégio Militar do Brasil, que mesmo mantendo um diálogo com símbolos e conceitos militares, não o vivem com a mesma situação dos profissionais militares.

Para Berger e Luckmann (2014), são as condições de interiorização que levarão ao grau de identificação. Ao se refletir sobre a socialização primária, imaginemos que todo ser humano nasce em uma estrutura social objetiva e nessa estrutura existem os estímulos e indivíduos que se responsabilizarão pela socialização das crianças que ali nasceram, isto é, quando se nasce já existe uma organização social específica e os pais desse indivíduo são os responsáveis por socializarem seus filhos. A criança não escolhe os significativos e quando estes são apresentados tornam-se a realidade de algo que passará a ser conhecido como mundo social objetivo. Destaca-se que os pais não são escolhidos, logo o que eles falam os filhos acreditarão ser o mundo. Assim, o mundo social objetivo é apresentado pela visão que os pais têm dos símbolos que acreditam ser verdades.

Trazendo a reflexão para a construção da identidade do aluno do Sistema Colégio Militar do Brasil, uma nova configuração de símbolos e ritos militares são apresentados às crianças e adolescentes que adentram os Colégios Militares.

Quando a socialização secundária diferenciou-se até o ponto em que se tornou possível a desidentificação subjetiva do lugar adequado do indivíduo na sociedade, e quando ao mesmo tempo a estrutura social não permite a realização da identidade subjetivamente escolhida, acontece um interessante desenvolvimento. A identidade subjetivamente escolhida torna-se uma identidade de fantasia, objetivada dentro da consciência do indivíduo como seu eu real (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 226).

Há de se considerar que um filho vê em seu pai ou mãe militar uma representação simbólica traduzida em símbolos, uniformes e um comportamento que chama de ethos militar. Entretanto, o que é apresentado a esse indivíduo ao cursar o ensino fundamental e ensino médio em um Colégio Militar não apresenta a mesma configuração comportamento identificado por ele como ethos militar. Becker e Luckmann (2014) fazem esse apontamento quando o processo de socialização primária está próxima a secundária: "Na maior parte das sociedades, contudo, alguns rituais acompanham a transição da sociedade primária para a secundária". (BERGER; LUCKMANN, 2014, p.180).

Como já foi visto, o ensino assistencial do SCMB é voltado para os filhos dos militares a fim de atenuar as vicissitudes da carreira militar. Desta forma, interpreta-se que o aluno com perfil assistido já possui na socialização primária a interiorização e identificação com alguns ritos militares. Destacamos que o processo de socialização secundária poderá ser relativamente atenuado se tivermos esse olhar: "Os processos formais da socialização secundária são determinados por seu problema fundamental, a suposição de um processo precedente de socialização primária, isto é, deve tratar com uma personalidade já formada e um mundo já interiorizado". (BERGER; LUCKMANN, 2014, p.181).

Por fim, cabe destacar que na socialização primária, a criança realiza a identificação carregada de emoção, enquanto que na socialização secundária a maior parte da identificação é oriunda de uma identificação mútua, principalmente pela comunicação entre os seres humanos. A criança percebe na socialização primária um mundo único, em que a mãe e o pai tem a responsabilidade de apresentá-la. Já na secundária, é o contexto institucional é determinante na percepção da identificação.

Como o atual Projeto Pedagógico do SCMB trabalha essa equalização de comportamentos e padrões. Como fazer com que um civil, em idade escolar do 6º ano do ensino fundamental ao 3º Ano do Ensino Médio absorva valores e símbolos militares e atinja a missão precípua e previsto no Regulamento dos Colégios Militares de ser um ensino assistencial e preparatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo produzir reflexões sobre a construção da identidade social dos alunos dos Colégios Militares utilizando como campo de análise o Projeto Pedagógico, segundo o referencial teórico de Berger e Luckmann (2014). A partir dessas análises, foi possível refletir o modo como a socialização primária e secundária pode ser uma potente

ferramenta para compreender a constituição não apenas do ethos militar, mas também na própria construção de si e o modo de ver o mundo, ratificando a concepção de que tais espaços vão além de um ensino conteudista, pois também são importantes na transmissão de valores.

Dessa forma, faz-se necessário desenvolver futuras pesquisas que permitam aprofundar a análise dessa dinâmica da construção da identidade dos alunos dos colégios militares, não apenas ampliando o referencial teórico, mas também abrangendo outras metodologias que permitam aprofundar, de forma empírica quali ou quantitativamente, tais achados, seja com pesquisas de campo, entrevistas com pais, alunos, professores e alunos.

Como citar este artigo: XAVIER, Marcio Vieira. A construção da identidade do aluno do colégio militar: um caminho entre representação social e identidade. **Rev. Silva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 22-31, jul.-dez. 2019.

REFERÊNCIAS

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. 36.ed.Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei 9.394 (Lei Ordinária) de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 02 nov 2019.

BRASIL. Lei no 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 09 dez. 1980.

BRASIL. Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial. **Normas de Planejamento e Gestão Escolar**, 2018. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. **Portaria nº 042, de 6 de fevereiro de 2008.** Aprova o Regulamento dos Colégios Militares (R-69) e dá outras providências. Disponível em: http://www.portaldeeducacao.eb.mil.br/images/legislacao/Port_042_08_R69.pdf Acesso em: 6 nov 2019.

FREIRE, F. F. **Estamos Aluno.** Rio de Janeiro. Gramma Editora, 2017.

LUCHETTI, M. S. R. **O ensino no exército brasileiro:** histórico, quadro atual e reforma. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2006.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. **Educação militar:** uma leitura da educação no sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

PIRASSINUNGA, Adailton Sampaio. **O Ensino Militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Bibliex 1958.

AS REDES SOCIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A DESCONCENTRAÇÃO DA DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL PELO FACEBOOK

ALEX CARVALHO DE MIRANDA¹

RESUMO

Na Polícia Militar do Estado de Rondônia - PMRO, as mídias sociais utilizadas pela Diretoria de Comunicação Social são: Facebook (página), Instagram, Youtube (canal) e Site (Portal Corporativo). São plataformas que dinamizaram o processo de comunicação e divulgação institucional da PMRO nos últimos anos. Outras Organizações Policiais Militares - OPM's da PMRO, de Companhias destacadas a Batalhões, buscaram ativar seus próprios canais de comunicação, focalizando públicos de interesse, com o intuito de divulgar seus respectivos serviços de segurança pública, prestados nos mais diversos municípios do Estado de Rondônia, bem como de construir a identidade e imagem da OPM local, com a divulgação de slogans e distintivos próprios em postagens de conteúdo (artes visuais) sem a exposição de elementos que identifiquem a PMRO (logotipo e slogan), desconcentrando, assim, o serviço de divulgação institucional da Corporação, com uma consequente despadronização de produtos publicitários postados nas mídias sociais, dando a sensação de existir várias Corporações policiais militares dentro de uma. Com base em tal cenário, fez-se necessário eleger as mídias sociais utilizadas na PMRO como objetos de pesquisa, com delimitação para a plataforma Facebook, para fins de realizar um estudo de caso com levantamento minucioso de interatividade dos perfis "Terceiro Bpm Vilhena" e "Polícia Militar de Pimenta Bueno", bem como da página "Polícia Militar do Estado de Rondônia (Oficial)" nos últimos três meses, visando verificar a efetividade da desconcentração do serviço de divulgação institucional diante dos propósitos da Comunicação Social.

PalavrasChaves: Divulgação institucional. Facebook. Redes sociais. PMRO.

1. Atualmente é Diretor de Comunicação Social da Polícia Militar do Estado de Rondônia (PMRO). E-mail: acmiranda1989@gmail.com;

ABSTRACT

In the Military Police of the State of Rondônia - PMRO, the social media used by the Directorate of Social Communication are: Facebook (page), Instagram, Youtube (channel) and Site (Corporate Portal). These are platforms that have streamlined the process of communication and institutional disclosure of PMRO in recent years. Other PMRO Military Police Organizations - OPM's, from highlighted Companies to Battalions, sought to activate their own communication channels, targeting stakeholders, in order to publicize their respective public security services, which are now provided to the most municipalities of the State of Rondônia, as well as building the identity and image of the local OPM, with the dissemination of their own slogans and badges in content posts (visual arts) without the exposure of elements that identify the PMRO (logo and slogan), thus deconcentrating the Corporation's institutional outreach service, with a consequent de-standardization of advertising products posted on social media, giving the impression that there are several military police corporations within one. Based on this scenario, it was necessary to elect the social media used in the PMRO as research objects, delimited to the Facebook platform, for the purpose of conducting a case study with detailed survey of the interactivity of the "Terceiro Bpm Vilhena" profiles and "Polícia Militar de Pimenta Bueno", as well as the page "Polícia Militar do Estado de Rondônia (Oficial)" in the last three months, aiming to verify the effectiveness of the deconcentration institutional disclosure service in view of the purposes of social communication.

Keywords: Institutional disclosure. Facebook. Social networks. PMRO.

INTRODUÇÃO

Atualmente, no âmbito das Polícias Militares do Brasil, o uso dos canais de comunicação virtuais, como as mídias sociais, têm contribuído para a divulgação institucional dos serviços ora prestados, desde textos jornalísticos sobre ações policiais até o lançamento de vídeos corporativos, como homenagem a datas comemorativas, orientações à população, expondo as peculiaridades corporativas, contribuindo para propagar uma imagem institucional positiva

perante a sociedade local. As mídias sociais, além de possuir um valioso custo benefício por serem gratuitas, são canais de comunicação em massa que propõe um nível de proximidade com a comunidade por meio das redes sociais.

Na Polícia Militar do Estado de Rondônia - PMRO, as mídias sociais utilizadas pela Diretoria de Comunicação Social são: perfis e páginas de Facebook, canal no Youtube, Instagram e Portal Corporativo (site). São plataformas que dinamizaram o processo de comunicação e divulgação institucional nos últimos anos. Outras Organizações Policiais Militares - OPM's da PMRO, de Pelotões a Batalhões, também buscaram ativar seus próprios canais de comunicação. Como exemplo, destacam-se as páginas de Facebook de algumas OPM's sediadas nos Municípios de: Pimenta Bueno, Cacoal, Vilhena, Rolim de Moura, Jaru, Ji-Paraná, Ariquemes, entre outras situadas na própria Capital Porto Velho.

Com base na contextualização acima, a busca de criação das próprias contas de mídias sociais pelas OPM's ocorrem no intuito da necessidade de divulgação dos serviços de segurança pública, ora prestados nos mais diversos municípios de Rondônia, bem como da construção de uma identidade e imagem própria, ocasionando, por consequência, a despadronização da divulgação institucional, com a postagem de peças gráficas sem preocupação com as imagens ou com a qualidade fotográfica, com edições amadoras utilizando letras com fontes diversas, sem tratamento de sombreamento para melhor destaque da mensagem e, principalmente, sem expor o logotipo da PMRO e o Governo do Estado de Rondônia, ficando limitado somente à exposição do logotipo da OPM local, com extensões exageradas que ofuscam inclusive a imagem que se pretende divulgar.

Tais constatações podem gerar risco de uma errada percepção da imagem institucional da PMRO pelos rincões do Estado, dando a sensação de existir várias Corporações policiais militares dentro de uma.

Logo, se faz necessário eleger as mídias sociais utilizadas na PMRO como objeto de pesquisa, para realizar um estudo de caso de análise das postagens de conteúdo das redes sociais de perfis e página de Facebook das organizações pertencentes à PMRO, com o intuito de saber, como a imagem da corporação tem sido divulgada em decorrência da desconcentração da divulgação institucional, a fim de dar maior eficiência e padronização aos canais de comunicação da Corporação.

Para se almejar os propósitos deste artigo, buscando explicar os conceitos teóricos, o tipo de pesquisa será bibliográfico, utilizando dados já existentes por meio de consulta de obras, divulgações, a fim de permitir a construção das argumentações necessárias para embasar aportes teóricos, levantando, assim, debates de aspectos relevantes frente a cada

assunto abordado. O presente trabalho, metodologicamente, consite em um estudo de caso, analisando o engajamento e interatividade das redes sociais nos perfis e página de Facebook da PMRO.

Os resultados da coleta dos dados serão analisados por meio de uma abordagem quanti-qualitativa, para fins de comprovação das hipóteses levantadas, bem como para alcançar os objetivos geral e específicos do trabalho em voga. Para o estudo de caso, foram escolhidas 3 mídias sociais de Facebook, sendo elas: página "Polícia Militar do Estado de Rondônia (Oficial)", perfil "Polícia Militar de Pimenta Bueno" e perfil "Terceiro Bpm Vilhena", por conta da detecção aparente de divulgações institucionais divergentes quanto aos propósitos de Comunicação Social da PMRO. Será verificado o nível de interatividade e engajamento das mídias sociais escolhidas entre os dias 19 de junho de 2019 e 23 de setembro de 2019, período correspondente à pesquisa deste trabalho.

O objetivo geral da pesquisa é identificar de que maneira tem sido realizada a divulgação da imagem institucional da Polícia Militar de Rondônia pelas redes sociais pesquisadas, visando traçar alguns aspectos para dinamizar a Comunicação Social da PMRO, tornando-a eficiente para preservar e fortalecer a imagem da corporação perante a sociedade rondoniense.

1. A DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DA PUBLICIDADE

A divulgação institucional está inserida dentro do contexto da publicidade, sendo considerada uma das atividades de comunicação utilizadas por empresas e organizações. Publicidade corresponde ao ato de uma ideia ou um fato se tornar público, segundo a definição de Sant'anna (1998). Ela tem suas funções pautadas em conformidade com os objetivos e os anseios específicos do profissional de publicidade. Sant'ana (1998) comenta também que publicidade é o conhecimento que faz com que a identidade de uma empresa seja dinamizada. Este fator é crucial para a gestão pública, cujas organizações que promovem serviços públicos, como a Polícia Militar do Estado de Rondônia - PMRO, tenha o aval do reconhecimento da sociedade quanto à sua identidade, seus valores e principalmente a sua missão constitucional.

A maneira de se ter uma forte marca está muito atrelada à publicidade, conforme a visão de Jones (2004):

O conceito da marca é fundamentalmente importante para o entendimento dos efeitos da publicidade a longo prazo. É a publicidade que transforma um produto com benefícios apenas funcionais em uma marca que ofereça ao consumidor recompensas psicológicas além daquelas funcionais. (JONES, 2004, p.35).

Nota-se que o apelo psicológico perante o público-alvo se faz necessário para a formação de uma opinião comum, a qual poderá, por intermédio da persuasão, valorizar o serviço ora prestado, e conseqüentemente construir uma imagem institucional positiva para uma organização perante seu público externo.

Logo, sua importância por seu papel de conscientizador junto a um público de interesse faz com que o referido instituto da publicidade se torne uma das principais ferramentas de comunicação institucional. Corroborando com tal percepção, Pinho (2001) enfatiza que a finalidade da publicidade é promover um produto, serviço ou marca, através dos meios de comunicação.

Percebe-se, após análise do que vem a ser publicidade, que a divulgação institucional possui o objetivo de lançar a informação sobre as políticas, funções e normas da organização, frente a um público de interesse, construindo assim uma opinião favorável sobre a instituição, criando uma imagem de confiabilidade.

Pinho (2008) pacifica o entendimento sobre a divulgação, comentando:

A divulgação é um instrumento básico de Relações Públicas para, através da imprensa e da mídia em geral, chegar direta e gratuitamente a milhões de pessoas, informando o público sobre a política e os atos de uma organização, com o propósito de obter para ela a boa vontade e a compreensão do público. (PINHO, 2008, p. 91)

Sendo assim, a divulgação possui propósitos exclusivos de informar um público-alvo. Para se alcançar tal objetivo, a divulgação possui algumas peças utilizadas para disseminar o conhecimento e angariar a boa compreensão do público de interesse, referente aos atos de uma organização, destacando-se o press release. Pinho (1990) comenta sobre tal peça:

O press-release, é uma peça de Relações Públicas de uso extremamente controvertido. Trata-se de uma nota ou comunicado em forma jornalística, acompanhado muitas vezes de fotos de qualidade, e produzido pela própria fonte (no caso da empresa) ou por profissionais de Departamentos ou Assessorias de Relações Públicas. (PINHO, 1990, p. 78)

Hodiernamente, a Polícia Militar de Rondônia utiliza o press release para informar seu público de interesse, que é a sociedade rondoniense, no tocante aos serviços públicos na área de segurança, ora prestados.

Ocorrências policiais conduzidas com êxito, que resulta em apreensões de criminosos, bem como de materiais ilícitos e pertences de vítimas dos crimes de furto e roubo, por exemplo, são pautas corriqueiras de press release lançados em redes sociais, como páginas e perfis de Facebook das mais diversas Organizações Policiais Militares espalhadas pelo Estado de Rondônia.

1.1 A imagem institucional

Inicialmente, uma imagem institucional diz respeito a uma instituição ou empresa. O seu entendimento pode ser compreendido na ideia apresentada por Rabaça e Barbosa (2002), que mencionam:

A imagem institucional é um conjunto de opiniões subjetivas dos indivíduos de diferentes públicos ou de grupos sociais a respeito de uma instituição, produto ou marca. É uma representação mental, consciente ou inconsciente, formada a partir de percepções, de vivências, de lembranças e de experiências passadas, sendo passível de ser modificada por novas experiências. (RABAÇA; BARBOSA, 2002, p. 377)

Há de se verificar nesse íterim as nuances observadas sobre o setor público, em especial, no âmbito da PMRO. A promoção de serviços, como a preservação e manutenção da ordem pública, também pode estar sujeita às vantagens que a publicidade institucional propõe. Segundo Sampaio (1997, p. 91-98), quanto aos setores de serviços públicos, a publicidade descreve sua função de comunicação como sendo de “informar adequadamente sobre a boa utilização dos serviços que prestam (telefonia e energia, principalmente), estimular consumo, criar imagem.” Portanto, o prestígio dado pelo público de interesse em relação ao serviço de segurança recebido é crucial para que a PMRO, promotora respectiva, perpetue uma imagem institucional positiva e coesa, disseminando seus objetivos e valores.

Com a construção de uma imagem institucional, presume-se que o alcance de tal meta pode delongar-se a longo prazo, e depende exclusivamente das ações de publicidade. Baseado nessa assertiva, Pinho (2008) identifica que:

Sua construção é um processo permanente, longo e complexo, que depende de fatores e atributos como as experiências no uso do produto; **as informações veiculadas pelos meios de comunicação**; o relacionamento da empresa com funcionários, fornecedores e revendedores; a consciência social da organização; e **o seu nível de integração e participação com a comunidade**. [grifo nosso] (PINHO, 2008, p. 137)

Logo, construir uma imagem institucional não é uma meta simples. Demanda esforço concentrado do público interno da organização, o qual deve compreender os valores e os objetivos da instituição em comento, antes de traçar as estratégias de publicidade, para que a construção da imagem institucional perante o público de interesse seja, não só positiva, mas essencialmente padronizada.

Hodiernamente, com a expansão das tecnologias da informação, o surgimento das mídias sociais tornou o processo de comunicação mais fácil, ágil e dinâmico. Com isso, organizações como a PMRO ganharam a possibilidade de construir suas imagens institucionais dentro de um ambiente virtual que possui uma comunidade de milhares de pessoas, que interagem entre si, produzindo ou buscando informações das mais diversas.

2 O PODER DAS MÍDIAS E REDES SOCIAIS NA DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

As mídias sociais em decorrência da evolução e expansão das tecnologias da informação, por intermédio da internet, tornaram-se a mola propulsora que incentivou milhões de pessoas a interagirem no campo virtual, sendo os instrumentos que viabilizaram a praticidade, flexibilidade e dinamicidade no campo publicitário, interagindo e aproximando as pessoas, independentemente de onde estiverem.

A Secretaria de Comunicação Social (2014) traz em seu bojo a interpretação das mídias sociais como sendo “plataformas de internet que facilitam e aceleram a conexão entre as redes (grupos) sociais.” Denota-se que as mídias sociais são plataformas que aglomeram grupos de pessoas que se interagem virtualmente, formando as redes sociais.

Existem vários tipos de plataformas de interação social, que se diferenciam entre si, principalmente pelo volume de usuários cadastrados. Via de regra, possuem características comuns, como criação de perfil e página institucional de forma gratuita. As principais mídias sociais no Brasil são: Facebook, Youtube, Twitter e Instagram. Cada mídia social possui uma maneira distinta de interagir, em conformidade com o tipo de conteúdo divulgado e priorizado.

2.1 O Facebook como ferramenta de comunicação institucional

O Facebook atualmente é uma das maiores e mais importantes mídias sociais existentes. No Brasil, é a rede mais utilizada. O Manual de boas práticas em ambiente digital, editado

pela Intervenção Federal na Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro (2018), anexo “B” do Plano de Comunicação Social da Intervenção Federal, dá ênfase a tal argumentação, comentando ainda sobre as vantagens funcionais da referida mídia social:

Atualmente, o Facebook é a rede mais utilizada no País e também aquela, dentre as principais, que possuem mais funcionalidades e possibilidades de interação com o público, tais como: publicações de textos, fotos, vídeos, criação de eventos, transmissões ao vivo e uso como comunicador instantâneo. [grifo nosso] (GABINETE DE INTERVENÇÃO FEDERAL, 2018, p.26)

Concernente às instituições públicas, o Facebook é desfrutado com uma dinâmica semelhante, mas com regras, configurações e formas de utilização distintas. As organizações, com base em suas necessidades específicas de publicidade, devem optar pela criação de uma página, ao invés de um perfil de Facebook. Comentando sobre o assunto, Porto (2014) explica que os perfis são indicados para as pessoas interagirem com pessoas, diferente das páginas de Facebook que são indicadas para empresas e organizações por serem ferramentas de marketing, com recursos e funcionalidades específicos que direcionam os públicos para fins comerciais.

Um outro fator diferencial importante entre perfil e página de Facebook se dá pela capacidade de fãs que cada um suporta. Enquanto que nesta, o número de pessoas para curtir é ilimitado, aquela suporta no máximo 5.000 (cinco mil) pessoas adicionadas. Porto (2014) destaca outros fatores diferenciais das páginas, em relação aos perfis de Facebook:

- dados e informações sobre o desempenho da página;
- utilização de aplicativos;
- utilização de todos os formatos de anúncio no facebook;
- integração com sites e aplicativos;
- várias pessoas podem administrar a mesma página. (PORTO, 2014, p. 39)

Complementando o assunto, a central de ajuda da plataforma do Facebook explana algumas atribuições da página disponíveis, sendo elas: o administrador; o editor de conteúdo; o moderador; o anunciante; e o analista de informações.

O fator da interatividade é um ponto crucial para se chegar num bom nível de engajamento do perfil ou página do Facebook, influenciando diretamente no alcance das postagens e o consequente envolvimento dos usuários. O alcance representa o número de usuários para os quais o conteúdo divulgado foi distribuído, sendo considerada como uma

medida que sintetiza o grau de relevância do conteúdo postado. Porto (2014, p. 341) conceitua alcance como: “número total de pessoas únicas que visualizaram a publicação”. Ou seja, o alcance representa a recepção da mensagem pelo usuário do Facebook.

○ engajamento nesse contexto torna-se um fator métrico importante para qualquer empresa ou organização que se utiliza da plataforma para fins de visibilidade, ou seja, visando propagação de conteúdo. O número de alcance deste é um importante fator métrico de engajamento. Porto (2014, p. 12) argumenta que a geração do engajamento é muito importante para uma empresa que está focada em marketing, pois a instituição será vista, recomendada e querida pelos seus fãs.

○ que se percebe é que o Facebook pode se tornar uma excelente ferramenta de publicização de conteúdo audiovisual e gráfico, se bem utilizado, no âmbito de suas funcionalidades e dentro das políticas internas de valores e perspectivas da instituição ora divulgada. A proximidade com os públicos de interesse agrega uma dinâmica de aferição de resultados e construção da imagem institucional.

○ Facebook tem contribuído para alavancar as divulgações institucionais da Polícia Militar de Rondônia e de suas Organizações Policiais Militares – OPM, contudo, de uma forma desconcentrada do serviço de divulgação institucional.

3 A DESCONCENTRAÇÃO DA DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL NA PMRO

Existem algumas formas da administração pública poder prestar seus serviços, sendo elas: centralizada, descentralizada e desconcentrada. Meirelles (1998) comenta a respeito de tais configurações:

Serviço centralizado - é o que o Poder Público presta por seus próprios órgãos em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade.

[...] Serviço descentralizado - é todo aquele em que o Poder Público transfere sua titularidade ou, simplesmente, sua execução, por outorga ou delegação, a autarquias, fundações, entidades paraestatais, empresas privadas ou particulares individualmente.

[...] Serviço desconcentrado - é todo aquele que a Administração executa centralizadamente, mas o distribui entre vários órgãos da mesma entidade, para facilitar sua realização e obtenção pelos usuários. [grifo nosso] (MEIRELLES, 1998, p. 295)

Verifica-se que, no serviço centralizado, a própria instituição executa suas demandas por intermédio de suas repartições, sem necessitar movimentar a responsabilidade do emprego para uma outra organização. A partir do momento em que há essa transferência de responsabilidade, o serviço passa a ser descentralizado, bem como sujeito a controle e fiscalização do órgão que transferiu a execução da demanda. Esta forma de prestação ocorre usualmente em casos onde a Pessoa Jurídica (empresa) que recebe a responsabilidade de cumprir determinado mister, é especializada na demanda que recebera.

Já o serviço desconcentrado, a própria organização a promove, contudo, atribuindo a responsabilidade para suas repartições internas. Cabe salientar que a desconcentração é uma forma de serviço que viabiliza celeridade de resultados dentro da instituição. Diferente da descentralização, que vê a necessidade de executar um ofício mais apurado na especialidade. Meirelles (1998) faz tal análise ao distinguir tais formas de serviço:

A desconcentração é uma técnica administrativa de simplificação e aceleração do serviço dentro da mesma entidade, diversamente da descentralização, que é uma técnica de especialização, consistente na retirada do serviço dentro de uma entidade e transferência a outra para que o execute com mais perfeição e autonomia. (MEIRELLES, 1998, p. 295)

Logo, o que se observa, é que a Polícia Militar de Rondônia, no seu contexto de Comunicação Social, tem adotado a forma desconcentrada da prestação do serviço de publicidade institucional, ou seja, suas OPM's têm, na prática, realizado a divulgação institucional de notícias, artes gráficas, fotos e vídeos para a comunidade residente no município, a qual está inserida, por meio de suas respectivas mídias sociais. Tal prática faz-se necessária em prol de uma maior dinâmica na divulgação institucional, viabilizando, conseqüentemente, a transparência das ações policiais militares em todo o Estado de Rondônia.

3.1 O facebook no cenário desconcentrada da PMRO

A plataforma Facebook se tornou a principal ferramenta de comunicação da PMRO com a população rondoniense, devido ao total de seguidores contidos nas páginas e perfis ora criados e mantidos, bem como por representar cerca de 50% (cinquenta por cento) de todas as mídias sociais existentes na Corporação atualmente.

Com base em tais informações, e visando contextualizar o estudo de caso realizado neste trabalho, serão comentadas as características dos perfis e página de Facebook que são alvos da presente pesquisa, analisando o nível de interatividade das respectivas redes sociais entre os dias 19 de junho de 2019 e 23 de setembro de 2019, período correspondente à pesquisa do presente artigo científico.

3.1.1 Facebook (página) da Polícia Militar do Estado de Rondônia (Oficial)

Criado em 31 de maio de 2016, o perfil “Dcoms Pmro” gerencia a página “Polícia Militar do Estado de Rondônia (Oficial)”, que possui atualmente 23.583 pessoas na qualidade de seguidores, que acompanham diariamente as divulgações institucionais da PMRO.

A Diretoria de Comunicação Social, situada no Município de Porto Velho - RO é a Unidade que produz e divulga conteúdos na referida página, postando todos os dias. Peças gráficas, audiovisuais e matérias jornalísticas são os principais produtos de publicidade institucional criados.



A figura 1 é um exemplo de peça gráfica produzida pela DComS, com pautas motivacionais voltadas não só para o público interno, como também para o externo. Ocasões e peculiaridades da profissão policial militar são abordadas com uma mensagem que conversa com a imagem utilizada.

Existe uma padronização de design nas peças gráficas com a exposição do Estandarte da PMRO (logotipo), com o lema da corporação “Lealdade, disciplina e constância” e ao lado, o selo horizontal do Governo do Estado de Rondônia, uso da fonte “Swis721 CN BT” em caixa alta, com cores predominantemente brancas, sendo utilizada a cor amarela para destacar palavras-chaves, bem como uso de margens de calibre fino na cor branca transparente, para focalizar e enquadrar a imagem, tudo com vistas a buscar uma identidade visual dos produtos publicitários da DComS.

O resultado final é a propositura de um design limpo, que prima pela valorização do registro da imagem, no sentido de preservar e fortalecer a figura institucional da PMRO perante a sociedade Rondoniense.

No que tange ao nível de interatividade da página, em uma análise realizada no período de 19 de junho de 2019 a 23 de setembro de 2019, a plataforma atingiu, mediante as postagens de conteúdos, o alcance de 1.058.440, com interações contabilizadas em 18.081 curtidas de pessoas, 10.452 compartilhamentos de postagens e 914 comentários de visitantes na página, resultando num excelente engajamento de ação e propagação de conteúdo.

3.1.2 Facebook (perfil) da Polícia Militar de Pimenta Bueno

Criado em 21 de setembro de 2017, o perfil Polícia Militar de Pimenta Bueno possui atualmente 5.000 pessoas na qualidade de amigos¹, que acompanham diariamente as divulgações institucionais da PMRO. A 3ª Companhia de Policiamento Ostensivo de Fronteira do 4º Batalhão de Polícia Militar – 3ª Cia PO Fron/4º BPM, situada no Município de Pimenta Bueno – RO, é a Organização Policial Militar - OPM que, por intermédio de sua Seção de Comunicação Social, gerencia o referido perfil, postando informações de segunda a sexta-feira. Boa parte do conteúdo dessas postagens são compartilhamentos de produtos gráficos e audiovisuais divulgados na página de Facebook “Polícia Militar do Estado de Rondônia (Oficial)” que são produzidos pela DComS da PMRO.



Alguns produtos midiáticos visuais são produzidos pela 3ª Cia PO Fron/4º BPM, com pautas motivacionais voltadas tanto para o público interno, como para o externo, como exemplo na figura 2, que expõe as peculiaridades da profissão policial militar, bem como sua logística e pessoal. Outrossim, é uma arte visual que carece de elementos que identifiquem de pronto a Polícia Militar de Rondônia, não possuindo ao menos o logotipo da corporação (estandarte). Ao contrário, constrói uma nova ou outra imagem para a corporação, relativa apenas à 3ª Cia PO Fron/4º BPM, podendo dar margem para entendimento de que a referida Subunidade é uma outra corporação policial militar separada da PMRO. Utiliza-se na arte gráfica somente o escudo da Companhia, referenciando ainda na parte superior “Polícia Militar de Pimenta Bueno”, a qual inclusive, compõe o nome do perfil de Facebook respectivo.



A divulgação de ocorrências policiais bem-sucedidas com apreensão de materiais ilícitos como drogas, armas de fogo e criminosos, por meio de press releases, também compõe o rol de conteúdos produzidos e divulgados pela 3ª Cia PO Fron/4º BPM. São postagens que rendem bastante envolvimento do público externo, como curtidas, comentários e compartilhamentos. Todavia, a imagem institucional vendida no caso em tela (figura 3) continua distorcida, com a propagação de elementos contidos na postagem que remetem a uma outra corporação, diversa da PMRO, ao mencionar no título da matéria, bem como na arte gráfica da ocorrência divulgada “Polícia Militar de Pimenta Bueno”.

O nível de interatividade do perfil é razoável. Em uma análise feita no período de 19 de junho de 2019 a 23 de setembro de 2019, a plataforma contabilizou para as divulgações institucionais realizadas, 3.674 curtidas de pessoas, 315 compartilhamentos de postagens e 455 comentários de visitantes no perfil, resultando num engajamento mediano.

3.1.3 Facebook (Perfil) do Terceiro Bpm Vilhena

Criado em 03 de abril de 2019, o perfil Terceiro Bpm Vilhena possui atualmente 447 pessoas na qualidade de amigos¹, que acompanham diariamente as divulgações institucionais da PMRO. O 3º Batalhão de Polícia Militar - BPM, situada no Município de Vilhena - RO, é a Unidade que gerencia o referido perfil, postando conteúdos de segunda a sexta-feira. Boa parte desses são compartilhamentos de produtos gráficos e audiovisuais divulgados na página de Facebook “Polícia Militar do Estado de Rondônia (Oficial)”, que são produzidos pela Diretoria de Comunicação Social da PMRO.



Figura 4 - Peça gráfica produzida e divulgada pelo 3º BPM no seu perfil de Facebook.
Fonte: Facebook

Alguns produtos visuais são produzidos pelo 3º BPM, com pautas motivacionais voltadas tanto para o público interno, como para o externo, como exemplo na figura 4, em que expõe as peculiaridades da profissão policial militar. Outrossim, é uma arte visual que carece de elementos que identifiquem mais a Polícia Militar de Rondônia, não possuindo ao menos o Estandarte da corporação (logotipo). Ao contrário, constrói uma nova ou outra imagem para a corporação, relativa apenas ao 3º BPM podendo dar margem para entendimento de que a referida Unidade é uma outra instituição policial militar separada da PMRO, quando se divulga na arte gráfica somente o slogan da Unidade: “3º BPM: Protegendo a vanguarda do Estado de Rondônia”.



A divulgação de projetos como o “Vizinhança Segura”, conforme visto na figura 5, por intermédio de links, é uma prática realizada corriqueiramente pelo 3º BPM em seu perfil de Facebook. Todavia, a imagem institucional vendida no caso em tela continua distorcida. Não há nenhum elemento textual que remeta a matéria jornalística como sendo da corporação Polícia Militar de Rondônia. O título do press release identifica o 3º BPM somente.

Já o nível de interatividade do perfil é bom. Em uma análise realizada no período de 19 de junho de 2019 a 23 de setembro de 2019, a plataforma contabilizou, mediante

as postagens de conteúdos, 1.358 interações, sendo elas: 1.147 curtidas de pessoas, 113 compartilhamentos de postagens e 98 comentários de visitantes no perfil, resultando num bom engajamento, se comparados com a quantidade de amigos relacionados ao perfil em destaque.

A autonomia de Organizações Policiais Militares em divulgar institucionalmente a corporação por meio do serviço desconcentrado nas mídias sociais, em especial na plataforma Facebook, tem ocasionado uma visível despadronização da publicidade institucional da PMRO, com a divulgação de peças gráficas ora produzidas sem nenhum parâmetro, referenciando mais a imagem da OPM que publica, do que a própria corporação da qual pertence.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a desconcentração da divulgação institucional tem sido uma realidade na Polícia Militar de Rondônia, podendo ser considerada como uma consequência da facilidade de criação de contas nas mídias sociais. Elas são atrativas considerando a gratuidade do uso, caracterizando-se como uma estratégia interessante quanto aos seus propósitos, de aproximar ainda mais a instituição do seu público de interesse.

Sem falar das capacidades de monitorar o engajamento com as propagações, que viabilizam uma dinâmica célere de publicização do serviço público de segurança. Tais quesitos tornaram o Facebook a principal plataforma de Comunicação Social da PMRO, abarcando cerca de 50% das mídias sociais ativas atualmente na respectiva Corporação Policial.

Com base em tal espectro, um dos prováveis fatores geradores dessa crescente ativação de contas de mídias sociais é a ausência de normativas internas da PMRO que legislem de maneira específica sobre a Comunicação Social nas plataformas sociais, inexistindo previsões de competências e limitações em relação aos protocolos de divulgação das OPM's.

Outra carência detectada está relacionada à falta de manuais de identidade institucional, que primem por uma padronização de feitura dos produtos midiáticos gráficos e audiovisuais para divulgação, estabelecendo limites com respeito a divulgação da marca PMRO de maneira padronizada. Qualquer Organização Policial Militar pode ter sua mídia social desde que atenda ao devido cuidado técnico.

Ou seja, a desconcentração da divulgação institucional na PMRO deve ser revista com base no aprimoramento da coordenação, fiscalização e orientação da política de Comunicação Social, com vistas a tornar a imagem institucional da Corporação única perante o público externo, não havendo percepções distintas de uma mesma instituição em cada Município.

A formação contínua na área de Comunicação Social é de suma importância para conscientizar Comandantes de Unidades a se dedicarem a uma causa maior, divulgando a Polícia Militar de Rondônia ao invés de suas Companhias, Batalhões e Diretorias e também realização de cursos e estágios para capacitar de forma técnica o efetivo policial militar que trabalha nas seções de Comunicação Social (P-5) de cada OPM.

A PMRO possui um grande potencial de crescimento na referida mídia social, com o aumento de sua visibilidade atrelada ao engajamento de ações e propagações de conteúdo nas redes sociais. Um dos fatores detectados, que limita as capacidades de divulgação da

Corporação pelo Facebook, é a manutenção de perfis para postagens de conteúdo ao invés de páginas, pelas OPM's pesquisadas, sem falar das outras Unidades que atuam no mesmo estilo. O perfil "Polícia Militar de Pimenta Bueno", já atingiu o limite máximo de 5.000 (cinco mil) amigos adicionados, dificultando a expansão da taxa de engajamento de propagação dos conteúdos postados, por conta da limitação de interatividade da rede social que abarca.

Portanto, para o experimento de tal potencial frente ao Facebook, faz-se necessário um maior conhecimento da mídia social, para que seus gerentes manipulem as ferramentas existentes com mais precisão. A migração de perfis ativos para páginas institucionais, logo, é essencial, pois estas não possuem limite de seguidores, oferece mais recursos, ferramentas para mensuração de resultados, flexibilidade da gestão do conteúdo e opções de publicidade.

Todavia, após criadas as páginas, estas deverão estarem integradas com o perfil "DComS PMRO", para que haja uma gerência centralizada para melhor controle do produto que será divulgado, além de ampliar a interação com o público nas redes sociais, bem como explorar mais o monitoramento que a própria mídia Facebook fornece, para fins de assessoramento ao Comando da Corporação e idealização de metas exclusivas na área de publicidade institucional.

Logo, desde que feita de maneira padronizada, supervisionada e integrada dentro de um Sistema de Comunicação Social, a prestação do serviço desconcentrado será o melhor caminho para a Comunicação Social da Polícia Militar de Rondônia, frente a grande demanda existente, bem como às dificuldades de meios logísticos e de pessoal capacitado.

Por fim, tal fortalecimento da identidade e imagem institucional da Polícia Militar de Rondônia só acontecerá se todos os seus integrantes fizerem sua parte, remando num mesmo sentido, buscando um objetivo em comum, e tendo a consciência de que fazem parte de uma só Corporação.

Este trabalho não esgota o assunto abordado. Debate somente um de vários aspectos, que faz com que a Comunicação Social influencie pessoas dentro dos propósitos traçados pelas instituições públicas, no que tange à aquiescência de suas respectivas imagens institucionais quanto à visão, missão e valores perante a sociedade.

Como citar este artigo: MIRANDA, Alex Carvalho de. As redes sociais da Polícia Militar do estado de Rondônia: um estudo de caso sobre a desconcentração da divulgação institucional pelo facebook. **Rev. Silva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 32-50, jul.-dez. 2019.

REFERÊNCIA

GABINETE DE INTERVENÇÃO FEDERAL. **Plano de Comunicação Social do Gabinete de Intervenção Federal**. Rio de Janeiro: Gabinete de Intervenção Federal, 2018.

JONES, John Philip. **A publicidade na construção de grandes marcas**. São Paulo: Nobel, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 23 ed. São Paulo: Editora RT, 1998.

PEREIRA, Ana Carolina. **Guia para elaboração e normatização de trabalhos científicos**. 2 ed. Rio de Janeiro: CEP/FDC, 2016.

PINHO, José Benedito. **Propaganda institucional: usos e funções da propaganda em relações públicas**. 5. ed. São Paulo: Summus editorial, 1990.

PINHO, José Benedito. **O poder das marcas**. 5.ed. São Paulo: Summus, 2001.

PINHO, José Benedito. **Comunicação em marketing: princípios da comunicação mercadológica**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PORTO, Camila. **Facebook Marketing**. São Paulo: Novatec editora, 2014.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo G. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Campus, 2002.

SAMPAIO, Rafael. **Propaganda de A a Z: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SANT'ANNA, Armando; ROCHA JÚNIOR, Ismael; GARCIA, Luiz Fernando Dabul.
Propaganda: teoria, técnica e prática. 7 ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Manual de Orientação para Atuação em Mídias Sociais:** identidade padrão de comunicação digital do Poder Executivo Federal. 2 ed. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 2014.

VÍDEOS INSTITUCIONAIS: A NECESSIDADE DE ELABORAÇÃO DE UMA DIRETRIZ DE PRODUÇÃO NO ÂMBITO DAS FORÇAS ARMADAS

NELSON ROBERTO BIANCO JUNIOR¹

RESUMO

O desenvolvimento dos meios audiovisuais permitiu que as instituições pudessem se apresentar à sociedade de uma forma mais simples, dinâmica e com um padrão de qualidade cada vez maior. A evolução dos equipamentos de captação de áudio e imagem contribuiu e participa ativamente na constante melhoria do padrão dos materiais produzidos para divulgação. Além disso, os softwares de edição também progrediram no sentido de ampliar a quantidade de ferramentas e possibilidades de manipulação do material captado durante a produção. Nesse sentido, verificou-se um notório aperfeiçoamento dos vídeos institucionais da Força Terrestre, o que pode agregar valor ao Exército Brasileiro. Contudo, apesar dessa visível atualização de todos os meios que rodeiam um processo de confecção de um vídeo institucional, verifica-se que muitas Organizações Militares ainda pecam na forma correta de produzir um vídeo dessa magnitude, seja pela precariedade de seus equipamentos, seja por pouco conhecimento técnico na área. Nesse sentido, o presente trabalho procurou elucidar questionamentos acerca do efetivo, dos materiais disponíveis e da existência de vídeo institucional nos Comandos Militares de Área e nas Divisões de Exército, no intuito de nortear a idealização de uma Diretriz de Produção de Vídeos Institucionais nos Grandes Comandos e para que essa proposta possa ser difundida em todos os níveis.

Palavras-Chaves: Vídeo Institucional. Comunicação Institucional. Exército Brasileiro.

ABSTRACT

The development of audiovisual media has allowed institutions to be able to present themselves to society in a simpler, dynamic way and with a growing quality standard. The evolution of audio and image capture equipment has contributed and actively participates in the constant

1. Especialista em Operações Militares - Lato Sensu pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Pós-Graduado - Lato Sensu em Operações Militares de Defesa Antiaérea e Defesa do Litoral pela Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea. E-mail: nrbiancojunior@gmail.com

improvement of the standard of materials produced for dissemination. In addition, editing software has also progressed in order to expand the number of tools and possibilities for manipulating material captured during production. In this sense, an improvement of the Ground Force's institutional videos has been observed, which may add value to the Brazilian Army. However, despite this visible update of all the resources that surround the process of making an institutional video, it can be seen that many Military Organizations still lack the correct way to produce a video of this magnitude, either due to the precariousness of their equipment, or little technical knowledge in the area. In this regard, the present work sought to elucidate questions about the military personnel, the available supplies and the existence of institutional video in the Military Area Commands and Army Divisions, in order to guide the idealization of a Guideline for Institutional Video Production in the Great Commands and that this proposal can be spread at all levels as well.

Keywords: Institutional Video. Institutional Communication. Brazilian Army.

INTRODUÇÃO

Hodiernamente, quando os meios de comunicação de massa possuem características extremamente dinâmicas, verifica-se cada vez mais a necessidade da produção e divulgação de materiais institucionais com elevado padrão de qualidade e que reproduzam o alto padrão da instituição.

O desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias capazes de ajudar o homem nos mais diversos setores pessoais e profissionais tem sido uma marca da Revolução Informacional. Neste contexto, verifica-se um acentuado melhoramento nos métodos de confecção e edição de vídeos, em especial os de divulgação institucional da Força Terrestre.

Os meios empregados para a criação de filmes foram paulatinamente sofrendo uma evolução desde a sua criação. Com o advento das mídias digitais e suas várias possibilidades de emprego, juntamente com o contínuo processo de modernização dos sistemas e equipamentos, novas sistemáticas de captação e edição de vídeo se desenvolveram.

Pode-se dizer que, dentre os vários tipos de equipamentos eletrônicos disponíveis no mercado, possivelmente os de áudio e vídeos foram daqueles que mais evoluíram nas últimas

décadas, não apenas tecnologicamente, como também no papel estratégico de emprego pelas mais diferentes empresas nacionais e internacionais, sejam elas civis, bélicas ou mesmo as militares.

A despeito da evolução na elaboração de conteúdos institucionais, muitas Organizações Militares (OM) do Exército Brasileiro (EB) ainda deixam a desejar na qualidade dos vídeos produzidos internamente. A precariedade dos meios de captação e a má qualidade dos programas empregados na edição costumam ser alguns dos problemas mais comuns durante o desenvolvimento de um filme.

Em contrapartida, é possível encontrar produtos de Comunicação Social na Instituição com uma apresentação primorosa, ideias excelentes, edição com elevada quantidade de ferramentas tecnológicas e extremamente atuais. Tal disparidade levanta o questionamento acerca do que causa tamanha diferença de apresentação nos produtos finais.

O estudo para o levantamento dos principais meios utilizados pelos Comandos Militares de Área e Grandes Comandos Operacionais, universo deste trabalho, visa elencar as ferramentas predominantemente utilizadas em cada 7ª Seção na criação e montagem de vídeos de divulgação dos mais diversos eventos realizados e, em especial, os institucionais.

Assim, o objetivo deste artigo é identificar os aspectos positivos e negativos do processo de criação de tais produtos, estabelecendo rotinas de produção de vídeos mais eficientes e de melhor qualidade.

Para isso, como metodologia, realizou-se uma pesquisa com as Seções de Comunicação Social do universo selecionado para identificar quais os meios ideais de captação e edição de imagens, com destaque para os equipamentos e softwares mais utilizados. Dessa forma, pretende-se fornecer subsídios e dicas para que haja uma elevação na qualidade dos vídeos produzidos.

O presente estudo está organizado em três partes. Na primeira, com o intuito de sanar possíveis dúvidas e a título de curiosidade, é abordada uma contextualização conceitual do que representa um vídeo institucional e suas principais características. A segunda parte, mediante a realização de uma pesquisa, trata de apresentar o cenário atual na produção de vídeos institucionais dos Grandes Comandos. Já a terceira, direciona suas linhas para a apresentação da proposta de diretriz de produção dos vídeos institucionais.

Por fim, este estudo procura consolidar o conhecimento relacionado às melhores práticas na criação de filmes de forma a auxiliar o EB no estabelecimento de uma rotina lógica e eficiente de captação e edição de vídeos institucionais, potencializando a ação de Comunicação Social (Com Soc) da Instituição. Por isso, propõe diretrizes para a produção dos vídeos.

1 O VIDEO INSTITUCIONAL

O progressivo avanço dos recursos tecnológicos e o advento da recorrente atualização de programas de edição de áudio e vídeo concorrem para um futuro cada vez mais dinâmico no que tange à possibilidade de difundir uma empresa, ou instituição, frente a um público, seja ele geral, alvo ou específico.

É notoriamente sabido que, assim como o nome já nos direciona e aponta, o vídeo institucional tem por finalidade divulgar e promover uma instituição ou organização, por intermédio de um filme, ferramenta dinâmica e extremamente aceita nos dias de hoje. Também propaga sua marca e identidade visual, buscando agregar valores e credibilidade junto à sociedade.

Diante de uma possível dicotomia que abarca fatores como quantidade versus qualidade, a organização que deseja se apresentar ao mercado e à sociedade necessita observar, junto à equipe de edição, ou à empresa contratada para confecção do produto de divulgação, todos os atributos que norteiam a produção de um vídeo de valor.

A confecção de um vídeo institucional não é algo simples e que se consiga fazer de um dia para o outro. Para se chegar a um vídeo profissional, distante do amadorismo de vídeos domésticos, feitos com outras finalidades, e que chame a atenção do público, há de possuir um conjunto de fatores que direcionem o editor ou a equipe que estiver conduzindo esse importante trabalho.

É interessante destacar que os conceitos apresentados visam trazer ideias que mostrem a importância do vídeo para a humanidade e sua força no sentido de transmitir informações a um número elevado de pessoas.

1.1 Os vídeos institucionais

De acordo com Westerkamp e Carissimi (2011), inicialmente idealizado para apresentar, de uma forma mais tradicional e clássica, a história de uma empresa, bem como sua localização, infraestrutura, áreas de atuação, produtos e serviços, clientes e diferenciais, o vídeo institucional permite agregar valor real ou simbólico à marca ou instituição, fortalecendo sua imagem junto ao público, a concorrentes e colaboradores.

Por ser um produto extremamente atual, capaz de ser visto em qualquer lugar e a

qualquer momento, passível de postagem nos mais diversos ambientes virtuais e redes sociais, é uma das mídias com maior capilaridade e importância para a apresentação das informações que estreitam os laços entre uma organização e a sociedade.

Ainda conforme Westerkamp e Carissimi (2011), por se destacar como uma preferência por grande parte das pessoas e por possuir a propriedade de sintetizar uma boa quantidade de palavras, em um formato iminentemente visual, um vídeo pode, em poucos segundos ou minutos, transmitir de forma clara, precisa e concisa todo um cabedal de emoções e o panorama funcional de uma firma, constituindo um diferencial por seu alto valor percebido no mercado.

No que tange à destinação dos vídeos institucionais, também conhecidos por vídeos corporativos ou vídeo marketing, podem-se destacar e conglomerar três universos iniciais: população (ou sociedade), colaboradores (podendo ser funcionários da empresa ou terceirizados) e público-alvo.

Cada qual podendo contar com uma campanha específica e direcionada, como também com um vídeo único que reúna aspectos importantes de cada segmento em uma única mídia de divulgação, corroborando para que o elo entre os grupos formadores da instituição se fortaleçam cada vez mais.

Reveste-se de magnitude e julga-se imprescindível a observação de aspectos pontuais que exijam ser exaltados para a manutenção de padrões elevados e, ainda, em uma possível ratificação ou retificação do apresentado pela empresa como pontos fortes e que gerem credibilidade.

1.2 Principais características dos vídeos institucionais

A confecção de um vídeo institucional necessita abarcar algumas características fundamentais para não fugir de sua essência. Essas idiossincrasias, por mais que apresentem certas nuances, predeterminarão a confecção e a exequibilidade de um vídeo de qualidade e que transmita as informações e as emoções que a instituição deseja passar ao público.

Apesar de assumirem um papel, de certa forma coadjuvante, durante a edição, que necessita de uma total atenção em aspectos mais técnicos, um trabalho de desenvolvimento de um vídeo institucional precisa estar norteado pelos seguintes talentos: transmitir as informações de forma simples e clara; impressionar positivamente o público; disseminar seus principais valores; apresentar aspectos que agreguem confiança; e atualizar e modernizar a marca.

A transmissão das informações de forma simples e clara evidencia-se no fato de que o vídeo poderá ser difundido para um público amplo, variado e, concomitantemente a isto, permite que as noções atinentes a instituição sejam percebidas na íntegra e em um curto espaço de tempo.

No tocante à busca por impressionar positivamente o público, é perceptível que o conteúdo do vídeo deverá permitir um certo nível de humanização e apresentar mensagens positivas acerca das missões da instituição e que possuam significativa empatia com a sociedade como um todo.

Para corroborar com as ideias supracitadas, cresce de vulto, um estudo detalhado acerca dos principais valores da instituição, no sentido de haver uma disseminação desses atributos a nível de viabilizar um reconhecimento positivo das ações realizadas pelo Grande Comando (G Cmdo) ou por sua cadeia de comando.

Cabe salientar que, a todo momento, o vídeo institucional deve apresentar conteúdo, informações, mensagens e aspectos que permitam constantemente agregar altos valores e confiança às Forças Armadas (FA) e, em especial, à Força Terrestre (F Ter).

Por fim, os softwares de edição atuais possuem condições de potencializar, mediante um trabalho de excelência, somado ao fato da existência de modernos equipamentos e materiais do Exército Brasileiro, a possibilidade de apresentar a instituição de forma a viabilizar uma atualização e modernização da marca.

2 CENÁRIO ATUAL DA PRODUÇÃO DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS

Tamanha é a importância na preservação e fortalecimento da imagem da Força Terrestre, que caracteriza as ações das Seções de Comunicação em todos os níveis, impondo uma organização diferenciada e que seja dotada de materiais adequados para seu trabalho, além da obrigatoriedade de possuir uma equipe profundamente conhecedora de sua missão.

Seguindo esse raciocínio, foi idealizado um questionário com o intuito de equacionar aspectos relevantes e atinentes à composição de cada 7ª Seção dos Grandes Comandos Operacionais, bem como apurar sobre o material disponível em cada uma delas e a existência ou não de um vídeo institucional que atenda às demandas de cada Comando Militar de Área e Divisão de Exército². A solicitação foi a de que as respostas fossem providenciadas pelo Oficial de Comunicação Social (OCS) do Grande Comando ou por algum militar possuidor do curso de Comunicação Social.

Nesta parte do trabalho, serão apresentados os resultados descortinados mediante a realização do questionário supracitado. Os dados mais relevantes gerados, a partir das perguntas realizadas, serão demonstrados, buscando descrever os resultados no intuito de elucidar o cenário atual dos Grandes Comandos pesquisados.

O questionário foi dividido em três partes distintas. A primeira delas teve por objetivo pontuar informações acerca de dados atinentes ao efetivo e conhecimento técnico dos integrantes das Seções de Comunicação Social. Em uma segunda parte, as perguntas foram direcionadas para elencar dados acerca dos equipamentos que cada seção possui e sua empregabilidade nas mais diversas situações e eventos. A terceira e última focou no objeto alvo deste trabalho: os vídeos institucionais e sua produção.

Sobre o questionamento acerca dos integrantes da Seção possuírem conhecimento específico na área de comunicação social ou o Curso de Comunicação Social (pós-graduação lato sensu) do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), a metade, ou seja, três Grandes Comandos possuem todos seus integrantes com algum conhecimento atinente à área de Comunicação. Outros dois G Cmdo possuem quase todos com algum conhecimento nesse ramo e apenas uma possui metade do efetivo com algum conhecimento na área, o que corrobora para execução dos trabalhos em muito boas condições.

Antes de passar para a segunda etapa do questionário, versando sobre os equipamentos que as seções possuem, uma das questões procurou abordar as qualificações que os militares da Comunicação Social possuem. Isto posto, conforme gráfico 1, pode-se constatar que a grande maioria dos integrantes das 7as Seções possui algum curso ou estágio da área de Comunicação, o que é extremamente importante para a estruturação de um ambiente de trabalho produtivo, eficaz e sólido.

Pelas respostas enviadas, fica evidente que tanto os Comandos Militares de Área quanto as Divisões de Exército pesquisados estão estruturados de forma adequada e com pessoal capacitado, experiente e apto a desenvolver seu trabalho.

2. O questionário foi enviado para 8 Comandos Militares de Área e 3 Divisões de Exército. Infelizmente esta pesquisa não conseguiu a adesão de todos e os dados apresentados a seguir dizem respeito apenas às informações coletadas em 5 Comandos Militares de Área e 1 Divisão de Exército.

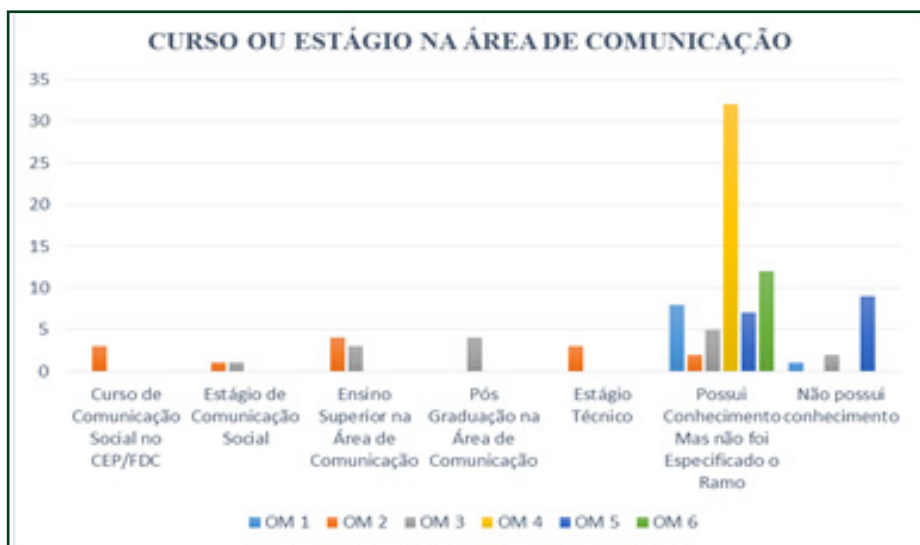


Gráfico 1. Qualificações que os militares da Comunicação Social possuem de acordo com questionário direcionado aos Comandos Militares de Área e Divisões de Exército.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O próximo Gráfico versa sobre a existência de equipamentos de captação de imagem e vídeo nas seções, bem como seu quantitativo e os tipos de dispositivos que mobiliam as seções de Comunicação Social.

Uma característica bastante marcante percebida por esta pesquisa é a integralidade das seções possuírem aparelhos de gravação e câmeras para uso em missões. Torna-se imperioso ressaltar a importância desse aspecto, justificado na efetiva necessidade de que todas as seções tenham equipamentos atuais, modernos e em condições de emprego.

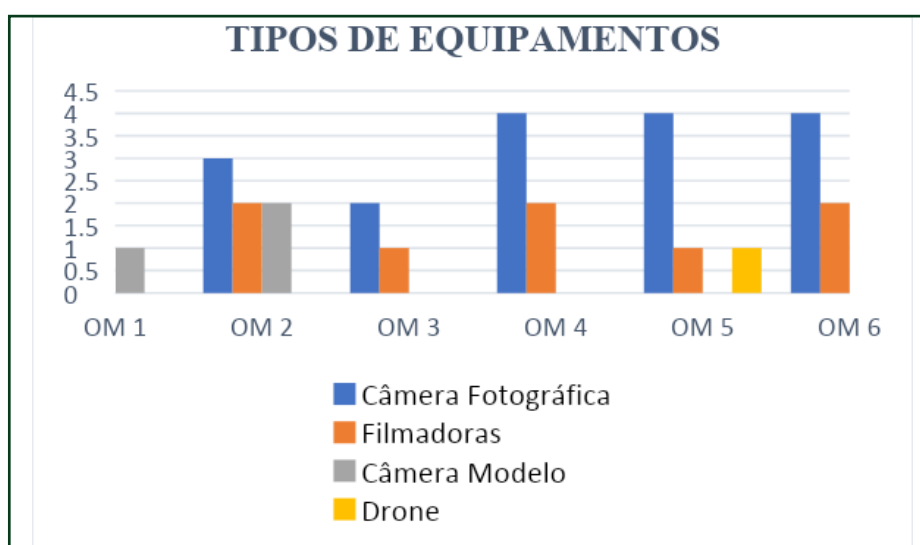


Gráfico 2. Demonstrativo dos tipos de equipamentos de acordo com questionário direcionado aos Comandos Militares de Área e Divisões de Exército.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Contudo, apesar de possuírem as ferramentas acima elencadas, a pergunta seguinte do questionário procurou abordar e esclareceu um ponto interessante acerca da empregabilidade dos materiais, perguntando se os equipamentos atendiam à demanda da seção.

As respostas, desta vez, penderam para o lado negativo. A despeito de possuírem materiais de foto/filmagem, estes devem apresentar alguma limitação técnica ou de quantidade, o que restringe a utilização de forma mais adequada e inviabiliza o aproveitamento ao máximo das potencialidades.

Dentre as respondentes, apenas 1 (16,7%) entende que os equipamentos atendem à demanda da Seção, enquanto que as outras 5 (83,3%) entendem que seus materiais atendem em parte ou não atendem.

Diante de todas as assertivas destacadas durante o questionário e, algumas, devidamente expostas nesta parte da pesquisa, a penúltima indagação orbitou sobre as principais qualidades que um vídeo institucional deveria possuir. Dentre todas as opções elencadas, as que possuíram 100% de escolha, destacando-se como as principais em um planejamento para um projeto desse tipo, foram: roteiro adequado; boa qualidade de imagens; boa qualidade de áudio; e edição de qualidade.

Por fim, buscou-se verificar como, quando e para que finalidade o vídeo institucional é usado e apresentado, com as seguintes respostas provenientes dos Comandos Militares de Área e Divisões de Exército: em palestras e eventos com participação de civis; para divulgação da Organização, para esclarecer a história e as missões do Grande Comando; apresentação das capacidades do Comando Militar de Área (ou da Divisão de Exército); e apresentação do Comando Militar de Área (ou da DE) a autoridades civis e militares.

3 PROPOSTA DE DIRETRIZ PARA PRODUÇÃO DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS

Apresentada a importância estratégica que o vídeo possui para as organizações, sejam elas militares ou civis, e delineada sua efetividade para a transmissão de informações que componham a imagem da instituição, de forma simples, rápida e objetiva, torna-se imperioso que se tenha estabelecida uma proposta de diretriz para produção de vídeos institucionais, sob a premissa de apontar sugestões de ações que possam nortear os trabalhos de uma Seção de Comunicação Social.

Para tanto, é nesse meandro de possibilidades de emprego de pessoal e material que iremos apontar algumas ações militares exequíveis e de grande valor para a realização de um projeto tão significativo como a construção de um produto de divulgação que possa atingir os públicos interno e externo com eficiência e eficácia.

Dessa forma, a seguir, serão apontadas as diretrizes básicas de práticas evidentemente úteis para a produção de vídeos institucionais para os integrantes da 7ª Seção.

3.1 O Projeto

Possuir um projeto é extremamente vital para o desencadeamento de ações posteriores, como a reunião de material já existente, captação de novas imagens e edição dos conteúdos. Realizar uma análise situacional, ou seja, identificar, formular e priorizar fatores de uma determinada Organização Militar (OM), viabilizará a definição das medidas que serão adotadas pela equipe.

Sugere-se levantar os seguintes tópicos iniciais: histórico da organização militar; localização; subordinação (ou abrangência); missão e visão de futuro; material de dotação; efetivo; principais operações militares realizadas; organizações militares subordinadas (nível Divisão de Exército e nível Brigada); e organizações militares diretamente subordinadas (OMDS) ao comando.

Ressalta-se, ainda, que o levantamento supracitado não dita com rigor a sequência em que as informações deverão constar no vídeo institucional, servindo apenas como obtenção de dados para serem compilados e ajustados no roteiro do vídeo, que será abordado mais adiante.

3.2 Quais equipes o projeto deve possuir?

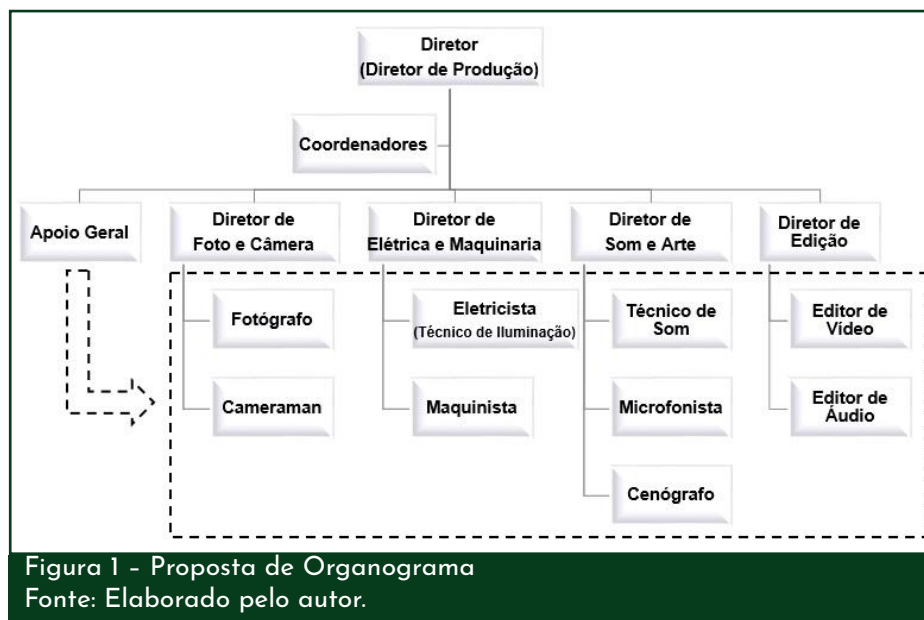
O trabalho em equipe para a gravação de um vídeo institucional vem precedido do emprego sistemático e coordenado de diversos grupos. Considerando que tudo deva ocorrer de forma incontestável e simultânea, torna-se evidente e necessária a presença de profissionais qualificados e aptos a colaborar de forma integral com o projeto.

Contudo, a realidade de um time tão completo e norteadado incessantemente pela busca e consolidação da tarefa, em especial nas Forças Armadas, é um tanto quanto utópico, principalmente pela gama de tarefas que os militares precisam administrar e gerenciar.

Destarte, a intenção inicial deste trabalho será a de apresentar uma sugestão ideal de pessoal capacitado para o bom cumprimento da missão, desenvolvendo suas atividades e prestando o apoio devido e incondicional à obra.

Isto posto, conforme Kuchembuck (2017, p. 151), as equipes de produção e direção, fotografia e câmera, elétrica e maquinaria, som e arte e, por fim, equipe de edição, definem e caracterizam um grupo sólido, capaz de empenhar-se na busca de um trabalho de excelência.

Cabe ressaltar que, dada à limitação de pessoal no EB, pode ser que não haja um militar para cada função proposta. Logo, pode ser que um mesmo profissional responda por mais de uma missão, cabendo ao organograma abaixo sugerir uma estrutura de atribuições e não uma hierarquia de posições.



3.3 A Pré Produção

A pré-produção é uma das fases mais importantes de todo o processo. Muitas etapas que antecedem a produção e edição do vídeo propriamente dita são estudadas, verificadas e materializadas aqui. Pode-se dizer que esta etapa concentra todo o cérebro e o coração da operação.

Visando, uma adequada preparação para a execução das gravações e edição do material reunido, sugere-se que este ciclo seja subdividido em quatro níveis de coordenação

como por exemplo: reunião preparatória de pré-produção; realização de um briefing; reconhecimentos diversos; e ajustes finais.

3.4 Montagem do Roteiro

Condicionado por ser uma das principais partes da pré-produção e pelo alto teor de sua dimensão nesta fase, o roteiro avulta-se de importância por ser um documento de confecção hercúlea e que tem por finalidade orientar todas as equipes sobre como as imagens e os áudios que irão compor o vídeo institucional serão captados e editados, regulando, de forma detalhada e pormenorizada, os passos a serem seguidos.

Mas para que um roteiro comece a tomar forma, são necessários alguns passos que poderão auxiliar na hora da montagem do script, como: planejar o que deseja fazer; desenvolver a história; elaborar cada cena; escrever o roteiro; e revisar e apresentar para um superior hierárquico ler.

Uma das informações mais importantes que deve ser dita é a de que o roteiro não serve para contar a história e sim mostrá-la de forma detalhada e colocando aspectos técnicos sobre as imagens e sons empregados e imaginados, implementando ações que traduzam fielmente o que ele pretende realizar.

De forma simples e objetiva, a despeito de todo o detalhamento necessário na montagem, esse documento apresentará, em uma tabela com duas colunas, todas as informações julgadas pertinentes sobre a parte visual (lado esquerdo) e de áudio (lado direito) que irão compor o vídeo.



**ROTEIRO PARA VÍDEOS INSTITUCIONAIS
(RETRANCA)**

ORGANIZAÇÃO MILITAR:
TÍTULO:
DATA:

VÍDEO	ÁUDIO
✓ Informações sobre tudo que for visual	✓ Informações sobre tudo que for auditivo
✓ Fonte Arial ou Times New Roman, corpo 12	✓ O áudio deverá estar alinhado à imagem correspondente
✓ Corresponder sempre o visual com o áudio compatível	✓ Todas as informações técnicas sobre o áudio deverão constar neste lado: FADE IN/OUT, OFF, BG, etc.
✓ Indicar o enquadramento, plano ou ângulo da gravação	✓ Todo texto que será ouvido deverá estar contido em CAIXA ALTA (corpo 14)
✓ Procurar inserir os termos corretos para as informações escritas sobre a imagem, como: <u>Lettering</u> , GC, etc.	✓ Indicar o tipo de trilha sonora ou efeito que deseja
✓ Caso haja necessidade, divida a coluna na quantidade de linhas que julgar necessária	✓ Ler o texto em voz alta para cronometrar o tempo do vídeo
- Linha para nova organização de cena	- Linha para nova organização de cena

Figura 2 - Modelo de Roteiro
Fonte: Elaborado pelo autor.

Sua estrutura pode apresentar os locais de gravação, as falas que irão ocorrer, as músicas que irão compor a trilha sonora e como essas partes serão editadas para compor o todo. No roteiro, não se exemplifica, por exemplo, como é um parque onde acontecerá a gravação, ele irá apontar as ações que ocorrerão naquele parque.

Ressalta-se que o modelo de documento apresentado pode ser preparado da forma que melhor convier ao roteirista, cabendo a este último especial atenção a aspectos como criatividade, dedicação e persistência para que o trabalho fique claro para todos. Pode ser realizada até a divisão em linhas se julgar conveniente, desde que mantida a regra básica de vídeo do lado esquerdo e áudio do lado direito.

Cabe destacar, porquanto, alguns termos comumente empregados para a confecção do trabalho supracitado:

TERMO	SIGNIFICADO
ARTE	Elementos gráficos
BACKGROUND (BG)	Som de fundo
DEAD LINE	Prazo final
DECUPAGEM	Transcrição do material gravado
ESCALADA	Texto lido pelo (s) apresentador (es) em forma de manchete no início do programa.
GERADOR DE CARACTERES (GC)	Tudo que vai escrito nos créditos da reportagem.
LEAD	Texto que vem no começo da reportagem - 6 QCOP
LINK	Entrada ao vivo
NOTA PÉ	Nota final com informações complementares
OFF	Texto "falado" do repórter
PASSAGEM	Indicação de entrada do repórter em cena
PAUTA	Roteiro que guia o repórter durante a gravação
RETRANCA	Nome dado à reportagem
SONORA	Fala do entrevistado
TP	Equipamento onde se lê o texto que está sendo falado
UPJ	Equipamentos necessários para externas

Quadro 1. Termos técnicos e seus significados.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar a tabela, fica claro que o emprego correto do termo na escrituração do roteiro certamente auxiliará a concretizar o efeito desejado na edição do vídeo. Após isso, uma segunda opinião pode apresentar pontos a serem retificados e que, para o autor, em um primeiro momento, pareciam estar claros. O mais indicado seria uma leitura por parte de um roteirista profissional, alguém que lide com esse tipo de trabalho constantemente. No entanto, na ausência dessa pessoa pontualmente qualificada, um outro especialista nesse tipo de tarefa, por exemplo um jornalista, tem plenas condições de ler e apontar melhorias, se for o caso.

3.5 A Produção

3.5.1 Quais equipamentos utilizar?

Em consonância com o pesquisado no capítulo 2 deste trabalho, a escolha dos materiais que serão utilizados para a produção do vídeo institucional pode definir a qualidade final do projeto. Dessa forma, uma vez que todos os Grandes Comandos possuem equipamentos de captação de imagem/vídeo, é imperioso que se tenha uma noção coerente acerca de qual ferramenta empregar para a execução de um trabalho em nível de excelência.

Contudo, a variedade de itens eletrônicos que permeiam este universo e a quantidade de características técnicas são tão imensuráveis que não caberia sugerir algum tipo de padronização. Uma possível solução para esta pauta seria uma outra pesquisa, não abarcada por este trabalho, e que elencasse os principais equipamentos que poderiam atender a todos os Grandes Comandos.

Para a captação de imagens, o imprescindível a ser conduzido é uma câmera fotográfica digital e uma filmadora. É interessante que esses equipamentos sejam, ao menos, semiprofissionais para que se tenha um padrão mínimo de captação. Cabe, inclusive, a utilização de monopés e tripés e estabilizadores para a obtenção de uma imagem estável.

O emprego de drones e minicâmeras estilo GoPro pode ampliar as possibilidades de imagens, por permitirem tomadas aéreas e em primeira pessoa, respectivamente. Para as minicâmeras, inclusive, existem diversos tipos de suportes que auxiliam a aumentar ainda mais as condições de emprego.

3.5.2 Técnicas de gravação

Finalizadas as tratativas iniciais de organização das equipes, de coordenação das diversas ações a serem adotadas e realizadas, bem como da montagem do roteiro que irá determinar todo o ritmo de gravação e edição, é chegada a hora de efetivamente começar a gravar.

As características dos equipamentos escolhidos para o andamento desta parte da missão conclamam por um conjunto de materiais que seja versátil, eficiente e que seja tão móvel quanto a demanda de gravação que se fizer necessária para a aquisição de imagens.

Os equipamentos selecionados devem ser empregados, movimentados e/ou posicionados em locais que possam colimar com um funcionamento que aproveite seus potenciais ao máximo.

Dessa forma, serão apresentados alguns procedimentos e técnicas de manuseio de câmeras, filmadoras, equipamentos de luz e de som, no sentido de subsidiar uma coleta de material eficaz.

3.5.3 O Manuseio correto do equipamento

Saber como manusear o equipamento da forma correta é um grande passo para a realização de uma gravação de qualidade. Este trabalho não irá se ater a detalhes técnicos de equipamentos, uma vez que são numerosas as possibilidades de configurações e características se raciocinarmos com a enorme gama de câmeras e filmadoras que existem.

Contudo, objetivando conseguir o melhor aproveitamento dos equipamentos de gravação, independentemente de quais sejam, algumas dicas de manejo são por demais interessantes.

Em câmeras semiprofissionais, uma das mãos ficará segurando lateralmente o equipamento e será a responsável por apertar o disparador. A outra mão deverá ficar com a incumbência de apoiar a parte frontal da máquina, fornecendo a estabilidade necessária para a realização da foto.

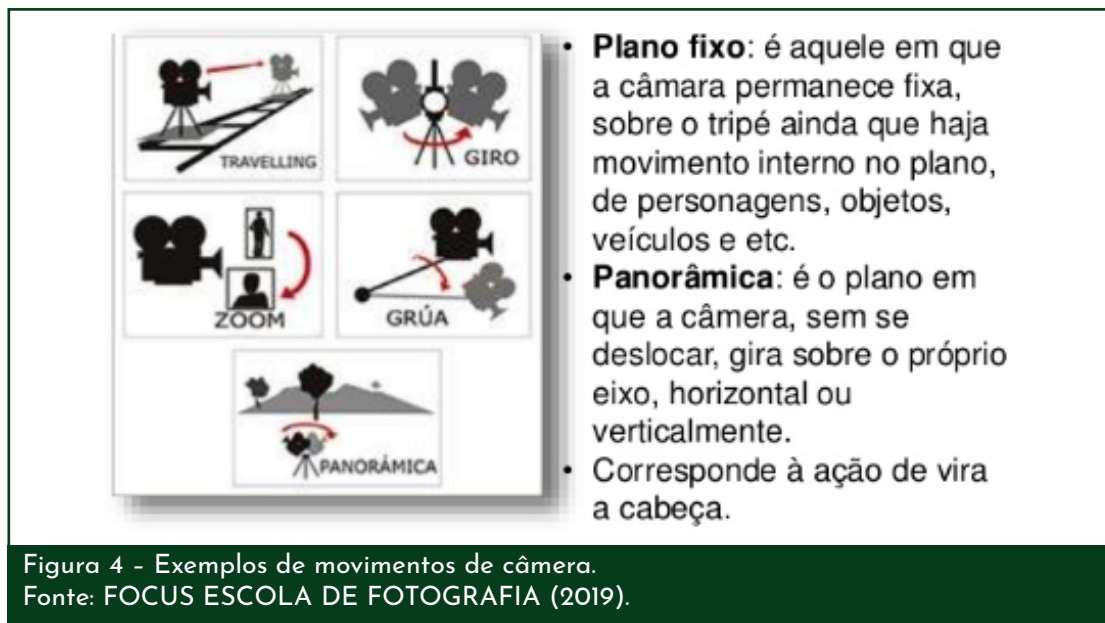
Nas profissionais, a distinção encontra-se no fato da mão de apoio também ser a principal responsável pela realização do foco no equipamento, uma vez que é nas objetivas desse tipo de câmera que se encontra o ajuste supracitado.



Considerando ainda que a maior parte do vídeo institucional será confeccionado por filmes, é extremamente relevante que se ressalte a importância e a forma correta de se operar uma filmadora digital semiprofissional, principal modelo existente nos Comandos Militares de Área e nas Divisões de Exército, conforme a pesquisa destinada a esses Grandes Comandos Operacionais.

Sob a ótica dos conhecimentos adquiridos em Kuchembuck (2017), os movimentos de Câmera devem complementar todo um ciclo de deslocamento pré-determinado do equipamento de gravação para que, com isso, haja a tomada completa da cena. Vislumbra-se, assim, a realização das seguintes cinesias com filmadoras:

- a. **travelling** - movimento que acompanha o personagem, normalmente sobre trilho;
- b. **chicote** (ou giro) - movimento rápido executado para transição entre cenas;
- c. **dolly in** (out) - percurso da câmera para realizar um zoom no enquadramento ou no plano, podendo ser usado trilho para isso;
- d. **tilt up** (down) - movimento executado para cima e para baixo pela câmera, normalmente alcançado por intermédio de grua (braço mecânico); e
- e. **panorâmica** - a câmera gira em torno de um ponto fixo, como tripé, realizando uma tomada horizontal ou vertical.



Outro apontamento a ser feito é a exigência de, para a realização deste tipo de gravação, com equipamento técnicos como trilhos e guias, a necessidade de se ter profissionais muito bem adestrados para que se evite desperdício de tempo de trabalho e a produção seja profícua.

3.6 A Pos-produção

O primeiro aspecto a ser considerado para a pós-produção é a de que esta fase do projeto se caracteriza por ser iminentemente artística e técnica. Está concentrada basicamente na equipe de edição que, sob coordenação do diretor de produção, será a principal responsável pela apresentação do filme consolidado e com a devida qualidade esperada.

Munidos de muita criatividade e nítido conhecimento das intenções do cliente e do diretor, os profissionais da edição deverão realizar a decupagem do material colhido, selecionando as melhores cenas e imagens para compor seu projeto. O passo seguinte será o de organizar e montar as cenas, de forma adequada e coerente, para que o vídeo tenha um começo, meio e fim.

Ainda, de acordo com o programa que forem empregar, carecerá de conhecimento pormenorizado das possibilidades do software, no propósito de extrair dele as melhores ferramentas para a consolidação do vídeo.

3.5.2 A edição de vídeo

Ultrapassadas todas as etapas de preparação e de captação de imagens, chega-se à última e mais importante fase de todo o processo: a edição do vídeo. Para tanto, possuir um software que seja ao mesmo tempo completo e de simples entendimento/manuseio é essencial para que o editor tenha plenas condições de utilizar ao máximo as ferramentas que o sistema oferece.

Ressalta-se, ainda, que é extremamente importante que todo o material digital captado, ou adquirido, esteja organizado e com anotações que orientem ao editor sua procedência e finalidade. Essa organização deverá estar alinhada com o roteiro produzido e com as intenções do diretor do projeto.

Dentre os vários softwares existentes, conforme pesquisa realizada juntos aos Grandes Comandos, o Adobe Premier destacou-se como o mais empregado, atendendo às seções que o utilizaram e julgaram de simples manuseio.

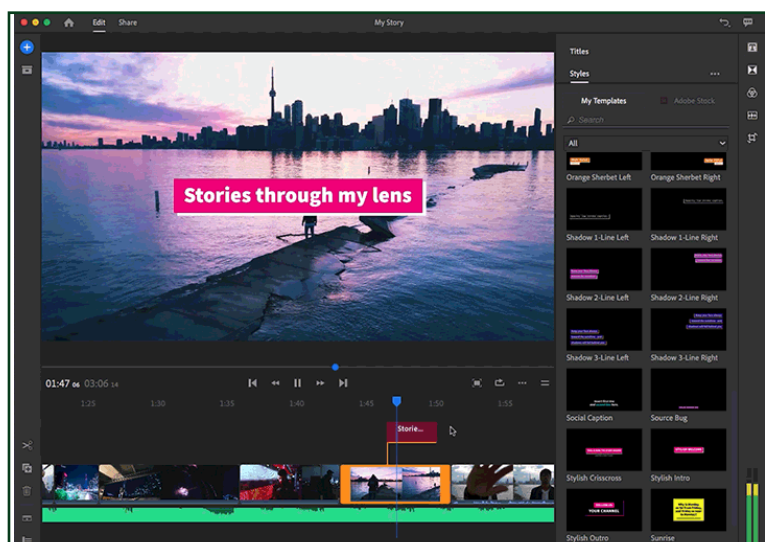


Figura 5 - Layout da tela de edição do software Adobe Premier.
Fonte: ADOBE (2019).

Para a realização de uma edição eficaz, algumas etapas devem ser obedecidas e seguidas:

- a. escolher a (s) trilha (s) sonora (s), uma vez que a escolha da (s) música (s) adequada (s) ditará o ritmo das imagens no vídeo;
- b. fazer o upload no software da (s) trilha (s) e do material produzido;
- c. fazer o upload no software da (s) trilha (s) e do material produzido;
- d. colocar o áudio na timeline de edição;
- e. lançar as imagens ou vídeos na timeline de edição;
- f. fazer os cortes e ajustes que se fizerem necessários, tanto nas imagens quanto nos áudios;
- g. ajustar a transição de imagens à(s) trilha(s) sonora(s);
- h. inserir os elementos gráficos que julgar necessários como artes, gerador de caracteres e lettering;

- i. adicionar as transições que julgar pertinentes; e
- j. realizar a renderização de acordo com o meio de divulgação do vídeo.

Diante de todas as etapas supracitadas, torna-se claro que o processo de edição demanda tempo, conhecimento e uma noção aprofundada sobre a sequência do roteiro. Nessa seara, e no intuito de estar alinhado com as características dos vídeos institucionais, ressalta-se que possuir uma boa qualidade de imagens, bons áudios e edição de alto padrão são os principais atributos que o editor deve focar durante seu trabalho.

CONCLUSÃO

Conforme apresentado inicialmente neste trabalho, a busca por um direcionamento na forma de produção de um vídeo institucional encontra respaldo no impetuoso papel que esse tipo de mídia vem apresentando como forma de divulgação de uma organização e que desponta, inclusive, em um sentido holístico. Essa ferramenta aparece não apenas como um meio de apresentar a organização, propiciando uma projeção estratégica decorrente de todas as características que esse tipo de filme possui.

Partindo-se do pressuposto supracitado, pode-se inferir que a evolução dos equipamentos de captação de áudio e vídeo corroboraram sobremaneira para o desenvolvimento e evolução de produtos audiovisuais de qualidade, cabendo à Força Terrestre, associado às potencialidades de seus quadros técnicos e especialistas na área, a incumbência de produzir, cada vez mais, itens de alto padrão.

Este trabalho procurou desenvolver uma detalhada caracterização do cenário atual da produção de vídeos institucionais nos Comandos Militares de Área e nas Divisões de Exército do Exército Brasileiro.

Os questionamentos realizados aos Grandes Comandos procuraram abarcar três segmentos: pessoal, equipamentos e vídeo institucional. No tocante à parte de pessoal, a média de militares integrantes de uma Seção de Comunicação Social ultrapassou 16 militares, o que julgou-se ser um efetivo extremamente positivo. Todas as seções possuem equipamentos para seus trabalhos, contudo novos materiais precisam ser adquiridos ou, então, melhorados e atualizados de alguma maneira. Por fim, e possivelmente devido ao potencial técnico de seus quadros, todos os Comandos Militares e Divisões de Exército que responderam a pesquisa possuem vídeo institucional produzido pela própria equipe.

Com o propósito de subsidiar não apenas os Grandes Comandos, como também todas as suas Organizações Militares subordinadas e, ainda, os militares que mobíliam ou possam a vir mobiliar as Seções de Comunicação Social do Exército Brasileiro, idealizou-se uma

Proposta de Diretriz com sugestões e resoluções práticas para, dentro de um escopo mais simples, orientar acerca de alguns procedimentos que possam nortear a produção de um vídeo institucional.

Sob esse pretexto, buscou-se elucidar e apontar neste trabalho alguns conhecimentos teóricos acerca do tema alvo desta pesquisa. Outrossim, sabe-se que o assunto não se esgota na presente pesquisa e incentiva-se que haja a indispensável continuidade da busca por ideias que somem ao assunto em pauta.

Destarte, o vasto terreno a ser explorado sobre este assunto, reflexo da grande quantidade de material, assessorios e softwares de edição, requer e direciona, porquanto, a uma possibilidade de complementação do presente estudo.

Como citar este artigo: BIANCO JUNIOR, Nelson Roberto. Vídeos institucionais: a necessidade de elaboração de uma diretriz de produção no âmbito das Forças Armadas. **Rev. Silva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 51-71, jul.-dez. 2019.

REFERÊNCIAS

ADOBE. Disponível em: <https://www.adobe.com/products/premiere-rush.html>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 1.084, de 19 de julho de 2019**. Diretriz de Comunicação Social do Exército – 2019. Aprova a Diretriz de Comunicação Social do Exército para o ano de 2019 e dá outras providências. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria no 520 - EME, 20 de dezembro de 2017**. Aprova o Manual de Fundamentos EB20-MF-03.103. Manual de Fundamentos. Comunicação Social. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 52, 20 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 023, de 16 de janeiro de 2018**. Aprova o Manual Técnico EB10- MT-11.001 - Técnicas e Procedimentos de Comunicação Social, 1. ed., 2017. Manual Técnico. Técnica e Procedimentos de Comunicação Social. Brasília, 2017.

PEREIRA, Ana Carolina. **Guia para elaboração e normatização de trabalhos científicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: CEP/FDC, 2016.

TECHTUDO. **Explore o mundo da fotografia manual com sua câmera DSLR**. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2013/01/explore-o-mundo-da-fotografia-manual-com-sua-camera-dslr.html>. Acesso em: 04 set. 2019.

WESTERKAMP, Caroline; CARISSIMI, João. **Vídeos institucionais: uma análise comparativa**. Londrina: UEL, 2011.

OS ESPAÇOS CULTURAIS E A MEMÓRIA NOS QUARTÉIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

ANGELITA FERRARI¹
MARCOS ANTONIO COSTA²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo tratar da importância da preservação da memória a partir da criação de espaços culturais nos quartéis do Exército Brasileiro. O fato de promover a valorização e a consagração da memória nacional nesses espaços propõe conhecimento e promove a sensação de pertencimento às novas gerações, visto que, o mesmo passa a ter significações concretas da sua construção histórica.

PalavrasChaves: Exército Brasileiro. Patrimônio. Memória Nacional.

ABSTRACT

This article aims to address the importance of memory preservation through the creation of cultural spaces in the barracks of the Brazilian Army. The fact of promoting the valorization and consecration of the national memory in these spaces proposes knowledge and promotes the sense of belonging to the new generations, since it has concrete meanings of its historical construction.

Keywords: Brazilian Army. Patrimony. National Memory.

1. Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: angelita.ferrari@ymail.com
2. Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

INTRODUÇÃO

Ao longo do ano de 2015 e 2016 coordenamos³ uma equipe que trabalhou para a reestruturação do Espaço Cultural do Regimento Sampaio, situado no interior do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado (Escola) - Regimento Sampaio, no Rio de Janeiro.

Essa ação teve como objetivo principal retomar as atividades do Espaço Cultural que, apesar de fisicamente estar presente, não estava cumprindo a sua finalidade. Procuramos resgatar um espaço que trouxesse para os integrantes daquela Unidade, o sentimento de pertencimento àquele local, como também, a divulgação da memória daquele Batalhão histórico.

Em relação a essa premissa, entendemos que o museu e a memória são indissociáveis, e a preservação da memória de instituições como os quartéis, tem se mostrado cada vez mais importante para valorizar a sua história, os seus heróis e os seus exemplos, como também, dar voz aos anônimos e fortalecer o espírito de corpo da organização. É por meio de um espaço museal que os seus integrantes podem se identificar como parte daquele contexto e entender quais foram os processos históricos da formação de seu grupo. É nesse local que o indivíduo terá mais uma oportunidade de conhecer o passado, se identificar com o presente e refletir sobre o futuro.

Consideramos o conceito de museu, o que dita o Conselho Internacional de Museus (ICOM):

[...] instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da Humanidade e de seu meio, com fins de estudo, educação e deleite. (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013).

Em relação à memória, trabalharemos com os fenômenos e processos do passado que envolvem os acontecimentos, as sociedades, as culturas e seus legados, ao ser humano e seu grupo e a civilização.

No meio civil, a legislação brasileira que regulamenta a criação desses espaços, foi criada em 14 de janeiro de 2009 pela Lei nº 11.904 que instituiu o Estatuto de Museus. E em 11 de outubro de 2013 por meio da Portaria 1.030 foram regulados os critérios para a criação dos Espaços Culturais pelo Exército Brasileiro.

3. Os autores desse artigo foram os coordenadores desse espaço.

Diversas Unidades militares possuem Espaços Culturais sob sua responsabilidade, inclusive no interior de suas instalações. É importante dizer que não é o simples fato de abrir um equipamento desse tipo dentro dos quartéis e expor objetos ou documentos, que irá trazer essa reflexão e o envolvimento dos integrantes com a sua Unidade. É preciso haver uma sistematização dessa exposição, contar a história da instituição dando relevância a fatos importantes de forma didática, recolher informações em arquivos, estudar cada objeto, antes de pensar na exposição.

Existem vários Espaços no Brasil que buscam, dentro de suas possibilidades, a preservação do legado histórico, o desenvolvimento do espírito de corpo da Unidade e a divulgação da Instituição. Locais muito bem elaborados, como, por exemplo, o Espaço Cultural Marechal Guilherme Xavier de Sousa, no 10º Batalhão de Infantaria Leve, em Juiz de Fora-MG; o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, de Jaboatão dos Guararapes-PE; e o Monumento Nacional dos Mortos na Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro-RJ.

Nesse artigo, apresentaremos o projeto de reestruturação do Espaço Cultural do Regimento Sampaio, concebido e desenvolvido durante os anos de 2015 e 2016, destacando a importância desse equipamento de cultura para os integrantes daquela Organização e para o Exército Brasileiro.

1. UMA UNIDADE QUE RESPIRA A HISTÓRIA DO PAÍS

O atual 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado, o Regimento Sampaio, sediado na Vila Militar, no Rio de Janeiro, possui uma extensa história de lutas e participações em acontecimentos históricos que o caracterizam como uma das mais tradicionais e importantes Unidades do Exército Brasileiro.

Criado oficialmente em 1841, com a denominação de 1º Batalhão de Infantaria, o Regimento Sampaio⁴ tem seus antecedentes históricos ainda mais distantes, já que 1793 foi criado o 1º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, organização vinda após a fusão do Regimento Bragança, que chegara em 1767, com outras unidades daquela região. Com o encerramento das atividades do 1º Regimento, em 1824, essa ligação histórica com a atual Organização Militar do Rio de Janeiro se perdeu, determinando, portanto, a sua data de criação em 11 de junho de 1841.

4. Todas as informações desse capítulo foram retiradas do chamado "Livro Histórico do Regimento Sampaio". Esse livro se destina à descrição manual dos fatos mais relevantes do ano decorrido, e não é publicado.

Alguns anos depois, o 1º Batalhão de Infantaria atuou na Campanha da Guerra da Tríplice Aliança, de 1865 a 1870, o mais violento dos conflitos já ocorridos na América do Sul. A Unidade esteve na Divisão Encouraçada sob o comando do Brigadeiro Antônio de Sampaio, que mais tarde seria escolhido o Patrono da Infantaria Brasileira, e daí vêm a sua denominação histórica de Regimento Sampaio, outorgada pelo então Presidente Getúlio Vargas, em 1940.

Na Campanha em terras paraguaias, o 1º Batalhão de Infantaria participou da célebre Batalha do Tuiuti, a maior contenda campal já ocorrida nesse subcontinente, bem como esteve em Ita-Ibaté, Pekisiri, Itororó, Peribebuy e Campo Grande. Uma de suas mais notáveis participações é a mais sui generis, pois esteve com a Marinha Brasileira embarcada no Vapor Jequitinhonha, na grandiosa Batalha Naval do Riachuelo, e é hoje a única Unidade do Exército, ainda existente, a estar presente nesse momento, tendo inclusive, perdido 11 de seus integrantes, que hoje são lembrados em uma placa de bronze doada pela Marinha e afixada no saguão principal do Regimento Sampaio.

Essa Campanha consolidou a imagem de Unidade aguerrida e combatente do 1º Batalhão de Infantaria, tornando-a uma referência na Corte do Rio de Janeiro. Em 1889, essa Organização estava presente nas ações que garantiram a estabilidade do País, quando da deposição da família real e instauração da República.

Com tamanha movimentação política da Capital Federal nos primeiros anos do novo Regime, o 1º Batalhão atuou na contenção da Revolta da Armada (1891-1894) e na Revolta da Vacina (1904), em ambos em proveito da paz para a população.

Com a reformulação do Exército Brasileiro, foi reorganizado em 1908 com a fusão do próprio 1º Batalhão de Infantaria, que ocupava o velho casarão conhecido como Quartel do Campo, no centro do Rio de Janeiro; o 7º Batalhão de Infantaria, também instalado na Capital Federal; e 20º Batalhão de Infantaria, de Goiás, e recebeu a denominação de 1º Regimento de Infantaria, uma organização maior em efetivo e capacidade operacional. Também como parte dessa reformulação, a Unidade foi transferida para a Vila Militar, onde hoje está o bairro de Deodoro sendo a primeira a ocupar as instalações recém-construídas, em 1913. No íterim dessa ocupação, participou da contenção da Revolta da Chibata, em 1910, ocorrida no Rio de Janeiro com os marinheiros liderados por Antônio Cândido, e também esteve, nesse mesmo ano, na contenção da Revolta do Batalhão Naval, evento ocorrido ainda como consequência da Revolta da Chibata.

Já instalado no grandioso aquartelamento da Vila Militar, o 1º Regimento de Infantaria continuou a ser uma Unidade militar de pronta-resposta para atuar em prol da estabilidade e na defesa do País. Com isso, nomes de destaque comandaram a Organização nesse período, como o então Coronel Napoleão Felipe Achê, de novembro de 1911 a maio de 1914, militar que chefiou, já como General, uma missão de intercâmbio de oficiais brasileiros que atuaram na Primeira Guerra Mundial junto ao Exército Francês, para conhecerem as novas técnicas de combate. Achê também foi um dos responsáveis pelos entendimentos com o governo francês que possibilitou a contratação da Missão Militar daquele país para modernizar o Exército Brasileiro, a partir de 1919.

Na missão de intercâmbio da Primeira Guerra Mundial, estava também o então Tenente-Coronel Tertuliano Potiguara, que comandou o 1º Regimento de Infantaria em agosto de 1922 a janeiro de 1923, e que como General esteve à frente da 1ª Brigada Estratégica, do Rio de Janeiro, na Revolução Paulista de 1924, conflito urbano de alta intensidade do qual o 1º Regimento participou e perdeu 29 de seus integrantes, mortos em combate, nas ruas da capital paulista.

A Revolução Paulista foi uma consequência da Revolução Tenentista de 1922, iniciada pelos cadetes da Escola Militar do Realengo com o ataque de canhões ao 1º Regimento de Infantaria e pela insurreição de um pelotão de fuzileiros que tentou tomar a Unidade. Nessa ação de 1922, foi morto pelos insurretos, o Capitão José Barbosa Monteiro. O então comandante do Regimento, o Coronel Nestor Sezefredo Passos tomou as rédeas da situação e sufocou o movimento no quartel, inclusive ordenou prisão a um jovem tenente que se recusou a cumprir a ordem de resistir ao avanço da Escola Militar que estava sob domínio dos cadetes rebeldes (DORIA, 2016). Esse tenente era Arthur Costa e Silva, que mais de 40 anos depois seria um dos presidentes do Brasil durante o regime militar.

A Revolta não teve sucesso na Vila Militar, mas se tornou célebre ao sustentar a tomada do Forte de Copacabana, que resultou na morte de oito dos 18 revoltosos em uma batalha na Avenida Atlântica, incluindo o civil Octávio Corrêa. Esse acontecimento passou para história como a Revolta dos 18 do Forte.

Em 1930, na Revolução que depôs o então Presidente Washington Luís e promoveu a ascensão ao poder de Getúlio Vargas, o 1º Regimento de Infantaria esteve nas ações que asseguraram a transição política do País, e foi deslocado para a cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, para atuar contra as Unidades que não se conformaram com a deposição do Presidente.

Dois anos depois, em São Paulo, teve início a violenta Revolução Constitucionalista, que promoveu o conflito armado entre paulistas e demais Estados do Brasil. O 1º Regimento de Infantaria atuou em pesados combates e teve 20 de seus integrantes mortos em ação, mas retornou vitorioso e com o sentimento de dever cumprido.

Após uma limitada participação na Intentona Comunista de 1935, o 1º Regimento de Infantaria, mercê de tantos serviços prestados ao Exército e ao País, recebeu do próprio Presidente da República, Getúlio Vargas, por meio do Decreto-lei 1973, de 19 de janeiro de 1940, a denominação histórica de Regimento Sampaio, uma grande honra, pois o nome do maior infante brasileiro estava ligado para sempre a essa Unidade.

Nessa época já se desenvolvia a Segunda Guerra Mundial na Europa, o maior conflito já visto pela Humanidade. Com a entrada do Brasil na Guerra, em 1942, e a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 1943, o 1º Regimento de Infantaria – Regimento Sampaio fora uma das unidades-base escolhidas para recrutar, treinar e combater contra um inimigo experiente e poderoso: o Exército Alemão.

Entre setembro de 1944 até o fim da Guerra, em 08 de maio de 1945, o Regimento Sampaio, enquadrado na FEB, participou de diversos combates nos campos italianos como La Serra e Collecchio, mas teve atuação primordial na Tomada de Monte Castello, em 21 de fevereiro de 1945. Essa Batalha é tão importante para a História do Exército que possui uma data no calendário para comemoração. Na Itália, o Regimento Sampaio perdeu 154 de seus integrantes, alguns bravos reconhecidos pela História, como o jovem Aspirante Mega; e outros que retornaram para seguir uma carreira brilhante no Brasil, como o Comandante do 1º Regimento de Infantaria, Coronel Aginaldo Caiado de Castro, que mais tarde se tornou Marechal e Senador da República; e o Tenente Apollo Resk, o militar mais condecorado da FEB em combate. Mas a grande maioria, mesmo reconhecidos pela Nação como heróis de guerra, permaneceu anônima, apesar de oferecerem a vida para garantir a paz e a democracia no Mundo.

No pós-guerra, o Regimento Sampaio permaneceu sendo empregado em diversas missões reais, fossem as missões de paz sob a égide da ONU (Organização das Nações Unidas), oportunidade em que enviou efetivos para Suez, em 1956, para Angola, em 1996, e em três oportunidades para o Haiti, em 2003, 2010 e 2015. As incontáveis Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), como nas Pacificações do Morro do Cruzeiro e do Complexo do Alemão, de 2011; e no Complexo da Maré, em 2014. Na segurança dos Grandes Eventos, como os Jogos Mundiais Militares, em 2011; a Copa das Confederações,

em 2013; Copa do Mundo da FIFA, em 2014; e nas Olimpíada e Paralimpíada de Verão RIO 2016. E por fim, apenas para falar dos acontecimentos mais recentes, a Operação Furacão, no contexto da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, em 2018.

Além disso, é uma Unidade que formou milhares de jovens, ao longo de mais de um século, para serem soldados e cidadãos. Manteve-se como um bastião das tradições da Arma de Infantaria e de sua própria história, mesmo com as naturais transformações do Exército e da Sociedade, e vem constantemente se renovando, sem deixar de ser uma Organização operacional e pioneira, prova disso é ter sido uma das escolhidas para receber os primeiros blindados Guarani, em 2015, e se tornado a primeira unidade de infantaria mecanizada, em 2019, no Comando Militar do Leste.

Heróis, tradição, histórias de lutas e valentias, pioneirismo, mística. Palavras que podem ser referidas ao Regimento Sampaio, ou simplesmente “O Sampaio”, o “Leão de Guerra”, vocativo materializado pelas estátuas que guardam a entrada de seu imponente quartel. É esse prédio, que agrega gerações, pessoas de diferentes regiões, condições sócio-econômicas, credos, raízes, que se torna o símbolo de toda uma extensa rede de memórias de tantos e tantos indivíduos.

2. O ESPAÇO CULTURAL: O PATRIMÔNIO DE “PEDRA E CAL” E O INTANGÍVEL

O historiador Le Goff (2008, p. 41) já nos alertava sobre a importância dos processos de guarda da memória a partir da divulgação de elementos simbólicos que unem os grupos sociais:

A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.

A questão da memória coletiva é gerada pela memória de indivíduos, por acontecimentos e pelas experiências vividas e compartilhadas por eles em um mesmo contexto social. E, mesmo que muitas dessas pessoas não as tenham vivido, elas se identificam com essas memórias, pois estavam inseridas em um mesmo contexto histórico e dentro de um determinado grupo (HALBWASCH, 2002). É relevante dizer que se não há identificação pelo grupo com o ambiente, não há a sensação de pertencimento.

Acerca desse assunto, Nora (1993, p. 13) nos esclarece sobre a importância de enaltecer a preservação da memória, dos lugares de preservação e da exposição da memória dos grupos:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.

Os lugares de memória ditos por Pierre Nora são criados pelos indivíduos a partir de suas lembranças e do contínuo trabalho de preservação, que podem se perpetuar pela força de seu significado e por sua permanência como memória coletiva. Continuar a crer em suas memórias mais significativas nos tornam mais vivos e conscientes de nossa importância no Mundo.

O quartel do Regimento Sampaio guarda uma aura de imponência e de superioridade diante do tempo e dos homens. Homens mortais, mas que deixam como legado suas contribuições para a História. O quartel, feito de cimento e areia, também não é eterno, mas sua história, sim! Pois são eternas as memórias guardadas em seus corredores e paredes centenárias. Cada novo integrante que adentra em seu pátio, para viver sua vida de soldado, é engolido por essa mística de fazer e ser parte desse grupo, de se envolver e sentir a responsabilidade em continuar uma narrativa de desafios e lutas que nunca cessarão.

Além do quartel em si, outros símbolos fazem parte desse lugar de memória. A denominação histórica de Regimento Sampaio é um deles, o seu estandarte é outro. Naquele mesmo ano de 1941, em que foi concedida a denominação histórica, foi criado, também, o Estandarte de Guerra da Unidade, cuja concepção heráldica foi idealizada pelo Sr. Luis Gomes Loureiro, então Diretor Foto-Cartográfico do Exército e desenhista.

O motivo central do Estandarte de Guerra do Regimento Sampaio é um Leão simbolizando a bravura do Brigadeiro Sampaio na Batalha de Tuiuti, as três estrelas de sangue representam os três ferimentos mortais que ceifaram sua vida naquela batalha e abaixo e nas extremidades da elipse que envolve o Leão aparecem os numerais: 1 que representa o 1º Batalhão de Infantaria; 7 que simboliza o 7º Batalhão de Infantaria e 20 que indica o 20º Batalhão de Infantaria, todos eles formadores do 1º RI, em 1908.

Logo acima do número 1, aparecem as datas: de nascimento 24 de maio de 1810 e de falecimento 24 de maio de 1866, do Brigadeiro Sampaio. Nas extremidades do Estandarte,

estão as principais batalhas da Campanha da Tríplice Aliança e da Campanha da Itália, que o Regimento Sampaio, sob a designação de suas organizações militares formadoras, tomou parte: Tuiuti e Itororó; Monte Castelo e La Serra; Pekisiry e Itá-Ivaté; Peribebuí e Campo Grande.

O Leão, figura que não existe em nossa fauna, está presente em várias culturas, tanto ocidentais quanto orientais, tanto antigas, quanto modernas, por vezes representando a bravura como o do Estandarte de Guerra do Regimento Sampaio, outras vezes o pai protetor, a realeza, o chefe. O Leão está na entrada do quartel do 1º Batalhão, está nas gravuras de suas paredes, nas músicas idealizadas durante a Segunda Guerra Mundial compostas pelos pracinhas, nos uniformes mais antigos e atuais, enfim, é mais um símbolo que se faz presente no lugar de memória do Regimento Sampaio e que é sempre lembrado todos os dias nas solenidades.



Figura 1 - Estandarte do Regimento Sampaio.

"Essa foto mostra o mais antigo Estandarte do Regimento Sampaio. Já muito desgastado, está emoldurado e exposto no Gabinete do Comandante do Batalhão."

Fonte: Arquivo pessoal

O nome lendário do Patrono está presente até na saudação diária dos integrantes da Unidade. É comum ouvi-los saudando-se não com um simples bom dia, mas sim com o brado: Sampaio! Brado que é evocado nas formaturas matinais, nas palavras de despedidas de quem parte da Unidade, nas missões reais, nos adestramentos. Brado que ecoou na Itália e no Haiti, no complexo do Alemão e na Maré. É devido ao brado que todos voltam os olhares ao perceber que a Unidade está presente e que ali há a responsabilidade de um

legado de honra e de coragem, virtudes que a cada cumprimento de missão são cada vez mais renovadas, avançando no tempo e criando novas memórias.

Santos (2003, p. 115) destacou a importância das narrativas históricas, que são contadas a partir da exposição dos objetos nos museus:

Os museus caracterizam-se por coletar objetos que não pertencem mais à compreensão cotidiana da vida, estranhos ao tempo e à história que os envolve. No entanto, essas instituições, além de contar a história do passado por meio de seus fragmentos, são essencialmente história. [...] é preciso considerar que os artefatos são testemunhos do passado e, como tal, são portadores de uma história que antecede aqueles que o resgatam do contínuo da história.

Um Espaço Cultural tem muita importância em organizações como o Regimento Sampaio, pois busca, entre outras coisas: refletir; lembrar; consolidar a memória; não esquecer; despertar o pertencimento. Locais como esses são “espaços de relação” (SCHEINER, 2015) de acordo com a visão de diferentes grupos.

A criação, denominação, organização, funcionamento, preservação e extinção de um Espaço Cultural, segundo os critérios atuais adotados pelo Exército Brasileiro, são reguladas por meio da Portaria 1.030, de 11 de outubro de 2013. Esse documento define um Espaço Cultural em seu artigo 4º:

Art. 4º Os espaços culturais são locais ou áreas destinadas à preservação ou conservação de acervos, bens e/ou patrimônios de cunho histórico ou cultural, que exaltam as tradições, os valores da Força e a história militar; possuem uma grande função educativa e são extraordinários instrumentos de divulgação da história e dos valores do Exército.

Segundo a portaria, podem ser considerados Espaços Culturais: Casa Histórica; Monumento; Memorial; Museu Militar; Parque Histórico; Sala de Exposição; Sala de Troféus; e Sítio Histórico.

O Espaço Cultural do Regimento Sampaio, à luz da Portaria 1.030, pode ser definido como uma Sala de Exposição, pois:

[...] é um local onde estão expostos objetos de interesse da cultura militar, com a finalidade de preservar a história de uma OM ou do EB relacionada com a História do Brasil, objetivando a preservação e a divulgação dos valores, das crenças e das tradições militares.

Rico em memórias e tradições, presentes no prédio, nas ações e na sua mística, o Regimento Sampaio é um exemplo que a preservação do patrimônio deve estar presente na mentalidade de todos os que convivem em seu espaço e vivem em sua rotina.

3. A RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL DO REGIMENTO SAMPAIO

Nos primeiros meses de 2015 percebemos⁵ que alguns dos integrantes do Batalhão sabiam que existia “um museu”⁶, no entanto, não se identificavam com o que esse espaço representava, outros não sabiam da sua existência ou não davam importância, pois o dia a dia de grande trabalho não possibilitava margem para outros assuntos.

Naquele momento, era um local onde se misturavam o que restava da antiga Seção de Comunicação Social e sala de visitas, com os objetos históricos. Havia, também, uma pequena biblioteca desorganizada⁷, antigos troféus de futebol sem importância e até objetos particulares abandonados por ex-integrantes. O que existia era semelhante a um depósito.

Então, dar a devida importância para a reestruturação desse Espaço, na intenção de que esses integrantes antigos ou novos se reconhecessem como parte de uma Unidade histórica, foi inserida como parte do Plano de Gestão e dos objetivos e ações daquele Comando.

Após inserido no Plano de Gestão, a reestruturação do Espaço Cultural foi objeto de um projeto para valorizar as tradições militares, de acordo com o preconizado pelo comando do Exército. Mas antes, todo um processo de planejamento teria que ser realizado.

Primeiro foi feita a Diretriz de Iniciação, de acordo com as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos do Exército Brasileiro - 2007, que indicou, entre outras informações, os objetivos do estudo de viabilidade para prosseguir o projeto, os seus componentes, o cronograma e as responsabilidades de cada um nesse estudo.

Após isso, foi feito o estudo de viabilidade, que se preocupou em reunir elementos da própria Unidade, com experiência nas áreas afetas ao projeto, para detalharem o estudo técnico e econômico, a fim de definir e auxiliar o Comandante na decisão se era viável esse empreendimento, da maneira que era estava sendo idealizado, em um prazo de 15 meses

-
5. O comandante e a historiadora Angelita Ferrari que trabalhou, voluntariamente, para que a reestruturação desse Espaço fosse possível.
 6. Os integrantes do batalhão assimilaram a palavra museu como parte do vocabulário.
 7. Os livros foram realocados para uma sala, onde funcionava o Gabinete Odontológico e estava em desuso, foram feitas prateleiras com madeira de reciclagem, usamos ainda, mesas que já estavam prontas para serem inutilizadas. Após a organização e catalogação de todos os livros que estavam junto aos objetos do Espaço Cultural, por volta de 200 exemplares, enviamos solicitações de doações para a Biblioteca Nacional, Biblioteca do Estado do Rio de Janeiro e, a partir daí, os próprios integrantes, começaram a doar livros para a Biblioteca do Regimento Sampaio, somando um total de mais de 2000 livros, na finalização contamos com a colaboração da Tenente Ana Carolina, do Centro de Estudos do Pessoal, órgão do Exército sediado no Rio de Janeiro, que nos deu as orientações profissionais tanto na biblioteca quanto no arquivo do Batalhão. A Biblioteca do Regimento Sampaio foi inaugurada em abril de 2016.

custos reduzidos, mas com a qualidade de um Espaço Cultural a altura da memória daquela Unidade. E a decisão foi de iniciar o projeto.

Após a decisão, foi elaborada a Diretriz de Implantação e o próprio Plano de Gerenciamento do Projeto, onde foram descritos o seu escopo; o cronograma; o plano de gerenciamento de custos e orçamento, que estimou em R\$ 40.000,00 o custo total do projeto, considerando a mão de obra toda da Unidade; o plano de gerenciamento de recursos humanos, muito importante para verificar dentro da Organização quem poderia contribuir para o projeto; e o plano de gerenciamento de riscos, que apontou a possibilidade de não liberação da verba necessária para a conclusão do projeto como um dos principais óbices. Artigos com valores mais elevados, como ar-condicionado e equipamentos de multimídia foram retirados do plano, a fim de torná-lo mais factível.

Concomitantemente a isso, começamos os trabalhos em relação ao acervo, primeiro retirando tudo que não faria parte de um espaço cultural, inclusive muito lixo depositado em velhos arquivos. O que sobrou era material musealizado, boa parte estava identificada de forma errada, inclusive sendo confundidos com materiais que nunca existiram na cultura militar. Por exemplo, havia um artefato exposto e identificado como “lança”, mas, após a pesquisa, descobrimos que era uma ferramenta denominada Cant Hook, modelo alemão, que era utilizado para levantar e rolar troncos de madeira. Outra peça identificada erroneamente que nos chamou a atenção foi um pequeno aparelho que estava identificado como “esterilizador de gaze” que, na verdade, era um aparelho portátil para transfusão sanguínea, criado em 1934 pelo médico militar francês Pierre Jouvelet, muito utilizado nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial.

Os objetos são elos essenciais entre o espectador e a sua identificação com o Espaço, então, não é possível perpetuar erros e desconsiderar a investigação. Por isso, optamos em elaborar o Espaço como um museu tradicional, em que o objeto é o centro da narrativa. A comunicação seria feita por temas na ordem cronológica, pois possibilita a uma melhor identificação do público em relação à história da Unidade com o contexto no qual estava inserido.

O objeto em si, culturalmente, está presente na sociedade como um forte elemento que liga o indivíduo à história e às memórias de todo um contexto histórico vivido por um grupo, comunidade ou mesmo nação. O que um museu quer narrar a um determinado grupo nem sempre poderá ser compreendido por outras comunidades (GONÇALVES, 2007). Em outras palavras, um mesmo objeto pode ter diferentes significados dependendo do grupo social que

o reconhece. Essa nossa relação com os objetos nos fazem verdadeiramente humanos, seja quando fascínio é por armas antigas, seja por máscaras religiosas de tribos antigas.

Então, por isso optamos em trabalhar com o museu tradicional para contar a história do Regimento Sampaio. No entanto, havia, ainda, outro problema para resolver, pois não havia nenhum tipo de organização sistematizada do Espaço e nem mesmo uma narrativa histórica da Unidade que fosse possível ser empregada na comunicação museal. A narrativa anterior era uma miscelânea de objetos misturados entre si, pois havia material da Segunda Guerra Mundial junto com outros mais atuais, ou artigos pessoais doados sem importância para aquele Espaço.

A questão do controle do acervo também foi outro problema encontrado. Quando houve o início da catalogação do material, que por sinal constava de uma pequena relação de material carga desatualizado, verificou-se que o acervo era muito reduzido para contar uma história tão rica. Alguns integrantes que serviam há mais de 20 anos na Unidade disseram-nos que o acervo era muito maior, no entanto, muitos objetos sumiram, foram doados ou emprestados sem retorno e também, sem nenhum tipo de controle nos empréstimos. Para resolver isso, coletamos materiais dentro da própria Organização e de outros quartéis, e de doadores civis e militares.

Havia também, materiais com importância histórica espalhados pela Unidade, muitos deles, nos depósitos das companhias de fuzileiros e até nas reservas de armamentos, como foi o caso, de um formidável acervo bélico que há oito anos estava guardado por motivo de segurança, impossibilitando que, mesmo os oficiais do Batalhão não tivessem conhecimento da existência deles.

Após a limpeza inicial, começamos uma avaliação do estado de todos os objetos com algum valor histórico, a conferência das identificações ou mesmo identificação de objetos desconhecidos. Foi feita a limpeza e restauro naqueles que estavam avariados.

Tínhamos a consciência de, como nos diz Bottallo (1995), para que a exposição museológica possa ser concretizada é preciso o apoio de diversos profissionais de áreas distintas, seja na pesquisa, na documentação, no restauro e posteriormente, na ação educativa, e que é esse conjunto de ações profissionais que dará evidência ao pensamento científico.

Devemos ressaltar que nós não tínhamos tempo e nem recursos disponíveis para todo esse conhecimento profissional, cada qual em sua área, como nos fala a autora. Então, como

historiadores e já tendo feito parte da equipe de montagem do acervo do Espaço Cultural Guilherme Xavier de Souza⁸, decidimos centralizar todos esses papéis ou o Espaço Cultural do Regimento Sampaio não sairia do campo das ideias.

É importante ressaltar que esse Espaço Cultural já existia desde a década de 1970, sempre mudando de local e de dimensões, até que foi instalado em uma sala no pavilhão principal da Unidade. Em 2011, o Espaço foi cadastrado na Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) como Espaço Cultural Aspirante Mega, referência à um dos grandes heróis da Segunda Guerra Mundial e que foi integrante do Regimento Sampaio. Mas, depois, decidimos, ouvindo outros integrantes do Batalhão, que o personagem principal daquela narrativa proposta não poderia ser apenas uma pessoa, pois aquela história percorria mais de 170 anos de vida da Unidade. Então, concluímos que o personagem principal era, na verdade, o próprio Regimento Sampaio, e a ele o Espaço Cultural deveria se referir.

Depois de todo o espaço limpo e o estudo de como poderíamos montar a exposição, dividimos nossas funções: a parte que competia ao estudo da história da Unidade e o resgate do que era essencial para traçar uma narrativa para a montagem da expografia, como também, a condução dos processos administrativos que possibilitassem a aquisição de materiais e a confecção de itens essenciais ao Espaço, ficou com o próprio Comandante da Unidade, que também é historiador. A parte que competia às pesquisas e conferência dos objetos, separação do que pertencia à história daquela Unidade, restauro de peças danificadas pelo tempo ou por descaso⁹, organização de instalações¹⁰ a partir da exposição definida, ficou sob responsabilidade da historiadora Angelita Ferrari.

A sala disponível era estimada em um pouco mais de 200m², no formato de um retângulo irregular. Não chegava a ser um espaço de grandes proporções, então, na própria montagem da exposição, foi decidido que o local seria dividido por meio de temáticas, murais e expositores.

Esse local possuía, ainda, dois banheiros e uma pequena sala que foi visualizada para ser uma reserva técnica e administrativa do Espaço. Havia dez janelas, quatro de madeira

8. Inaugurado em 2011 e aberto ao público, esse espaço fica situado no 10º Batalhão de Infantaria Leve na cidade de Juiz de Fora/MG, Unidade histórica que completou 100 anos em 2019.

9. Como um raro exemplar da obra *Napoléon*, de Philippe-Paul, o Conde de Segur (1780-1873) general francês e historiador do império napoleônico. Foi doado ao Regimento Sampaio pelo Marechal Aguiinaldo Caiado de Castro em 1949, conforme dedicatória na primeira página. Essa obra possuía reproduções de obras de arte e encontramos, em sua maioria, com as páginas que tinham as reproduções coloridas, arrancadas. E por ser um livro de grande porte, era utilizado para peso de porta no local.

10. Instalações são representações no espaço de exposição. Nesse caso, foram reproduções de situações específicas de acordo com a temática de cada ambiente dentro do espaço museológico.

antiga e seis de latão dentro do perímetro do espaço, com poucos recursos de segurança, pois não havia grades, portas de ferro, câmeras, alarmes e extintores. Inclusive, antes, quando o visitante à Unidade pedia para ir ao banheiro, ele era direcionado para esse ambiente, sem nenhuma preocupação com os objetos do acervo que poderiam ser subtraídos nesses momentos.

Os recursos para colocar em prática o projeto, foram possíveis por meio de patrocínio do Fundo Habitacional do Exército/Associação de Poupança e Empréstimo (FHE/POUPEX), que entendeu a importância dessa reestruturação para a história do Batalhão e da DPHCEX que, primeiro, visitou a Unidade com a equipe composta por uma museóloga, uma arquiteta e um historiador para orientar e dar o seu aval para que o projeto pudesse receber os recursos solicitados, isso ainda na fase do estudo de viabilidade. Esse projeto foi apresentado de forma escrita e visual, destacando a história da Unidade, o estudo de viabilidade e o legado para a cultura do Exército. O fato do Espaço já ser cadastrado facilitou a aprovação e descentralização do recurso.

Esses recursos da DPHCEX não vieram de imediato e nem no valor pretendido, o que fez com que a reestruturação ficasse suspensa, no primeiro semestre de 2016. O complemento das necessidades foi possível com a doação de material inservível, como por exemplo, os dos suportes dos painéis que foram feitos a partir de vidros temperados, descartados por uma empresa de telefonia. Esses suportes, inicialmente, seriam de madeira, no entanto, com a doação dos painéis de vidro, houve a redução de parte dos custos. A doação veio por intermédio do chefe do pelotão de obras, o então sargento Marcelo, um dos integrantes do Batalhão que se envolveu e se comprometeu, particularmente, com a proposta da criação do Espaço. Foram utilizadas também, sobras de materiais como ferro, areia e cimento, que, mesmo em menor quantidade, também possibilitaram o bom uso do recurso.

O engajamento de diversos integrantes da Unidade em fazer viável o projeto foi cada vez maior à medida que o Espaço tomava forma. Não era apenas o desejo do comandante, expresso em seu plano de gestão, nem tampouco uma ordem, mas sim um comprometimento voluntário e pessoal de boa parte do Batalhão, que procurou cada um à sua maneira trabalhar ou ajudar da melhor forma possível.

Ainda em relação ao engajamento, e a certeza de que o Espaço iria apresentar e representar a história da Unidade houve o caso de um integrante do rancho Sargento Dutra, que nos trouxe uma lamparina que pertenceu ao seu tio-avô para compor a instalação da casamata.

Também precisamos ressaltar a participação ativa e constante de duas pessoas que foram essenciais tanto para a pesquisa, quanto para a doação de objetos, o Tenente R2 Marco Nadai, antigo integrante do Batalhão na década de 1970, que ia voluntariamente todas as terças-feiras para a Unidade ajudar nas pesquisas do acervo e o civil Alexandre Gil de Souza, colecionador de peças da Segunda Guerra, e que nos trouxe objetos importantes que ainda não faziam parte de nosso acervo, como também, nos ajudava na identificação das peças. Foi importante, também, o trabalho voluntário do Sargento Eira, ex-integrante da Unidade e artista plástico, na produção de murais sobre a história do Regimento Sampaio, que foram instalados no saguão principal.

Outro acontecimento interessante foi que a partir do momento em que começou haver a organização sistematizada e o Espaço começou a tomar forma, os integrantes do Batalhão, sejam eles mais antigos como também os mais novos, passaram a ir todos os dias para olhar como estava o processo das pesquisas e da montagem do acervo. Isso foi tão significativo, que, quando foi se aproximando a data da inauguração, tivemos que deixar a porta fechada para que não perdêssemos o elemento surpresa.

A área de exposição foi dividida por temáticas a partir de uma narrativa cronológica, comum nos museus tradicionais, onde foram ressaltados os feitos de maior expressividade do Regimento Sampaio durante os seus mais de 170 anos de atuação. Mas procurou-se, também, trazer o indivíduo que hoje faz parte da Unidade, que mantém um legado formidável e constrói uma nova etapa da história.

Então, na entrada do Espaço Cultural, o visitante é apresentado ao Brigadeiro Antônio de Sampaio, por meio de um grande painel, como também, observa uma composição visual que trata de diferentes momentos da história da Unidade, de nossa diversidade étnica e da mulher no Exército Brasileiro. A composição possui um militar branco com o uniforme da época imperial, um mulato com o uniforme da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e uma mulher com o tradicional camuflado da Força Terrestre. A mensagem nos diz muito: é um local que todos têm sua importância, homens ou mulheres, independente da cor, do credo, da origem. Desde tempos passados a luta é o que os une, e assim será para sempre.

Caminhando e já entrando no Espaço, a primeira temática é o Brasil Império, e as ações do antigo 1º Batalhão de Infantaria na Guerra do Paraguai e na Proclamação da República, sempre contadas por meio das gravuras dos painéis, objetos, uniformes e os armamentos relacionados com o período, estratégia de comunicação que funciona em todas as temáticas.

A segunda temática é a República Velha. Nesse período temos as Revoltas da Vacina e da Chibata, a Revolução de 1922, de 1924, de 1930 e de 1932 e a Intentona Comunista de 1935. Agora é o 1º Regimento de Infantaria, sucessor do 1º Batalhão de Infantaria em 1909 e instalado na Vila Militar em 1913, que figura como protagonista.

A terceira temática é a mais rica em objetos e imagens e também a mais significativa para o Batalhão, pois trata da participação vitoriosa da Unidade na Segunda Guerra Mundial. Nesse nicho há uma forte referência ao Comandante do Regimento no conflito, o Marechal Aguinaldo Ribeiro Caiado de Castro, um cenário de uma casamata ocupada por um pracinha, armamentos diversos, imagens, sons, e objetos do dia a dia dos heróis da FEB.

Ainda dentro dessa temática, tínhamos uma caixa grande de madeira onde havia vários objetos religiosos e uma Bíblia com o nome do Capelão João Filson Soren.

A quarta temática é o soldado brasileiro que atuou nas missões de paz. Homens que estiveram em Suez na década de 1950 e 1960, em Angola na década de 1990 e no Haiti, quando o Batalhão se fez representar em três oportunidades: 2008, 2010 e 2015.

A quinta temática é o combatente atual, com seus equipamentos mais modernos e novos desafios para vencer, mas sempre com os mesmos valores que fizeram consolidar a sua mística.

A sexta e última temática trata sobre os indivíduos que movimentam a Unidade, desde o mais simples soldado ao seu comandante. Desde as cozinhas, passando pela administração até as companhias operacionais. Todos são importantes e todos fazem parte da História do Regimento Sampaio.

A ideia era de que os visitantes fossem inseridos na narrativa apresentada, a partir dos painéis, das vitrines com os objetos, dos armamentos expostos e das instalações, onde procuramos, além de envolver o visitante com o visual, aguçar outros sentidos, como na casamata em que colocamos gelo seco no bule de café para atrair a visão com a fumaça,

Na parede em que se encontram expostos os materiais de saúde, próximo da caixa odontológica alemã, colocamos Eugenol, que é um líquido usado para curativo dentário, para atrair o olfato com esse odor peculiar. A ação foi sugerida pela Tenente Monique, dentista do Batalhão, o que, mais uma vez, confirma a participação voluntária dos integrantes no desenvolvimento do projeto. Além disso, essa oficial ajudou a identificar os aparelhos odontológicos existentes nessa caixa, objetos que não são mais utilizados, pois se tornaram obsoletos, o que exigiu uma pesquisa sobre o assunto.

As paredes com a temática da Segunda Guerra foram quebradas para dar um efeito visual que revivesse a história da guerra, atrás de um dos painéis foi colocado um aparelho de som com sons de tiros de metralhadora, granadas, gritos do calor das batalhas, aviões e discursos acalorados do então presidente do Brasil Getúlio Vargas, do ditador Adolf Hitler e do primeiro-ministro do Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial, Winston Churchill.

Ao mesmo tempo em que fazíamos o trabalho de estruturação do Espaço, pensávamos em como seria importante enaltecer àqueles que geralmente fazem o trabalho árduo, mas que ao final, muitas vezes, não são reconhecidos. Decidimos que alguns personagens representados em alguns painéis seriam os próprios integrantes do Batalhão, inclusive cabos e soldados. Então convidamos os militares do pelotão de obras, das cozinhas, da administração, entre outros.

Não esquecemos as mulheres militares que foram representadas pela Tenente Fabiana, logo na entrada do Espaço, bem como as sargentos enfermeiras na condução de suas atividades. Outras funções existentes na Unidade foram lembradas em um painel que continha uma composição de suas atividades, na qual havia músicos da banda militar, soldados trabalhando nas obras, na manutenção, no serviço de saúde, nas cozinhas, nas atividades operacionais como o emprego do armamento e do blindado Guarani e em eventos de conagração com as famílias dos componentes da Unidade.

E ao final, o visitante se depara com uma enorme parede formada por um mosaico de imagens dos integrantes do Batalhão, ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, militares da reserva e civis que acreditaram e fizeram parte dessa empreitada. Esse grande mosaico de fotografias forma a imagem de um Blindado Guarani com o primeiro tiro noturno.

Enfim, essas informações representam o museu em movimento, pois não havia apenas uma narrativa histórica, como se somente o passado fosse importante, mas também o agora, o que estava sendo vivido naquele momento, por pessoas que faziam parte daquela realidade e continuavam a construir um legado para outras gerações, como seus antecessores o fizeram. O resultado dessa linguagem da exposição era um perceptível envolvimento de muitos dos integrantes no que estava sendo realizado. O Espaço Cultural se tornava parte da Unidade e não uma instalação estranha aos seus militares, que cada vez mais se reconheciam naquele local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a inauguração do Espaço Cultural do Regimento Sampaio e a finalização do projeto, as gestões posteriores mantiveram os objetivos propostos de manter o local, um ponto de referência para consolidar um sentimento de pertencimento àquela Unidade. Desde os recrutas recém chegados, os familiares dos atuais integrantes e até os antigos militares que um dia serviram na Organização.

Por fim, passados três anos de sua inauguração, temos a certeza de que locais como esse podem contribuir para a preservação da memória e são essenciais para o patrimônio como um todo, a fim de não serem relegados aos depósitos e lixeiras, mas sim, integrados ao conjunto de acervos que contam a história de toda a sociedade e que possam ser observados, admirados ou mesmo criticados por todas as pessoas, de forma livre, democrática e humana.

Como citar este artigo: FERRARI, Angelita; COSTA, Marcos Antonio. Os espaços culturais e a memória nos quartéis do Exército Brasileiro. **Rev. Silva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 72-93, jan.-jun. 2019.

REFERÊNCIAS

BOTTALLO, M. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.5, p. 283-287.1995.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei 1973, de 19 de Janeiro de 1940**. Dá denominação de “Regimento Sampaio”, ao atual 1º Regimento de Infantaria. 19 de março de 1940. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940-01-19;1973>. Acesso em: 22 nov.2019.

BRASIL. **Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2009]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 22 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Gabinete do Comandante do Exército. Portaria 1.030, de 11 de outubro de 2013. Aprova as Instruções Gerais para a Criação, Denominação, Organização, Funcionamento, Preservação e Extinção de Espaços Culturais no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-IG-01.009) e dá outras providências. **Boletim do Exército, Brasília**, DF, 25 out. 2013. Disponível em <http://www.dphcex.eb.mil.br/images/Secoes/SPPC/EspacosCulturais/Legislacao/Aprova-as-instrucoes-Gerais-EG-10-IG-01-009.pdf>. Acesso em 22 nov. 2019.

DESVALLÉS, André; MAIRISSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Armando Colin: 2013.

DORIA, Pedro. **Tenentes: a guerra civil brasileira**. São Paulo: Record, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo. Teorias antropológicas e objetos materiais. In: GONÇALVES, José Reginaldo. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

HALBWASCH, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laurent Schaffter. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al. 2008. Disponível em: <http://ftp.editora.ufrn.br/bitstream/123456789/863/1/MEM%C3%93RIA.%20Hist%C3%B3ria%20e%20mem%C3%B3ria.%20LE%20GOFF%2C%20Jacques.%202008.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2019.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. Tradução: Iara Aun Khoury. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 04 nov. 2019.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: CHAGAS, Mario; ABREU, Regina (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2003. Disponível em: http://www.lamparina.com.br/autor_detalle.asp?idautor=Marcia%20Sant%27anna. Acesso em: 04 nov. 2019.

SANTOS, Myrian S. dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: CHAGAS, Mario; ABREU, Regina (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4508388/mod_resource/content/1/SANTOS%2C%20Myriam.pdf. Acesso em: 03 nov. 2019.

SCHEINER, Tereza. **Museu, Museologia e a "relação específica"**: considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1368>. Acesso em: 15 nov. 2019.

VIEIRA, Guilherme Lopes. **O museu como lugar de memória**: o conceito em uma perspectiva histórica. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65900>. Acesso em: 03. nov. 2019.

APÊNDICES



Figura 2 - Entrada principal do Regimento Sampaio
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 3 -
Entrada do Espaço Cultural do Regimento Sampaio
Imagem: Arquivo pessoal.

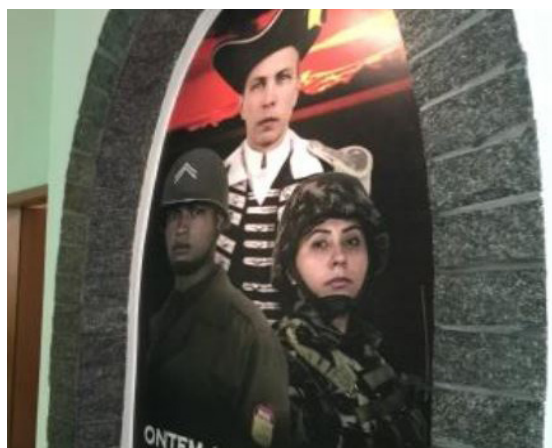


Figura 4 - Imagem representando o passado
e o presente do Regimento Sampaio
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 5 - Exposição com parte dos armamentos.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 6 - Visão geral de um corredor
do Espaço
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 5 - Exposição com parte dos armamentos.
Fonte: Arquivo pessoal.

AS QUESTÕES RACIAIS E DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR

BRUNA MELRO FRANCO¹

RESUMO

Este artigo tem por finalidade demonstrar a importância das questões raciais e de gênero no ambiente escolar, de modo a buscar uma melhor compreensão acerca de como o referido tema é discutido em sala de aula, a fim de evitar a disseminação de qualquer tipo de preconceito entre os alunos e/ou professores. A necessidade de debate sobre raça e gênero não deve limitar-se às instituições de ensino superior e aos meios de comunicação, sendo necessário também na escola, espaço constituído por diferentes indivíduos, havendo assim a possibilidade da manifestação de discriminação. Estas questões podem ser aprofundadas através da revisão bibliográfica realizada, na qual são expostas as ideias de autores relevantes, assim como Melo (2015), Tilio & Souto Júnior (2014), Nogueira (2008), Gomes (2005), entre outros.

PalavrasChaves: Raça. Gênero. Escola.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the importance of racial and gender issues in the school environment, in order to seek a better understanding of how this topic is discussed in the classroom, in order to avoid the spread of any kind of prejudice between the students and/or teachers. The need for debate about race and gender should not be limited to higher education institutions and the media, but also at school, an area made up of different individuals, what allows the possibility of manifestation of discrimination, especially regarding race and gender. These questions can be deepened through the bibliographical review, which exposes the ideas of relevant authors, as well as Melo (2015), Tilio & Souto Júnior (2014), Nogueira (2008), Gomes (2005), among others.

1. Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Inglês como Língua Estrangeira pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorado em Estudos de Linguagem também pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: brunamelrofranco@gmail.com

Keywords: Race. Gender. School.

INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, o discurso relacionado às questões de diversidade, em especial de raça e gênero em sala de aula, tem se tornado cada vez mais significativo. Isso se deve à necessidade de aprofundamento dessas questões a fim de minimizarmos o preconceito e a discriminação existentes. Precisamos considerar que nem sempre essas questões de raça e gênero são debatidas em sala de aula, o que torna o assunto cada vez mais obscuro. Segundo Melo (2015), esse assunto precisa ser discutido não apenas nas instituições de ensino superior e nos meios de comunicação, mas também no espaço escolar, onde os sujeitos são diversos e, portanto, o preconceito, o racismo e a discriminação em algum momento serão manifestados.

A internet também é uma ótima ferramenta para debater o tema das questões raciais e de gênero. Nos blogs e nas redes sociais, por exemplo, as chamadas minorias contam suas histórias, exercem a cidadania e podem selecionar as lutas que julgam válidas, segundo o seu contexto histórico-social e suas experiências. Dessa forma, o ambiente online pode contribuir para dar visibilidade aos corpos ébanos, femininos, transexuais, transgêneros etc., já que “a Modernidade silenciou a diversidade das experiências humanas de sociabilidade em benefício de um projeto identitário único: branco, masculino e heterossexual” (MOITA LOPES, 2006, p. 132).

De acordo com Melo (2015), enquanto na web vemos debates e discussões acaloradas sobre raça, nas salas de aula de línguas, temos um silêncio sobre essa questão. Nas graduações em Letras, currículos e programas de curso se voltam, para a construção e formação linguística, literária e pedagógica de alunas/os em pré-serviço; assim, elas/es estariam sendo formadas/os para ensinar o espanhol, o inglês, o português etc. São estudados métodos, gêneros textuais, teorias de aprendizagem, concepções de linguagem, material didático, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), etc., mas não como abordar ou tratar de sofrimentos construídos na e pela linguagem (BAKHTIN, 1981), que se tornam ação ao serem enunciados e que marcam os corpos e as práticas sociais.

Posso afirmar que a minha formação docente não englobou questões raciais e de gênero, pois a preocupação maior dos meus professores sempre foi ensinar a estrutura da língua (gramática, fonologia, morfologia, etc.). Isto também ocorreu quando fui professora de inglês em um curso de idiomas, o que comprova a falta de debate sobre esse assunto em sala de aula.

Ao analisar o ensino de língua estrangeira tradicional nota-se uma preocupação maior com as 4 habilidades nos cursos livres (fala, compreensão auditiva, leitura, escrita) e gramática. Já as escolas públicas e particulares procuram seguir as prescrições do Ministério da Educação. Os cursos de Letras de graduação focam nos métodos, gêneros textuais, material didático, etc., mas esquecem das questões sociais. Quando enfrentamos a realidade das salas de aula, nós encontramos alunas/os e corpos sexualizados, racionalizados, generizados etc. Ainda assim, existe a ideia de que na sala de aula de línguas não há lugar para questões de raça, gênero, sexualidade etc. (MELO, 2015).

Butler (1997), embasado nas concepções de atos de fala performativos de Austin (1962/1990) e Derrida (1972/1988), defende a linguagem como ação (nós fazemos coisas com a linguagem). Desta forma, a sala de aula pode ser vista como um lugar de questionar e contestar questões raciais.

1. A LINGUAGEM COMO AÇÃO

O pressuposto teórico de que linguagem é ação foi defendido por Austin (1990) e primeiramente, compreende os atos de fala como constatativos e performativos. Os constatativos descrevem e os performativos indicam “que ao se emitir o proferimento está se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo.” Exemplo: uma ação está sendo feita, a ação de desejar, cumprimentar alguém, por exemplo, ao desejarmos bom dia/ boa tarde/ boa noite. Austin tem como foco a linguagem cotidiana, voltada para o social, havendo a quebra do paradigma estruturalista da linguagem. Para ele, as condições para a realização dos atos performativos são: estar em posição de efetuar-los; ter a intenção de realizar os atos performativos proferidos e não quebrar o compromisso do dizer (desejar boas-vindas e tratar o indivíduo mal). Deste modo, ao enunciar algo, não estamos apenas descrevendo ou declarando algo, mas sim realizando uma ação.

Derrida (1988) faz uma releitura dos atos de fala performativos de Austin e enfatiza a concepção de que todos os atos de fala são performativos, porém discorda das condições especiais e a intenção pré-discurso propostas por Austin. Ele acredita que pela iterabilidade e citacionalidade, ou seja, através da repetição, os atos de fala performativos são sedimentados, naturalizados e se tornam verdade. Exemplo: o branco é mais rico, mais inteligente, mais bonito. Essas frases são tão repetidas que se cristalizam como sendo verdadeiras em nossa sociedade.

Segundo Derrida, até mesmo as estiolações (ocorre quando usamos a linguagem na ficção, no palco e na poesia) consideradas como não performativas por Austin, são atos de fala performativos. Nesse paradigma pós-estruturalista, Butler (1997, p.8) afirma que “nós fazemos coisas com a linguagem, produzimos efeitos pela linguagem e nós fazemos coisas para a linguagem, mas a linguagem é também a coisa que fazemos.” A linguagem também faz coisas conosco, afeta nos nossos corpos (os atos de fala também são corpóreos). Sendo assim, quando os docentes trabalham com a concepção performativa da linguagem, compreendem também que ensinar uma língua está além da descrição e da comunicação. Ensinar língua também é agir na vida social. Quando silenciemos na nossa sala de aula, estamos apagando as pessoas, ignorando a participação e a opinião delas acerca de questões essenciais da nossa sociedade.

Algumas instituições e docentes concebem e trabalham a língua como sistema e/ou estrutura, focando na língua padrão e apagando o inglês global (MOITA LOPES, 2008). Faz-se necessário lembrar que língua não é apenas estrutura, portanto há a necessidade de fazermos coisas com a linguagem na sala de aula. Sendo assim, nós precisamos refletir sobre o que fazemos com a linguagem em sala de aula e sobre os materiais didáticos que adotamos. Diante da importância da perspectiva performativa da linguagem podemos compreender que ensinar uma língua também é agir na vida social, coconstruir pessoas e práticas sociais.

2. QUESTÕES RACIAIS E AS TEORIAS QUEER

As teorias Queer buscam questionar normas cristalizadas de raça, gênero, sexualidade, classe social, deficiência, etc. (SOMMERVILLE, 2000; SULLIVAN, 2003; BUTLER, 2004; BARNARD, 2004; LOURO, 2004, WILCHINS, 2004). Refletir sobre raça pelo viés da teoria Queer é retomar os discursos de raça sedimentados e normalizados sobre a questão no Brasil, contestá-los e compreender raça como uma construção discursiva, histórica, cultural e performativa. As teorias Queer se embasam na noção Foucaultiana de poder, na proposta dos atos de fala performativos de Austin, nos conceitos de iterabilidade e citacionalidade de Derrida, em sua releitura dos atos performativos de Austin, e na perspectiva de desconstrução de Derrida (busca da desconstrução dos binarismos da Modernidade).

As questões de raça e gênero são naturalizadas pela linguagem e pela repetição através do processo de iterabilidade. Pela repetição algo se naturaliza como verdadeiro. Quando a iterabilidade falha, ocorre o performativo (o novo, o diferente). Exemplo: o branco é o bandido; o branco é o pobre. As questões de raça pelas teorias Queer envolvem a desconstrução de

discursos existentes no contexto brasileiro: discurso da democracia racial (todos somos iguais, o Brasil é um país miscigenado, não há racismo no Brasil), discurso do processo de escravização (negros como inferiores). Precisamos contestar esses discursos absurdos, a fim de quebrar a sua sedimentação e naturalização, os quais só geram sofrimentos e apagam vidas.

A raça se naturaliza e se repete pela linguagem, seja através da história, do social e do cultural. Desde o nascimento somos construídos em termos raciais. Aprendemos a ser brancos, negros, etc. A raça é construída e muda de acordo com o momento histórico-social. Desde criança somos expostos aos mais variados discursos preconceituosos de acordo com a cor da pele. As teorias Queer pretendem, portanto, ir contra esses discursos, naturalizações e sedimentações que impedem a felicidade de tantas pessoas que sentem-se inferiores por conta da sua cor ou gênero.

3. QUESTÕES RACIAIS E DE GÊNERO EM SALA DE AULA

É essencial compreendermos que o ensino de língua está além de ensinar a estrutura da língua. A linguagem constrói e tem dimensões sociais, sendo uma questão de cidadania, e ensinar uma língua é fazer coisas com a linguagem e está além da descrição, é ação (fazemos coisas na linguagem e pela linguagem).

Seguir a perspectiva performativa ao ensinar uma língua é essencial, pois ensinar uma língua não é uma ação neutra, pois coisas estão sendo feitas em sala de aula. Língua não é só estrutura, precisamos fazer coisas com a linguagem. Para isso, faz-se necessário refletir sobre a nossa prática docente e o papel da linguagem na vida social dos nossos alunos.

Compreender que a linguagem afeta os corpos através dos efeitos dos atos de fala também é importante, pois às vezes, pela falta de uma boa formação docente, o professor não sabe como lidar com as questões raciais e de gênero em sala de aula e silencia. Silêncio que fere, que traz sofrimento. Por exemplo, quando um aluno é vítima de preconceito racial em sala de aula e o professor não sabe como agir.

Confirmamos também que a web tem sido uma boa ferramenta para a discussão das questões de diversidade, visto que as pessoas podem conservar as suas faces ao questionar tópicos como raça, gênero, sexualidade etc., o que torna mais fácil a discussão de tais questões.

Gomes (2005) afirma que as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico e é no contexto da

cultura que nós aprendemos a enxergá-las. Nessa perspectiva, podemos acreditar que o período escolar influencia significativamente no processo de construção identitária dos alunos e, portanto, trabalhar com questões de raça é de fundamental importância no processo de ensino-aprendizagem, para que o aluno assuma sua identidade racial. Entendemos raça como socialmente, historicamente e culturalmente construída (FERREIRA, 2012).

A questão racial no Brasil apresentou uma certa neutralidade com o passar do tempo, tanto na literatura como nos discursos da elite. Domingues (2005) compreende essa neutralidade como democracia racial, ou seja, um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação. No entanto, há registros de que essa neutralidade no discurso e essa igualdade racial marcavam presença somente nos discursos elitistas. O autor apresenta essa neutralidade em sua pesquisa "O Mito da Democracia Racial e a mestiçagem no Brasil" como algo ilusório. Para o autor, na prática do cotidiano essa igualdade estava longe de ser alcançada. Ele cita como exemplo a questão da negação do direito ao voto, da candidatura para cargos políticos para os negros, de modo que pertenciam ao grupo dos excluídos da sociedade, sendo a justificativa dessa igualdade a ideia de que o negro não conquistava seus anseios por falta de dedicação.

Sabe-se que muitas lutas foram travadas com o intuito de promover a igualdade desde a chegada dos negros escravizados. Porém, até hoje discussões são necessárias sobre essa questão, tendo em vista que a sociedade ainda carrega heranças culturais de preconceito. É nessa perspectiva que percebemos a importância do professor, a fim que ele seja um mediador de informações, com capacidade de sensibilizar seus alunos a refletir acerca de assuntos voltados ao tema racial e de gênero. Desta forma, esses alunos poderão assumir suas identidades sem medo de enfrentar o preconceito.

Para Domingues (2005), a sala de aula é um lugar em que os professores podem acompanhar os avanços e os retrocessos da sociedade, verificar como as culturas e os indivíduos se modificam com o passar dos anos e, principalmente, ajudarem os seus alunos no reconhecimento de suas identidades, alterando de modo significativo também o contexto da cultura escolar.

Muitos indivíduos estão inseridos no contexto escolar, sendo que cada um deles possui diferentes crenças, costumes, opiniões, etc. Portanto, alunos e professores assumem uma nova identidade, tanto como grupo social como na alteração das próprias identidades individuais em razão do contato uns com os outros. Assim, a questão de identidade racial na escola pode assumir um papel fundamental na decisão do sujeito em assumir sua raça, seja branca, negra,

parda, etc., compreendendo sua história e tendo um olhar mais crítico dessa questão.

Mastrella-de-Andrade e Rodrigues (2014), ao realizarem um estudo acerca da relevância do livro didático de Língua Inglesa para a construção de identidade, defendem a ideia de que a não inclusão da raça negra nos materiais que dão suporte ao ensino-aprendizagem de línguas contraria o que dizem os documentos oficiais. Entretanto, na análise dos materiais, a pesquisa dos autores nos apresenta a conclusão de que o livro didático não traz uma perspectiva inclusiva de identidades, para que os alunos, de diferentes realidades possam se identificar. Desta forma, nota-se a importância do olhar do professor e do debate em sala de aula, não apenas do conteúdo da língua estrangeira, como também das questões raciais.

Infelizmente, a nossa sociedade brasileira ainda apresenta muitos traços de preconceito e discriminação, fato que gera a falta de identidade racial de muitas pessoas, principalmente da raça negra. Para Ferreira (2012), a relutância da população negra em definir-se como tal sugeriria que existe uma dificuldade para afirmarem sua identidade em termos de sua ascendência, o que demonstra o desafio que é a construção da identidade negra no Brasil. Essa relutância pode até mesmo impedi-los de discutir assuntos que dizem respeito a seu próprio interesse, como as ações afirmativas, a baixa porcentagem de pessoas negras que entram na universidade, o baixo número de pessoas negras em cargos de liderança e a falta de representação de profissionais negros em todas as escalas sociais, etc.

Através destas reflexões, podemos enxergar a relevância da construção da identidade dos sujeitos, pois ao assumirem-se negros, conseguem ter uma melhor visão para mudar a realidade que vivem e compreenderem seus direitos.

É importante lembrar que fazemos coisas ao ensinar/aprender em sala de aula e nós, professores, devemos considerar que os sujeitos que ali estão não podem ter os seus discursos apagados, ou seja, não podemos apagar o contexto histórico e social que nossos alunos estão inseridos, devemos considerá-los no processo de ensino-aprendizagem em nossa sala de aula.

Para Louro (1998), o conceito de gênero passa a ser utilizado a partir do entendimento de que não se nasce pronto, mas cada ser humano se (re) cria num movimento contínuo em formação. Podemos compreender gênero a partir da ideia de que a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que existia anteriormente. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversas. Então, ao pensarmos em gênero como identidade social, se torna algo complexo analisá-lo apenas biologicamente.

Sendo assim, a discussão sobre gênero em sala de aula exige conhecimento do professor

sobre a questão, a fim de que ele possa favorecer um diálogo sobre o assunto com os seus alunos e a reflexão sobre a formação de identidade no que diz respeito ao gênero. Desta maneira, os estudantes serão capazes de compreender o conceito de gênero e a multiplicidade de sujeitos na sociedade, fazendo-os refletir sobre o nosso papel na sociedade enquanto sujeitos em constante transformação de identidade.

Não há um método pronto para o professor seguir no que tange questões de raça e gênero em sala de aula, porém o professor em seu papel de educador social, precisa considerar propostas pedagógicas que possibilitem discussões em seu ambiente escolar, trabalhando com atividades reflexivas que gerem ações que favoreçam a quebra de estereótipos e de preconceitos construídos historicamente na sociedade. Somente assim será possível construirmos uma sociedade que tenha como base o respeito pelos outros e a aceitação de suas diversidades.

Machado e Paula (2009) definem Educador Social como sendo o profissional que busca conciliar teoria e prática em parceria com a comunidade. Seu intuito é estimular os sujeitos de determinado grupo (neste caso nos referimos ao espaço escolar) a pensar sobre suas condições sociais e auxiliá-los na compreensão e na transformação de si e de sua comunidade, a fim de reivindicar seus direitos enquanto cidadãos, adquirindo maneiras diferenciadas de mediação, proporcionando assim os meios necessários para que os sujeitos historicamente excluídos reflitam criticamente o contexto no qual estão inseridos e reivindiquem seus direitos como cidadãos.

Portanto, ao compreendermos o professor como educador social, direcionamos os nossos aprendizes a não seguir os estereótipos impostos pela sociedade. Desta forma, esses sujeitos serão capazes de refletir sobre cultura, história, etc., e compreender o seu papel na sociedade, como sujeitos que têm direitos e deveres, e que devem ser respeitados.

Nogueira (2008) demonstra que, ao trabalharmos essas questões de diversidade em uma perspectiva de valorização das identidades dos múltiplos sujeitos que convivem no mesmo espaço da escola, temos a responsabilidade de informar e, ao mesmo tempo, possibilitar que os sujeitos sejam capazes de olhar tanto para a sociedade como também para os livros didáticos, revistas e outros instrumentos de estudo e serem capazes de questionar sobre aquilo que lhes é apresentado, visto que os sujeitos são historicamente (re) conhecidos conforme a sociedade os apresenta, a fim de desconstruir os estereótipos e os estigmas que foram atribuídos historicamente a alguns grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme afirma Melo (2015), precisamos ter a consciência de que linguagem é ação, ou seja, ao enunciarmos, algo é realizado. Portanto, a linguagem não é apenas descrição, pois fazemos coisas com a linguagem. Ao enunciarmos em sala de aula, também estamos agindo na vida social do aluno. Segundo a autora, língua não é só estrutura, precisamos fazer coisas com a linguagem na sala de aula e é preciso repensarmos sobre isso.

Ainda segundo a autora, faz-se necessário refletirmos sobre os sofrimentos que causamos nas nossas salas de aula ao silenciarmos ou concordarmos com “verdades” naturalizadas. Por exemplo, quando um livro didático mostra a figura de uma mulher negra como empregada doméstica, o livro está naturalizando um estereótipo. Porém, quando um livro didático mostra uma mulher negra como médica, o livro está quebrando um estereótipo.

É essencial compreendermos que o processo de ensino-aprendizagem está além de ensinar e aprender uma língua ou qualquer outra disciplina. A linguagem constrói, tem dimensões sociais e é também uma questão de cidadania. Como professores devemos sempre refletir sobre a nossa prática pedagógica e sobre o papel da linguagem no meio social. Devemos, portanto, considerar a possibilidade de formar professores e alunos mais preparados para lidar com questões sociais, em especial com questões de diversidade, assim como de raça e de gênero.

Sendo assim, concluímos que a formação do professor é extremamente importante, tendo em vista que a linguagem também afeta nossos corpos, causando um efeito do ato de fala. O silêncio do professor em sala de aula perante as questões raciais e de gênero, demonstra a falta de preparo do docente em relação a essas questões. Por exemplo, quando o professor se cala ao ver que um aluno branco chama um colega negro de gorila em sala de aula, agindo como se essa atitude fosse normal, ele está colaborando para a continuidade do preconceito e formação de estereótipos na sociedade em que estão inseridos. Como educadores sociais, devemos questionar, contestar e tentar desconstruir preconceitos já cristalizados. Conforme Hooks (1994), no ensino de inglês, por exemplo, é possível transgredir, quebrar barreiras e inserir os corpos racionalizados, generificados e sexualizados como participantes ativos em sala de aula.

Além disso, Melo (2015) demonstra a importância de considerarmos a perspectiva de linguagem como ação, ou seja, o que fazemos com a linguagem marca o corpo e a vida social do outro. Faz-se necessário também contribuir para a formação da cidadania em sala de

aula, estimulando uma educação cidadã que inclua as minorias, pois a sala de aula também é lugar de fazer coisas com a linguagem, ou seja, fazer com que nossos alunos participem do mundo como atores sociais, coconstruindo a vida social e as pessoas.

Cada vez mais torna-se necessário abordar as identidades sociais de raça e de gênero em sala de aula e o professor tem um papel especial nesse processo ao considerar a escola como um lugar no qual os seus alunos são diversos, tendo a preocupação de estimular a autonomia e a reflexão crítica dos seus educandos. Deste modo, a sala de aula torna-se um ambiente adequado aos temas como identidades sociais de raça e de gênero, uma vez que esses assuntos, ao serem discutidos pelo professor e seus alunos, podem levantar questionamentos e esclarecimentos, de modo que essa troca de informações servirá para que esses alunos se reconheçam na sociedade como sujeitos críticos, construindo suas identidades conscientemente e reconhecendo sua identidade na sociedade, com capacidade de refletir sobre essas questões, sabendo respeitar a diversidade e lutando pelos direitos de igualdade.

Portanto, não podemos mais pensar em um ensino voltado somente a conteúdos programáticos, pois ensinar não é uma ação neutra. Como educadores precisamos refletir sobre a nossa prática e o papel dos sujeitos na sociedade. Esses sujeitos necessitam compreender sua própria identidade social, e o professor, enquanto educador social, tem essa possibilidade de interagir enquanto mediador. Diante dessa possibilidade, um dos princípios pode ser essa reflexão no meio escolar, com a análise dos materiais impressos e com a discussão aberta sobre aquilo que a mídia nos apresenta, sobre o contexto histórico que nem sempre os livros didáticos trazem na íntegra. Essa reflexão deve envolver principalmente a história desse aluno, que tem suas raízes, tem seu olhar crítico e suas expectativas baseadas em suas vivências diárias dentro e fora desse espaço que pode ser transformador, a sala de aula.

Também é aconselhável que o professor compreenda as propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História Afro-Brasileira e Africana (Lei Federal nº 10.639/2003), que é uma política oficial de ação afirmativa que tem como objetivo a implementação de iniciativas pedagógicas que possam possibilitar reflexões e discussões acerca da temática, para conhecimento e a valorização da identidade negra no que se refere à cultura, à história, aos costumes, entre outros fatores.

Embora esse seja um assunto atual, muita discussão ainda deve ocorrer no que tange à igualdade racial e de gênero. Tilio e Souto Júnior (2014) afirmam que a avaliação do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) vem contribuindo para melhorias na produção brasileira de materiais didáticos, porém ainda não abrange, de maneira significativa, as questões de gênero e de sexualidade, pois quando presente, a temática aparece de forma

tímida, e muitas vezes em uma perspectiva biológica que pode acabar se mostrando reducionista, essencializada e perpetuadora de preconceitos.

Sendo assim, como professores, reconhecemos a necessidade do nosso comprometimento com a educação dentro e fora do contexto escolar. Precisamos ser professores que pensam além, que desejam construir uma sociedade mais justa e igualitária, que reflitam com seus alunos sobre o que a sociedade nos apresenta. Assim, o ambiente escolar torna-se capaz de desconstruir essa gama de preconceitos e de estereótipos presentes principalmente na mídia e nos livros didáticos.

Nota-se então que o professor que reflete sobre a sua prática pedagógica será mais bem-sucedido como educador social, visto que é capaz de apresentar atividades variadas em sala de aula, a fim de promover discussões e pesquisas com seus aprendizes dentro e fora da escola, até mesmo utilizando a internet como ferramenta para questionar as questões de raça e gênero. Desta forma, esse professor será capaz de promover a igualdade de direitos e o respeito entre os seus alunos, preservando as suas identidades sociais.

Como citar este artigo: FRANCO, Bruna Melro. As questões raciais e de gênero no ambiente escolar. Rev. Silva, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 94-106, jul.-dez. 2019.

REFERÊNCIA

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer. Palavras e ação**. Trad. Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

BARNARD, I. **Queer race**: cultural interventions in the racial politics of queer theory. New York: Peter Lang, 2004.

BUTLER, J. **Excitable speech: a politics of the performative**. New York: Routledge, 1997.

BUTLER, J. **Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory**. In: BIAL, H. (Org). *The performance studies reader*. New York: Routledge, 2004.

DERRIDA, J. **Signature event context**. Limited inc. evanston. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1972/1988.

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889 - 1930). **Revistas Científicas de América Latina y el Caribe**, España. 2005.

FERREIRA, A. J. Identidades sociais, letramento visual e letramento crítico: imagens na mídia acerca de raça/etnia. **Trab. Ling. Aplic., Campinas**, v. 51, n.1, p. 193-215, jan./jun. 2012

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, v. 10639, n. 03, 2005.

HOOKS, B. **Teaching to transgress: education as the practice of freedom**. New York: Routledge, 1994.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LOURO, G. **Um corpo estranho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, É. R.; PAULA, E. M. A. T. A pedagogia social na educação: análise de perspectivas de formação e atuação dos educadores sociais no Brasil. **Revista Congr. Intern. Pedagogia Social**, mar. 2009.

MASTRELLA-DE-ANDRADE, M.; RODRIGUES, J. R. A construção de identidades no livro didático de inglês: classe social, raça e o outro. In: FERREIRA, A. J. (Org.). **As políticas do livro didático e identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em livros didáticos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

MELO, G. C. V. O lugar da raça na aula de inglês. **Revista da ABPN**, v. 7, n. 17, p. 65-81, 2015.

MOITA LOPES, L. P. **Por uma linguística aplicada interdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MOITA LOPES, L. P. Inglês e globalização em uma epistemologia de fronteira: ideologia linguística para tempos híbridos. **Delta**, v.24, n.2, p. 39-340. 2008.

NOGUEIRA, J. K.; FELIPE, D. A.; TERUYA, T. K. Conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar. **Revista Fazendo gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, p. 1-7, 2008.

SOMMERVILLE, S.B. **Queering the color line. Race and the inventions of homosexuality in america culture**. Durham: Duke University, 2000.

SULLIVAN, N. **Queer Race. A critical introduction to queer theory**. New York: New York University Press, 2003.

TILIO, R; SOUTO JÚNIOR, H M de. Gênero e sexualidade em livros didáticos: impactos da avaliação do PNLD? In: FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **As políticas do livro didático e identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em livros didáticos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

WILCHINS, R. **Queer theory, gender theory: an instant primer**. Los Angeles: Alyson books, 2004.

O PAPEL DAS BIBLIOTECAS NAS EMPRESAS NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA, PROFISSIONAL E CONTINUADA

AIMEE DE MENEZES SANTOS¹

RESUMO

Este artigo aborda o papel das bibliotecas nas empresas como parceiras no processo de desenvolvimento e crescimento do profissional, a partir dos programas aplicados pelo departamento de recursos humanos, enfatizando a área de gestão de pessoas como principal fomentador desse processo. Para tanto, procura-se apresentar os conceitos de cada setor, utilizando a pesquisa exploratória e quantitativa para dar embasamento teórico ao presente tema. O levantamento bibliográfico realizado por meio das pesquisas, como objeto de estudo, mostra a importância da aprendizagem e da formação contínua para o crescimento profissional de cada colaborador em sua função, como também apresenta motivação e realização pessoal do mesmo. Assim como para empresa que busca sucesso, competitividade, satisfação da equipe e produtividade. Com isso, o artigo corrobora o valor da biblioteca especializada, dentro das empresas, como ambiente facilitador e disseminador da informação e conhecimento, além de incentivador da leitura e pesquisa no processo de formação e educação dos profissionais.

Palavras-Chaves: Biblioteca. Gestão de Pessoas. Educação Corporativa. Incentivo à leitura. Formação Continuada.

ABSTRACT

This article discusses the role of libraries in companies as partners in the process of professional development and growth, based on the programs applied by the human resources department, emphasizing the area of people management as the main promoter of this process. To this end, we seek to present the concepts of each sector, using exploratory and quantitative research to give theoretical basis to the present theme. The bibliographic survey conducted through research, as the object of study, shows the importance of learning and continuing education for

1. Pós-Graduada em Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento da Universidade Estácio de Sá. Atualmente é bibliotecária na Faculdade de Ciências Médicas de Três Rios (SUPREMA). E-mail: aimeemsantos@gmail.com

the professional growth of each employee in their role, as well as motivation and personal fulfillment. As well as for a company that seeks success, competitiveness, team satisfaction and productivity. Thus, the article corroborates the value of the specialized library, within companies, as a facilitating and disseminating environment for information and knowledge, also encouraging reading and research in the inception process and education of professionals.

Keywords: Library. People Management. Corporate Education. Encourage Reading. Continuing Education.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a importância das bibliotecas nas empresas a fim de colaborar na qualificação dos profissionais, em suas competências individuais e organizacionais, por meio da educação corporativa, bem como corroborar no processo de formação continuada de todos da empresa. Também apresenta o papel fundamental das bibliotecas como parceiras da área de recursos humanos no que se refere a gestão de pessoas, a fim de proporcionar o acesso e compartilhamento de conhecimento através de troca de informações e habilidades.

Compreende-se que, as bibliotecas especializadas, características de bibliotecas que possuem acervo específico e representação de acordo com a demanda de onde foi implementada, são cada vez mais visíveis nas empresas hoje. Porém, um novo olhar para essas bibliotecas ou para as demais empresas que ainda não possuem seria ideal para aumentar a qualidade e a produtividade dos profissionais tendo em vista a própria gestão de pessoas, ao permitir aos seus colaboradores a opção de estudar e aprimorar técnicas por meio de treinamentos e desenvolvimento das equipes.

Tendo em vista a função desse tipo de biblioteca e sua ação efetiva nas empresas, é sabido que o quantitativo de bibliotecas especializadas ainda não é tão expressivo. A principal questão é: como mostrar a relevância desse setor na empresa e torná-la essencial para complementação da prática de educação corporativa?

Para isso, este artigo tem como objetivo expor o valor da biblioteca nesses ambientes e mostrar como as ações e serviços da mesma colaborariam para o profissional que participa dessas propostas que o RH (recursos humanos) apresenta em sua gestão, uma vez que a

gestão de pessoas é o campo de atuação que o RH desenvolve e capacita seus profissionais, valorizando o capital humano da empresa.

Portanto, a biblioteca se torna sua parceira nessas iniciativas, já que se faz necessário incentivar o profissional não somente à leitura, mas ao uso das ferramentas e às novas tecnologias, gerando novas competências.

Por meio de uma pesquisa quantitativa de cunho exploratório e através de pesquisas e levantamentos bibliográficos, o presente artigo apresentará conceitos de bibliotecas especializadas, tipo de biblioteca que se encontra em empresas e áreas específicas, também abordará sobre educação corporativa e o papel do RH nesse processo através da gestão de pessoas, tendo a biblioteca como seu parceiro fundamental, e a formação continuada, onde os profissionais se preocupam em adquirir novas competências e aperfeiçoam suas habilidades profissionais.

Por fim, após levantamento e pesquisa sobre os conceitos do tema proposto, será abordada a biblioteca como um ambiente ideal, apresentando sua função e serviços disponibilizados, bem como o profissional bibliotecário que atua na área como mediador da informação e do usuário da biblioteca em suas demandas.

1. CONCEITO DE BIBLIOTECA

A biblioteca é considerada uma coleção organizada por vários tipos de documentos e materiais, podendo ser eles livros, publicações seriadas, audiovisuais ou outros tipos de documentos. Ela oferece diversos tipos de serviços, sendo os mais comuns o uso do espaço para leitura e estudo, consulta de documentos, empréstimo e pesquisas. A palavra biblioteca vem de termos gregos *biblíon* (livro) e *theka* (caixa), dando uma interpretação de que é um lugar ou móvel onde se guarda livros.

Pode-se perceber que esse conceito de guarda de livros vai bem mais além, uma vez que a biblioteca não se trata apenas de livros na estante, pois, para que ela seja efetiva é necessário muito mais. De acordo com o site QueConceito (2017),

Dentro de uma biblioteca existem quatro elementos que resultarão ser fundamentais na hora do sucesso ou fracasso em seu propósito e são: a coleção, o uso, a organização e o pessoal que estiver a cargo de sua gestão e manipulação. Porque a coleção representa uma variedade heterogênea de propostas para consultar com sua evolução posterior. No entanto, a organização será fundamental na hora de recuperar a informação, por isso é que existem

técnicas regularizadas para ajudar neste ponto. O uso que tem de importante e determinante é que satisfaça as necessidades do usuário e finalmente, enquanto ao pessoal encarregado da gestão, será indispensável ter os conhecimentos, capacidade e rapidez indispensável para satisfazer as numerosas demandas que surgirem em uma biblioteca.

Um ambiente como a biblioteca tem como finalidade oferecer e facilitar o acesso às informações, consistindo em organizar e disponibilizar os documentos, atendendo às necessidades dos usuários. E o papel do bibliotecário, além de ser o responsável pelo armazenamento e organização da informação, tem como finalidade disseminar seu conhecimento e, auxiliar os usuários no que precisarem, tendo uma função indispensável na biblioteca.

Subentende-se que a biblioteca vem se adaptando e se transformando ao longo dos anos de acordo com os avanços da tecnologia e com as solicitações e buscas do usuário por determinados serviços.

Entende-se que, o

[...] conceito e as explicações para a palavra biblioteca vêm se transformando e se ajustando por meio da própria história das bibliotecas. Para Fonseca (1992, p. 60), um novo conceito "é o de biblioteca menos como coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados do que como assembleia de usuários da informação". Isso quer dizer que as bibliotecas não devem ser vistas como simples depósitos de livros. Elas devem ter seu foco voltado para as pessoas no uso que essas fazem da informação oferecendo meios para que esta circule da forma mais dinâmica possível (PIMENTEL; BERNARDES; SANTANA, 2007, p. 22).

O desenvolvimento da tecnologia trouxe mudanças para as bibliotecas, uma vez que as mesmas refletem à sociedade que está inserida nessas transformações. Por isso, tanto seu público quanto seus serviços possuem diversas variações, a partir dos novos elementos e recursos informacionais que servem para atender a todos.

Com esse objetivo, as bibliotecas são identificadas por diversos tipos, sendo cada uma desempenhando uma função. São elas: biblioteca escolar; infantil; pública; nacional; especializada; universitária e particular. Por isso, hoje, muitas bibliotecas são também centro de pesquisas, de documentação, bibliotecas virtuais e híbridas, onde oferecem ainda mais recursos e meios para o acesso rápido e fácil da informação seja ele por meio impresso ou digital.

1.1 Biblioteca Especializada

As bibliotecas especializadas têm como finalidade promover toda e qualquer informação de áreas específicas, geralmente, de acordo com o local ou organização onde a mesma se encontra. Ou seja, ela é voltada para um determinado campo ou área do conhecimento.

Segundo Figueiredo (1979, p.10)

Estas bibliotecas podem se localizar em organizações as mais diversas, a maioria pertencendo a companhias industriais; contudo, podem existir bibliotecas especializadas em agências do governo (ministérios, autarquias, empresas semi-estatais), instituições particulares de pesquisa, sociedades profissionais, associações de comércio, instituições acadêmicas com coleções departamentais, em bibliotecas públicas com coleções especializadas de assunto, e ainda, em hospitais, bancos, escritórios de engenharia e planejamento, de advocacia, etc.

Observa-se que a biblioteca especializada visa suprir as necessidades da organização pela qual a mesma está inserida, ainda que seu acervo possua outras áreas afins ou relacionados ao campo de atuação. Miranda (2007) corrobora essa afirmação ao dizer que esses tipos de bibliotecas

Possuem por objetivo facilitar o processo de recuperação de informações específicas, buscando dessa maneira, encontrar todos os caminhos de direção da informação. Seus objetivos procedem dos objetivos das organizações as quais pertencem; seus usuários geralmente são funcionários, pesquisadores, técnicos, cientistas etc, com o mesmo intuito, instituindo uma clientela especializada e limitada. [...] atuam como importantes agentes disseminadores dos conhecimentos necessários nos estudos e tomadas de decisões das instituições das quais fazem parte. Devem as mesmas desenvolver um bom planejamento na formação de suas coleções, a fim de satisfazerem seu público específico. Na maioria das bibliotecas especializadas, as publicações periódicas são de primordial importância, mas constatamos também a existência de relatórios, folhetos, normas, monografias, teses, obras de referências especializadas, maquetes, croquis, slides, projetos, fotos, vinil, software gerais, CD Rom de imagem/vídeo, fitas de vídeos, bases de dados, DVD e outros materiais publicados em separata que são armazenados em quantidade significativa, exigindo dos bibliotecários um enorme esforço para localização e obtenção dos itens desejados. (MIRANDA, 2007, p. 88).

As bibliotecas especializadas são ótimas parceiras das organizações, pois as mesmas possuem amplos recursos informacionais que ajudam os colaboradores em suas atividades profissionais, permitindo não somente uma melhor atuação como também os auxiliam em pesquisas e documentos para atender suas necessidades. Além do que, os materiais e serviços que as bibliotecas possuem ajudam a ampliar o conhecimento, geralmente, aplicadas às situações-problemas da própria organização ou dos clientes para quais a organização atua.

As bibliotecas, se divulgadas da forma correta nas organizações e possuindo boa frequência, se tornam grandes parceiras para os colaboradores. E, conseqüentemente, para a empresa ou organização.

2. RECURSOS HUMANOS

A área de recursos humanos, a princípio, tinha como objetivo atender a demanda interna das empresas nas questões operacionais, uma vez que as organizações são divididas por áreas, setores e cargos onde cada um possui sua função, ou seja, tarefas e atividades específicas.

Usamos muitas expressões para descrever o quanto as pessoas são importantes para as empresas. Os termos recursos humanos, capital humano, capital intelectual, gestão de talentos sugerem que são as pessoas quem direcionam o desempenho das organizações (juntamente com outros recursos, como capital, materiais e informação). As empresas bem-sucedidas são extremamente favoráveis à contratação de diferentes tipos de pessoas para atingir um objetivo comum. Essa é a essência da gestão de recursos humanos (GRH). A gestão de recursos humanos envolve grande variedade de atividades, incluindo a análise do ambiente competitivo de uma empresa e o planejamento dos cargos, de forma que a estratégia organizacional possa ser implementada, com sucesso, com a finalidade de vencer a competição. Esse processo requer a identificação, o recrutamento e a seleção das pessoas certas para os postos de trabalho, além de treinar, motivar e avaliar essas pessoas, desenvolver políticas de remuneração competitivas para retê-las e prepará-las para liderar a organização no futuro – e a lista continua (BOHLANDER; SNELL, 2015, p. 4).

Em sua evolução, o RH teve por finalidade inicial prestar serviços para a organização de forma administrativa. Porém, com as mudanças e as transformações do mercado e das organizações, passou a ter uma função estratégica, possuindo um papel determinante na gestão pela eficiência da empresa e competência dos profissionais dentro dos ambientes

organizacionais. Além de se mostrar presente em todos os setores, sendo o parceiro dos profissionais, o RH é agente de mudanças.

O planejamento estratégico de RH permite que o seu processo seja assegurado por seus momentos e desempenho apropriados, ou seja, definir as pessoas certas para os lugares certos. Esse tipo de processo é contínuo, tendo como características a flexibilidade nas tomadas de decisões, nas ações futuras e nos desafios do mercado de trabalho.

A gestão de pessoas é comumente confundida com a atuação do setor de Recursos Humanos. No entanto, o RH apenas disponibiliza as ferramentas e mecanismos necessários à atuação dos profissionais em uma empresa. Já a gestão das pessoas utiliza esses e outros recursos em ações que valorizem os colaboradores. Dessa forma, a gestão de pessoas em uma organização deve ser realizada pelos próprios gestores, servindo o RH apenas como ferramenta para alcançar resultados mais assertivos. Como líderes, eles precisam manter os colaboradores motivados por meio de técnicas que os ajudem a desenvolver constantemente suas habilidades. Como consequência, promovem não só o desenvolvimento dos profissionais, como também o crescimento da empresa (MARQUES, 2014).

Ou seja, focaram cada vez mais na gestão de pessoas e na estrutura organizacional, área que está inserida nos recursos humanos, mas que não significa que seja a mesma função, pois age de forma integrada à administração.

3. GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas compreende-se em entender o capital humano de uma empresa como sua maior riqueza, sendo o pilar essencial para a obtenção do sucesso, ela está integrada à gestão do conhecimento, tendo como centro o talento do indivíduo. As estratégias adotadas nessa gestão têm como finalidade capacitar os colaboradores para que os mesmos contribuam efetivamente com o crescimento e o sucesso da organização, aumentando a produtividade e gerando menores custos. Para isso, a gestão promove ações que desenvolvem esses profissionais e valorizam os mesmos, sua ideia é tornar o ambiente agradável e motivador

Segundo Chiavenato (2014, p. 13),

[...] quando uma organização está realmente voltada para as pessoas, sua filosofia global e sua cultura organizacional passam a refletir essa crença. A GP é a função que permite a colaboração eficaz das pessoas – colaboradores, empregados, funcionários, recursos humanos, talentos ou qualquer denominação que seja utilizada – para alcançar os objetivos organizacionais

e individuais. [...] A GP consiste em várias atividades integradas entre si no sentido de obter efeitos sinérgicos e multiplicadores tanto para as organizações quanto para as pessoas que nelas trabalham.

Para que a gestão de pessoas seja dinâmica e interaja na organização, o administrador desempenha quatro funções administrativas: planejar, organizar, dirigir e controlar. É através desses pilares que ele consegue formar sua equipe e alcança os objetivos, metas e resultados. Portanto, faz-necessário implementar processos, dar continuidade e realizar acompanhamento dos mesmos, para ver se os resultados estão sendo satisfatórios.

Conforme foi abordado anteriormente, o RH, por meio da gestão de pessoas, atua através de diversas formas e processos. De acordo com Chiavenato (2014), são eles: a inclusão de profissionais através do recrutamento e seleção; a criação da estrutura organizacional, onde se descreve o cargo, orientam as pessoas e as tornam participantes e coautores da organização, monitora suas atividades e seus dados por sistemas e, realizam a avaliação de desempenho e resultados; o programa de incentivo por meio de remuneração, recompensas e benefícios; mantém seus funcionários por meio de programas de saúde e qualidade de vida; e o desenvolvimento de pessoas, onde aplicam e capacitam seu pessoal através de treinamentos, capacitação e desenvolvimento, envolvendo a gestão do conhecimento e de competências, programas de carreiras e aprendizagem corporativa.

Essas estratégias colaboram com a organização de forma que apresentam mão-de-obra cada vez mais especializada, atualizada e em constante crescimento e satisfação pessoal. Interferindo diretamente na produtividade e no sucesso da organização. É por meio do talento que cada profissional mostra suas habilidades e competências, por isso, esse investimento na equipe faz toda a diferença na hora de ver os resultados. Ou seja,

Também é importante investir em um RH que garanta os direitos e deveres dos funcionários, visando a sua satisfação plena desde a contratação. Dessa forma, os profissionais poderão contar com melhores salários e benefícios, segurança no trabalho, capacitações e oportunidade de crescimento. Essas ações promovem a capacitação dos colaboradores, bem como todos os benefícios materiais que ele precisa para se manter motivado no desempenho de suas funções (MARQUES, 2014).

A gestão de pessoas, no que se referem à questão da aprendizagem organizacional, vê-se a necessidade de constante aprendizado e adaptações, visto que os ciclos da empresa fluem de acordo com as mudanças do mercado de trabalho. As atividades que promovem a aprendizagem podem ser a própria formação continuada, o incentivo à educação, o treinamento, a capacitação e desenvolvimento pessoal.

4. FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada proporciona um ensino baseado no aprimoramento necessário em determinada área do conhecimento a fim de adquirir de forma mais rápida as novidades e informações sobre um assunto específico. O objetivo dos cursos de formação continuada, geralmente de curta duração, é focar nas questões práticas para que o profissional se insira no mercado de trabalho ou cresça dentro de sua própria organização. Esses cursos desenvolvem atualizações e competências profissionais e, atendem às exigências e necessidades das empresas e do mercado, por isso, se tornam cada vez mais eficazes e procurados pelos profissionais que buscam aprender e se atualizar diante também das novas tecnologias.

O profissional que busca uma formação contínua está em constante evolução e crescimento, desenvolvendo suas habilidades e competências, se tornando cada vez mais dinâmico, flexível e com um amplo campo de trabalho.

De acordo com Barros (2007, p. 58)

existem duas categorias de formação continuada: a formal e a informal. A formal, que se caracteriza por ser elaborada por instituições, órgãos governamentais e empresas, e a informal, que é a busca de conhecimento, pelo próprio indivíduo para atender suas necessidades realizando cursos, uma aprendizagem autônoma para o aprimoramento não só para o trabalho, mas para si próprio, mediante o estudo e a atualização individual.

A área de gestão atua na formação continuada a partir das ofertas e do incentivo que oferece aos colaboradores em aprimorar e aprender novas técnicas profissionais, a fim de que o crescimento dos mesmos seja contínuo.

4.1 Educação Corporativa

A educação corporativa é um processo que a empresa realiza como estratégia para alcançar metas futuras, desenvolvendo em seus colaboradores competências individuais e organizacionais, por meio de universidades corporativas, a fim de obter sucesso nos resultados da instituição. Segundo Meister (1999, p. 35), a educação corporativa é uma espécie de “guarda-chuva estratégico para desenvolver e educar funcionários, clientes, fornecedores e comunidade, a fim de cumprir as estratégias da organização”.

A Educação corporativa é um conceito diferenciado de ensino. O espaço físico é mais um conceito do que realidade. Educação presencial, à distância ou semipresencial, o aprendizado através de ambientes virtuais, ou eletrônicos, trazem flexibilidade, já que há a liberdade de escolher o melhor momento e um tempo menor para o aprendizado, proporcionando uma significativa redução nos custos. Não há necessidade de se ausentar, o conhecimento vai ao encontro do indivíduo (BLOIS, MELCA, 2005 apud ESTEVES; MERIÑO, 2015, p. 5).

Ou seja, a partir do momento em que a educação corporativa é bem realizada nas empresas e organizações, há maior agilidade na tomada de decisão, na resolução de tarefas e nos resultados, já que os funcionários estariam desenvolvendo suas competências e habilidades; aumenta a produtividade e o incentivo à inovação, além de melhorar o ambiente corporativo mantendo seus colaboradores satisfeitos e motivados.

Para isso, muitas empresas optam, principalmente, pela educação à distância, a fim de facilitar e flexibilizar o acesso ao conhecimento independente de horário e data específica e, dar autonomia ao próprio aluno em seus estudos. Pois, o principal objetivo da instituição é que o profissional não se desatualize.

O conhecimento adquirido traz não somente a atualização desse profissional, quanto também vantagem competitiva, além de grandes mudanças comportamentais tanto na realização das tarefas quanto no próprio ambiente corporativo. Nonaka e Takeuchi (1997 apud LOPES, 2015) afirmam que

As pessoas e as organizações se desenvolvem por meio da aplicação de sistemas educativos que visam à implementação de uma cultura de aprendizagem contínua e da mudança de comportamento. Com relação ao processo de desenvolvimento de pessoas entende-se como a exteriorização das potencialidades do indivíduo, deixando fluir suas habilidades, aptidões e sua capacidade de criação. As organizações vêm compreendendo a diferença existente entre formação e informação. Desenvolver pessoas não se trata de um repasse de informações que visam ao aprendizado de novos conhecimentos, habilidades ou destrezas com o objetivo de que elas se tornem mais eficientes. O processo de formação é mais amplo e leva o indivíduo ao aprendizado de novas atitudes e adoção de uma postura pró-ativa, buscando ideias e soluções para os problemas vivenciados no trabalho.

Então, partindo da ideia de uma cultura organizacional onde os profissionais estão em processo constante de aprendizado e mudanças, pode-se dizer que

A educação corporativa não se restringe a salas de aulas, mas sim a processos organizacionais que são a criação de uma aprendizagem contínua, ou educação continuada, atingindo o próprio recurso intelectual e pessoal da empresa. Compartilhar experiências, ações e informações, visando a solução de problemas, aprender a reaprender, junto com toda a equipe, é a nova política de Gestão, onde ainda exige-se maior escolaridade, mas considera a competência e não a qualificação. Ainda é um discurso contraditório, baseado nas competências e conhecimento, mas solicita do colaborador/gestor, a capacidade de lidar com o imprevisto, pro atividade, aprendizado organizacional e não apenas individual (MUNDIM, 2002 apud ESTEVES; MERIÑO, 2015, p. 2).

O fator fundamental para se investir na educação corporativa está em estimular a aprendizagem organizacional e promover boas oportunidades, uma vez que o setor de recursos humanos apresenta uma visão estratégica em abordar essa proposta como desenvolvimento de pessoas e talentos (MARION, 2011).

Portanto, com a educação contínua e o aperfeiçoamento de habilidades e competências, junto com a gestão de pessoas que incentiva e proporciona esses tipos de treinamentos e formação e, a área de recursos humanos que administra e oferece ferramentas, recursos e ambientes propícios para isso, como a própria biblioteca, vê-se que é necessário que todos os setores estejam alinhados em suas ações e estratégias, para que atinjam os resultados além do esperado.

4.2 Educação Profissional

A educação profissional consiste em uma modalidade que se obtém certificados por meio de cursos técnicos ou de formação inicial e continuada (FIC), através da qualificação do indivíduo.

A educação profissional e tecnológica, em termos universais, e no Brasil em particular, reveste-se cada vez mais de importância como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica. Suas dimensões, quer em termos conceituais, quer em suas práticas, são amplas e complexas, não se restringindo, portanto, a uma compreensão linear, que apenas treina o cidadão para a empregabilidade, nem a uma visão reducionista, que objetiva simplesmente preparar o trabalhador para executar tarefas instrumentais. No entanto, a questão fundamental da educação profissional e tecnológica envolve necessariamente o estreito vínculo com o contexto maior da educação, circunscrita aos caminhos históricos percorridos por nossa sociedade (BRASIL, 2004, p. 7).

O modelo adotado para esse ensino é através da gestão da competência, onde a avaliação profissional acontece por meio do conhecimento, habilidades e atitudes que o aluno possui, unindo assim desde a teoria à prática.

Muitas empresas investem em cursos profissionalizantes para os seus funcionários para que estejam aptos e preparados para os desafios das tarefas e das necessidades da organização.

A educação profissional e tecnológica realiza-se, atualmente, por uma vasta rede diferenciada composta por inúmeras instituições, que abrangem escolas de ensino médio e técnico, universidades e demais instituições de ensino superior, Sistema S, escolas e centros mantidos por sindicatos, escolas e fundações empresariais, cursos promovidos por organizações não governamentais, ensino profissional e regular livre, centros de formação em línguas, centros de formação de condutores e inúmeros outros espaços (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 312).

Para que a educação profissional atue de forma efetiva, algumas leis foram promulgadas. A lei de diretrizes básicas da educação, por exemplo, articula de forma associativa, buscando a integração da educação básica e profissional, para que o cidadão possua o conhecimento necessário para se inserir no mercado de trabalho.

Assim é que a educação profissional, no que estabelece a LDB (BRASIL, 1996d), por se desenvolver de forma sistematizada em instituições próprias ao ensino, inscreve-se no âmbito da educação escolar e articula-se à formação básica que deve ser comum a todos os brasileiros e brasileiras, de modo a assegurar-lhes a formação indispensável ao exercício da cidadania, à efetiva participação nos processos sociais e produtivos e à continuidade dos estudos, na perspectiva da educação ao longo da vida. Integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, sua finalidade é conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (Art. 39) (BRASIL, 1996b), devendo ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (Art. 40) (BRASIL, 1996 apud KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 298).

Com isso, pode-se observar que tanto a educação profissional quanto a educação corporativa, fazem parte de um processo de formação contínua de desenvolvimento pessoal e técnico, para que o indivíduo permaneça em constante aprendizado, atualização e atuante no mercado de trabalho.

5. A BIBLIOTECA COMO PARCEIRA NA APRENDIZAGEM E NA BUSCA DA INFORMAÇÃO

A partir da pesquisa quantitativa aplicada no presente artigo, por meio de levantamentos bibliográficos e informações sobre os temas abordados nas seções acima, vê-se que a área de gestão de pessoas, se preocupa inteiramente com a seleção de talentos, com a motivação das equipes e, com a qualidade de vida de seus colaboradores. Por isso, seus programas e processos são focados todo o tempo nas pessoas que atuam e atuarão na organização.

Embora existam diversos processos, que influenciam diretamente na vida profissional e pessoal dos funcionários, nota-se que, a aprendizagem organizacional é um fator que proporciona grandes benefícios para ambas as partes: empresa e colaborador.

Muitas empresas financiam ou proporcionam uma ajuda de custo para os seus profissionais, ou propiciam treinamentos e cursos internos para que eles estejam em constante crescimento. E é aí que a biblioteca, então, se apresenta como um agente fundamental para o aceleração e permanência desse processo, mostrando-se essencial para a educação. Uma vez que ela se mostra como uma agente facilitadora e disseminadora de conhecimento, além de incentivar a leitura e a pesquisa no processo de formação e educação desses profissionais.

Ao abordar o conceito de educação corporativa, viu-se que uma das principais formas para capacitação dos profissionais é por meio da educação online, à distância. Com o avanço das tecnologias, tem surgido cada vez mais oportunidades para o aluno que queira aprender ou se aperfeiçoar de forma flexível, dinâmica e autodidata.

Com isso, o sistema voltado ao aprendizado por meio de videoaulas, fóruns, bibliotecas virtuais e conteúdo por plataformas digitais mostra que o aluno consegue ter acesso à informação e conhecimento de forma mais autônoma e com melhor custo/benefício.

A biblioteca, por sua vez, se apresenta aos profissionais nesse momento como ambiente ideal para que eles realizem suas aulas e cursos e, pesquisas para os seus trabalhos e atividades, oferecendo recursos tecnológicos e didáticos com um acervo específico para atender às demandas dos usuários que frequentam e procuram por esses serviços.

Os avanços da tecnologia, mais uma vez, mostram a necessidade do surgimento de novos paradigmas, e na área biblioteconômica não foi diferente. Com o passar dos anos, a biblioteca se desenvolveu e caminhou junto com as novas ferramentas e inovações que o mercado e a sociedade exigiam. Por isso, o profissional da área se tornou um disseminador da informação pela qual armazena, além de compartilhá-la, organizá-la e de ajudar os usuários a encontrar o que buscam.

As funções convencionais de uma biblioteca são de coletar, processar, disseminar, armazenar e utilizar informação documental para proporcionar serviços para a sociedade. Na era da economia do conhecimento, a biblioteca se tornará a casa-do-tesouro do conhecimento humano, participando na inovação do conhecimento, e tornando-se um importante elo na corrente da inovação (SHANHONG, 2000, p. 1, tradução nossa).

Ao falar da importância da biblioteca em ambientes corporativos, é correto afirmar que a parceria que o setor de biblioteca oferece ao setor de recursos humanos acontece devido à diversos serviços disponíveis, tais como: a oferta de recursos e materiais; orientação; levantamentos de pesquisas e bibliografias; empréstimo domiciliar; além do incentivo à leitura e um espaço físico adequado para a realização dos cursos e treinamentos ou qualquer informação sobre questões vindas de setores da empresa para a execução de tarefas específicas.

É fundamental salientar que a biblioteca não atende somente àqueles que realizam cursos em seu ambiente, mas atua como fornecedora da informação e atendente das demandas daqueles que a buscam, independentemente de suas necessidades informacionais.

[...] com a evolução da área de conhecimento denominada tecnologia da informação, novos serviços têm sido disponibilizados aos usuários das bibliotecas, dentre os quais o serviço de reserva de livros pela Internet, o serviço de empréstimo domiciliar, o serviço de consulta à base de dados das bibliotecas (consulta ao acervo realizada in loco ou pela internet, utilizando recursos de busca por título, por autor, por palavras-chave etc.), consulta ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes) e também o acesso à Internet para fins de pesquisa. Vale ressaltar também que nos últimos anos as dissertações de mestrado e teses de doutorado têm sido disponibilizadas em formato digital (muito em breve os trabalhos de conclusão de cursos de graduação e licenciatura também deverão estar disponíveis nesse formato). Neste contexto, nos tempos atuais, a qualidade dos serviços prestados em bibliotecas não está atrelada somente ao desempenho dos funcionários e da estrutura física existente nestas, mas também aos recursos computacionais (hardware e software) que compõem o sistema de informação (FREITAS; BOLSANELLO; VIANA, 2008, p. 91).

O bibliotecário, por consequência, é o profissional responsável que tem a função de ser o mediador entre a instituição e a sociedade, uma espécie de coautor da informação e das transfigurações da memória, além de facilitador e guardião do conhecimento. Valentim (2002 apud CRIPPA, 2009, p. 152) define o bibliotecário como “um profissional que opera um conjunto de funções que tornam necessário o uso da palavra plural, tanto no âmbito de um ambiente de biblioteca tradicional, como pelas inovações provocadas pelo uso das TICs”.

Ou seja, assim como o mercado, tanto a biblioteca quanto os bibliotecários sofreram mudanças para responder às próprias transformações da sociedade e das demandas, sendo inseridos em diversas instituições e organizações para que todos tenham acesso à informação de forma rápida, fácil e assertiva. Porém, ainda que sofram modificações, o papel da biblioteca e os serviços oferecidos permanecem possuindo o mesmo objetivo, que é atender o usuário e satisfazê-lo. E, dessa forma, enfatiza e ratifica o valor que a biblioteca possui para a instituição em que está inserida ao apresentar resultados em sua atuação.

CONCLUSÃO

Tendo em vista os conceitos pesquisados e abordados no presente artigo, entende-se que a gestão de pessoas, no uso das atribuições dadas pela área de recursos humanos, possui grande importância para o crescimento organizacional e o desempenho profissional e, a biblioteca, como uma parceira fundamental para o processo evolutivo dos funcionários em constante formação.

Para se obter sucesso, vantagem competitiva, produtividade e um bom relacionamento interpessoal da equipe, faz-se necessário promover recursos, ferramentas e ambientes propícios para os colaboradores. Uma empresa que trabalha com gestão de pessoas, pensa no que é melhor para os seus profissionais, pois assim obterão os resultados que querem alcançar. Pois essa gestão, vinculado ao setor de recursos humanos está preocupada com seus talentos, por isso promove treinamentos, cursos, remuneração e benefícios, programas motivacionais de saúde e qualidade de vida, avaliações de desempenho, entre outros.

Levando-se em consideração que um dos principais fatores desses programas que, efetivamente, trazem benefícios mais tangíveis, foi abordado o valor da educação contínua, por meio da educação corporativa e profissional, que buscam a qualificação e aperfeiçoamento de competências, habilidades e técnicas dos profissionais de uma organização.

Ao abordar a relevância da biblioteca em ambientes corporativos, percebe-se a atuação expressiva, no que se refere à educação e necessidade informacional dos colaboradores e usuários da biblioteca. Pois, os serviços oferecidos não se limitam apenas em um espaço físico para estudo e pesquisa, uma vez que o acervo pode obter materiais relacionados à todas as áreas e setores da organização, a fim de ajudar em uma busca ou recuperação da informação, seja ela de cunho interno ou externo à empresa.

Portanto, conclui-se que, o artigo aponta a importância de se obter o setor de bibliotecas nas empresas e organizações, assim como mostra o papel fundamental que ela oferece como salvaguarda da memória da instituição, mediadora e disseminadora da informação e do conhecimento. Principalmente, no que se refere à prática da educação corporativa e profissional, através das capacitações e planos de estudos, se torna um ambiente ideal e primordial para utilização dos recursos informacionais e tecnológicos. Com isso, pode-se afirmar que, os setores de RH e Biblioteca são significativamente essenciais para o processo de aprendizagem organizacional.

Por fim, propõe-se que essa temática seja mais divulgada e estudada, pois pouco referencial teórico se possui sobre bibliotecas especializadas em ambientes corporativos. O que ressalta que é preciso incentivar ainda mais as empresas à inserirem ambientes como esses para proporcionar informação e conhecimento e, os profissionais de biblioteconomia e de recursos humanos a compartilharem suas experiências, se já realizam essas parcerias nas organizações.

Como citar este artigo: SANTOS, Aimee de Menezes. O papel das bibliotecas nas empresas no processo de educação corporativa, profissional e continuada. Rev. Silva, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 107-125, jul.-dez. 2019.

REFERÊNCIA

BARROS, D. M. V. Ambientes mediatizados para a formação continuada dos profissionais da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.3, n.2, p. 56-66, jul./dez. 2007.

BELLUZZO, R. C. B.; KERBAUY, M. T. M. Em busca de parâmetros de avaliação da formação contínua de professores do ensino fundamental para o desenvolvimento da information literacy. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.5, n.2, p. 129-139, jun.2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/766/781>. Acesso em: 20 out. 2017.

BIBLIOTECA. **QueConceito**. São Paulo. Disponível em: <http://queconceito.com.br/biblioteca>. Acesso em: 14 out. 2017.

BOHLANDER, G.; SNELL, S. A. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Proposta em discussão**: políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. Brasília, abr. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf. Acesso em: 27 out. 2017.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Manole, 2014. 494 p.

CRIPPA, G. Ordem e desordem nos labirintos da ficção: os bibliotecários e suas representações em alguns produtos culturais contemporâneos. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n.2, p. 151-161, maio/ago. 2009.

ESTEVES, L. P.; MERIÑO, M. A educação corporativa e a gestão do conhecimento. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 11, 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: CNEG, 2015. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_042M.pdf. Acesso em: 29 out. 2017.

FIGUEIREDO, N. Bibliotecas Universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 7, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1979.

FREITAS, A. L. P.; BOLSANELLO, F. M. C.; VIANA, N. R. N. G. Avaliação da qualidade de serviços de uma biblioteca universitária: um estudo de caso utilizando o modelo Servqual. **Ci. Inf.**, Brasília, v.37, n.3, p.88-102, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n3/v37n3a07>. Acesso em: 31 out. 2017.

KUENZER, A. Z.; GRABOWSKI, G. Educação profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/10762/1026>. Acesso em: 30 out. 2017.

LOPES, J. C. **Treinamento, desenvolvimento e educação corporativa**. Disponível em: <http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/educacao-corporativa/>. Acesso em: 28 out. 2017.

MACÊDO, I. I. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. 184 p. (Gestão empresarial).

MARION, K. **Educação corporativa**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/educacao-corporativa/51529/>. Acesso em: 29 out. 2017.

MARQUES, J. R. **Definição de gestão de pessoas**. Disponível em: <http://www.jrmcoaching.com.br/blog/conceito-e-definicao-de-gestao-de-pessoas/>. Acesso em: 20 out. 2017.

MEISTER, Jeanne C. **Educação Corporativa: gestão do capital intelectual através das universidades corporativas**. São Paulo: Makron Books, 1999.

MIRANDA, A.C.C.de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.17, n.1, p.87-94, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/463/1468>. Acesso em: 15 out. 2017.

PIMENTEL, G.; BERNARDES, L.; SANTANA, Marcelo. **Biblioteca escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 117 p.

SHANHONG, T. Knowledge management in libraries in the 21 st century. In: IFLA COUNCIL AND GENERAL CONFERENCE, 66, 2000, Jerusalem, Israel. **Anais...** Jerusalém, Israel: IFLA, 2000. Disponível em: <https://archive.ifla.org/IV/ifla66/papers/057-110e.htm>. Acesso em: 25 out. 2017.

UMA ABORDAGEM DO ETHOS MILITAR: AS DIFERENTES VISÕES SOBRE OS VALORES CASTRENSES.

FABIO DA SILVA PEREIRA¹

RESUMO

O artigo objetiva verificar possíveis mudanças na maneira de ser e de pensar dos militares formados pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) na década de 1990. Para isso, a pesquisa conta com o acesso a entrevistas, documentos internos do Exército Brasileiro (EB), além da bibliografia disponível para a temática do ethos. Para isso, aborda a conceituação do ethos no discurso partindo da Retórica de Aristóteles e das contribuições teóricas de Dominique Maingueneau e Ruth Amossy. Como resultado, o Exército Brasileiro investiu tempo e recursos para adequar o oficial ao novo perfil desejável, onde algumas missões que não eram da responsabilidade exclusivamente militar, foram adicionadas. Assim, a boa imagem causada pela atitude desejável do cadete pode contribuir para causar a boa imagem da instituição perante a opinião pública, reforçada pela disciplina acadêmica e pelas ações institucionais de comunicação social.

PalavrasChaves: Ethos militar. Educação militar. Análise do discurso.

ABSTRACT

The article aims to verify possible changes in the way of being and thinking of the military graduates of the Military Academy of Agulhas Negras (AMAN) in the 1990's. For this, the research has access to interviews, internal documents of the Brazilian Army (EB), besides the bibliography available for the ethos theme. To this end, it addresses the conceptualization of ethos in discourse based on Aristotle's Rhetoric and the theoretical contributions of Dominique Maingueneau and Ruth Amossy. As a result, the Brazilian Army has invested time and resources

1. Doutorando em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Atualmente é professor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

in adapting the officer to the new desirable profile, where some missions that were not solely military responsibility have been added. Thus, the good image caused by the desirable attitude of the cadet can contribute to the good image of the institution before the public opinion, reinforced by academic discipline and institutional communication actions social.

Key words: Military ethos. Military education. Speech analysis.

INTRODUÇÃO

O estudo partiu das leituras das obras que tratam o ethos² a partir dos discursos e das práticas que tornam a instituição militar um órgão distinto em seu processo de formação dos oficiais da linha de ensino militar bélico³ (LEMB). No que diz respeito à metodologia, o presente trabalho está baseado nas contribuições de José D' Assunção Barros (2013) e de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (2012), de acordo com as seguintes classificações: quanto ao tipo de pesquisa (ou objetivo), trata-se de uma pesquisa descritiva, e, no que diz respeito aos procedimentos metodológicos, constitui-se num estudo de caso fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental.

Com a finalidade de traçar um histórico, a compreensão do conceito de ethos remonta à antiguidade clássica e as práticas de retórica por seu idealizador: Aristóteles. O filósofo e pensador grego trabalhou os dispositivos argumentativos que teve por finalidade apresentar um prisma cujo objetivo não é examinar o que é persuasivo para tal ou qual indivíduo, mas para tal ou qual tipo de indivíduos (MAINGUENEAU, 2019, p. 13). A prova pelo ethos consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, com a finalidade de proporcionar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança.

O conceito teórico do ethos não toca em sentidos considerados "palpáveis", ou concretos. No entanto, a experiência que une os indivíduos sob um contexto faz com que o termo receba um sentido. E esse, ao ser captado pelo orador, e ser exercitado o seu discurso através da escolha certa das palavras, da correta entonação destas, da orquestração dos gestos e

-
2. Dada a repetição do termo ethos em todo o corpo do artigo, optou-se por não colocar em itálico ou qualquer outro recurso gráfico que proporcionasse destaque à palavra em si.
 3. Os oficiais da LEMB são formados pela Academia Militar das Agulhas Negras e consistem de sete especialidades: infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia, intendência, comunicações e material bélico.

atitudes, pode conquistar a identidade de grupos inteiros. Nesse sentido, existem sempre alguns elementos contingentes num ato de comunicação, em relação aos quais é difícil dizer se fazem ou não parte do discurso, mas que influenciam a construção dos *ethos* pelo público ouvinte. É, em última instância, uma decisão teórica: saber se deve relacionar o *ethos* ao material propriamente verbal, atribuírem poder às palavras, ou integrar-se a ele - e em quais proporções - elementos como as roupas do locutor, seus gestos e outros detalhes que montam um cenário próprio ao discurso que é desejável. Ou seja, o conjunto do quadro da comunicação para a formação da cosmovisão dos eventos.

O gradiente dos níveis de percepção é sensível e, dependendo do público-alvo, requer mais tempo entre os estágios de identificação entre os atos e a sua legitimidade perante um grupo. O antropólogo Geert Hofstede (2003) estudou a cultura de vários países, incluindo o Brasil nessa lista. No seu conceito de cultura, o termo é sempre um fenômeno coletivo, porque é pelo menos parcialmente compartilhada com pessoas que vivem ou viveram dentro do mesmo ambiente social, onde fora aprendido. A cultura consiste no "não escrito", nas regras do jogo social. É a programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo ou categoria dos demais (HOFSTEDE, 2003, p. 15).

Em sua classificação, o país possui características de sociedades com altas distâncias do poder, baseado por ambientes de desigualdades acentuadas e de personalismo, com a distribuição de benefícios sem uma noção clara de mérito. Para o pesquisador Marco Túlio Zanini, os estudos de Hofstede apresentam uma série de indicadores que caracterizam a enorme distância entre a base e o topo da pirâmide institucional:

As pessoas com poder querem impressionar os demais; o poder baseia-se em laços pessoais e dívida moral; a forma de mudar o sistema é feito por meio da força ou carisma; revoluções e violência são comuns; há maior desigualdade de renda; as religiões e os sistemas filosóficos acentuam a desigualdade; as ideologias políticas reforçam a luta pelo poder (...). Essas sociedades podem estimular o surgimento de líderes carismáticos e tiranos, com uso ilimitado do poder (ZANINI, 2016, p. 134).

O problema é por demais delicado, posto que o *ethos*, por natureza, é um comportamento que, como tal, articula verbal e não verbal, provocando nos destinatários efeitos multissensoriais. A simples aparência ou o estudo das técnicas de oratória, contudo, não pode ser visto de modo simplório. Enfaticamente, não são traços "intradiscursivos" que ligam o orador ao seu discurso somente porque, como vimos, também intervêm, em sua elaboração, dados exteriores à fala propriamente dita. Logo, a prova pelo *ethos* mobiliza a tudo que, na enunciação discursiva, contribui para destinar a imagem do orador a um dado auditório. Tom de voz, determinado fluxo da fala, escolha das palavras e dos argumentos, gestos, mímicas, trajes, o olhar, postura,

aparência – todos esses, enquanto signos, de elocução e de oratória, indumentários ou simbólicos, pelos quais o orador dá de si mesmo uma imagem psicológica e sociológica (DECLERCQ, 1992, p. 48).

A enunciação presume, também, a experiência que une os indivíduos – orador e plateia – em um corpus bem sedimentado. Do contrário, a mensagem proferida ao grupo pode ser vista como um sofisma e, em consequência, toda a construção cairá em descrédito:

A noção de ethos remete a coisas muito diferentes conforme seja considerada do ponto de vista do locutor ou do destinatário: o ethos visado não é necessariamente o ethos produzido. Um professor que queira passar uma imagem de sério pode ser percebido como monótono; um político que queira suscitar a imagem de um indivíduo aberto e simpático pode ser percebido como um demagogo. Os fracassos em matéria de ethos são moeda corrente (MAINGUENEAU, 2019, p. 16).

O destinatário deve, então, atribuir certas propriedades de identidade à instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo. O ponto essencial está quando o discurso tem uma natureza que confere ao orador a condição de digno de fé, persuadindo o pensamento hegemônico⁴ pelo caráter⁵ [= ethos]. De acordo com Auchlin (2001), o ethos não encobre somente a dimensão verbal, mas também para o conjunto de determinações físicas e psíquicas em uma posição empírica entre o discurso oral e escrito – demonstrada pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um “caráter” e uma “corporalidade”⁶, cujos graus de precisão variam segundo o discurso, os textos e imagens atrelados.

Além disso, o ethos dinamiza a maneira de se mover em um determinado espaço social, uma disciplina tática do comportamento humano (MAINGUENEAU, 2019, p.18).

-
4. Dos teóricos que abordam o conceito de hegemonia, Antonio Gramsci apresenta uma noção mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrado na tradição. O pensador italiano destaca a importância de formar uma classe dirigente que se mantenha pelo consentimento das massas e não apenas pela força coercitiva. Ademais, sublinha a importância da direção cultural e ideológica (ALVES, 2010, p. 73).
 5. Segundo Auchlin, o “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Nos capítulos 12 a 17 do livro II, Aristóteles descreve os traços de caráter particulares dos homens em função de sua idade (juventude, maturidade, velhice) e de sua fortuna (na ordem em que se apresentam: a nobreza, a riqueza, o poder e a sorte). Aristóteles descreve, então, os diferentes traços que o orador pode encontrar em um auditório: cabe a ele escolher as diferentes paixões que deverá suscitar. Como a virtude não é considerada da mesma maneira em todos os lugares por todas as pessoas, é, em função de seu auditório, que o orador se construirá uma imagem, conforme o que é considerado virtude. A persuasão não se cria se o auditório não puder ver no orador um homem que tem o mesmo ethos que ele: persuadir consistirá em fazer passar pelo discurso um ethos característico do auditório, para lhe dar a impressão de que é um dos seus que ali está (MAINGUENEAU, 2019, p. 15).
 6. Para Auchlin, a “corporalidade” está associada a uma compleição física e a uma maneira de se vestir.

Segundo a autora, o destinatário a identifica apoiando-se em um conjunto difuso de representações sociais avaliadas positivamente ou negativamente em estereótipos onde a enunciação do orador ou a palavra escrita contribui para uma reação. Nesse sentido, o ethos se elabora por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira as suas informações do material e do ambiente.

Encontramo-nos, portanto, na “Retórica” de Aristóteles, diante de dois campos semânticos opostos ligados ao termo ethos: o primeiro, de sentido moral, engloba atitudes e virtudes como honestidade, benevolência ou equidade; o segundo, de sentido neutro e objetivo, o qual reúne os hábitos, modos e costumes ou caráter (EGGS, 2018, p. 30). Antoine Auchlin traz do conceito aristotélico para o contexto prático:

A noção de ethos é uma noção com interesse essencialmente prático, e não um conceito teórico claro (...) Em nossa prática ordinária da fala, o ethos responde a questões empíricas efetivas, que têm como particularidade serem mais ou menos coextensivas ao nosso próprio ser, relativas a uma zona íntima e pouco explorada de nossa relação com a linguagem, onde nossa identificação é tal que se acionam estratégias de proteção (AUCHLIN, 2001, p. 93)

Nesse escopo, a conquista da confiança envolve um emaranhado de artefatos que extrapolam a mera ação protagonista do discurso, da fala. Para o sociólogo alemão Niklas Luhmann (1980), o ato de confiar deriva de valores compartilhados. A vinculação, nessa perspectiva, atua de maneira similar à suspensão do puro desejo egoísta em favor de uma orientação para os interesses da coletividade. Assim, para Hofstede, as diferenças culturais se exteriorizam de várias maneiras. Dos muitos termos usados para descrever as manifestações

da cultura, os quatro seguintes juntos cobrem o conceito total de forma bastante nítida: símbolos, heróis, ritos e valores. Na figura a seguir, elas foram retratadas como as peles de uma cebola, indicando que a simbologia representam o mais superficial e valorizam as manifestações mais profundas da cultura, com rituais intermediários.

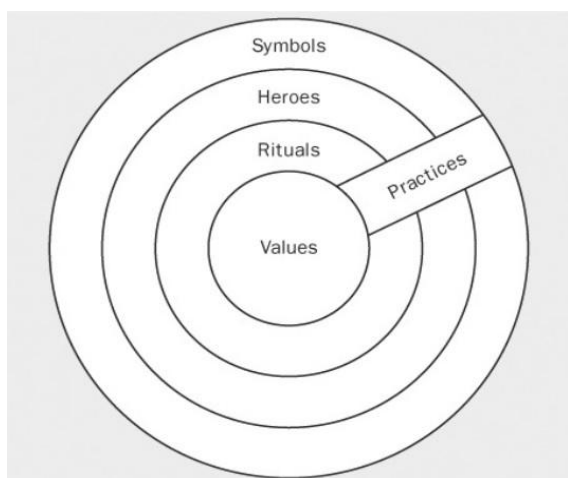


Figura 1 - A cultura como cascas de cebola - Modelo de Hofstede.
Fonte: Hofstede (2003. p. 17).

Segundo Edgard Schein, a organização como um todo vivenciou experiências comuns, pode existir uma forte cultura organizacional que prevaleça sobre as subculturas das unidades. Ele atribui uma grande importância ao papel dos fundadores da organização no processo de moldar seus padrões culturais.

Os primeiros líderes, ao desenvolverem formas próprias de equacionar os problemas organizacionais, acabam por imprimir a sua visão de mundo aos demais e também a sua visão do papel que a organização deve desempenhar nesse ambiente. Para esse autor, não é possível compreender cultura sem o seu aspecto dinâmico, como é aprendida, passada para frente e transformada, o que faz entendê-la como um processo contínuo de formação e mudança que está presente em todos os aspectos da experiência humana (SCHEIN,1991). Dominique Maingueneau oferece mais detalhes:

Não se trata de uma representação estática e bem delimitada, mas, antes, de uma forma dinâmica, construída pelo destinatário através do movimento da própria fala do locutor. O ethos não age no primeiro plano, mas de maneira lateral; ele implica uma experiência sensível do discurso, mobiliza a afetividade do destinatário. Para retomar uma fórmula de Gibert (século XVIII), que resume o triângulo da retórica antiga, "instrui-se pelos argumentos; comove-se pelas paixões; insinua-se pelas condutas": os "argumentos" correspondem ao logos, as "paixões" ao pathos, as "condutas" ao ethos. Compreende-se, assim, que na tradição retórica o ethos tenha sido frequentemente considerado com suspeição: apresentado como tão eficaz quanto o logos – às vezes até como mais eficaz do que o logos, os argumentos propriamente ditos –, desconfia-se, inevitavelmente, que inverta a hierarquia moral entre o inteligível e o sensível, e também entre o ser e o parecer, uma vez que o orador pode mostrar no discurso um ethos mentiroso (MAINGUÉNEAU, 2019, p. 14).

Ainda, de acordo com Edgard Schein, a cultura de uma organização pode ser aprendida em vários níveis, de acordo com o quadro a seguir:

Nível	Descrição
Nível dos artefatos visíveis	Ambiente constituído da instituição, representado por sua arquitetura, sua tecnologia, seus comportamentos visíveis, seus manuais de instruções e procedimentos, a disposição das dependências internas, a comunicação social, as insígnias, as medalhas, os brevês e diplomas, entre outros adornos que apontam para a distinção do local e/ou da pessoa.

Nível dos valores compartilhados	Nesse nível, os artefatos revestem-se de seu signo, governando o comportamento das pessoas, por meio de seus códigos hierárquicos e os fundamentos para os julgamentos a respeito do que está certo e errado, ou seja, o código ético e moral do grupo. Está no nível intermediário, situado entre o consciente e o inconsciente, regulado por um conjunto de princípios estatutários (leis, decretos, manuais, regulamentos) que definem os artefatos.
Nível dos pressupostos básicos	É a parte mais profunda de uma cultura institucional. Paradigmas inconscientes e invisíveis, que determinam como os membros de um grupo percebem, pensam e sentem o mundo externo, a natureza da realidade, do tempo e do espaço, a natureza da atividade humana e das relações humanas. Nesse nível é percebido o espírito de corpo, onde as características mais proeminentes do ethos são percebidos.

Quadro 1. Termos técnicos e seus significados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto, através da passagem por esses níveis, a cultura torna-se consistente por meio da história institucional, incluindo o depoimento dos heróis que a compõem, as solenidades de recompensas para o membro destaque, os mitos utilizados, os jornais internos que transmitem mensagens, normas, deveres e direitos dos membros (FREITAS, 1991). A utilização de artefatos determina uma estratégia para que os membros se adaptem à cultura vigente e suas mudanças, a fim de criar um mesmo modo de agir, pensar e sentir considerado como adequado pelos indivíduos. Os artefatos podem ser verbais, comportamentais e físicos. Os primeiros são os mitos, os heróis, os tabus e as histórias. Os comportamentais são os rituais e as cerimônias, e os físicos, as normas e símbolos (KILLMAN, 1988).

Os mitos, considerados artefatos verbais, relacionam-se com histórias fictícias, amparados na historiografia patriótica, onde fornecem dados consistentes com os valores organizacionais. São narrativas dramáticas de eventos imaginados, com o objetivo de explicar origens e transformações das coisas. Chanlat (1993) explica o mito como um fator relevante para a constituição das crenças, dos valores e das identidades organizacionais, podendo emanar de civilizações, modernas ou não. Isso tem por função explicar a conexão entre o saber e o agir,

ao passado e o presente, possibilitando a transformação da imaginação em rituais que se estabelecem entre os membros da organização. Dessa forma, a cultura da confiança baseia-se em um sistema de incentivos e valores compartilhados por normas e regras que assumem que os indivíduos em geral são confiáveis. (ZANINI, 2016, p. 71).educação civil e militar.

1. A FORMAÇÃO ÉTICA DOS OFICIAIS DA LINHA DE ENSINO MILITAR BÉLICO

O processo de socialização dos oficiais da LEMB inicia antes mesmo da entrada nos portões acadêmicos. Os rígidos processos seletivos estabelecidos em editais fazem a verificação da situação social dos candidatos, através da comprovação de não possuir antecedentes criminais no cadastro nacional de segurança pública. Uma vez aprovado no processo, o “ainda” candidato é submetido às noções básicas da cultura institucional durante o período de adaptação, de aproximadamente quinze dias⁷. Nesse período, são distribuídos os manuais, das quais destacam-se o Estatuto dos Militares⁸ (BRASIL, 1980), o Regulamento Interno dos Serviços Gerais⁹ (BRASIL, 2003) e o Regulamento Disciplinar do Exército¹⁰ (BRASIL, 2002).

Além disso, o uso do uniforme e suas insígnias passam a figurar a rotina dos candidatos a aluno em uma escola militar, onde o uso do uniforme é avaliado pelos três documentos ora citados. No caso do aluno em um curso de formação da LEMB, as insígnias criadas revestem-se de uma atenção especial. Isto, porque alguns uniformes foram confeccionados especificamente para esse fim. No primeiro ano da AMAN, o então cadete¹¹ veste o uniforme histórico denominado de “Azulão”. Adicionalmente, na semana do soldado de agosto – data de nascimento de Luís Alves de Lima e Silva¹²), o cadete recebe o espadim, uma cópia reduzida da espada que o Duque de Caxias recebeu por seus serviços prestados ao

-
7. Com exceção de alguns concursos esporádicos de ingresso imediato na AMAN (2004 e 2011), o ingresso na LEMB se dá por meio da entrada e aprovação na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx). Nesse estabelecimento de ensino, o aluno aprende em um ano as noções básicas da profissão militar e faz contato com os integrantes da AMAN.
 8. O presente Estatuto regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das Forças Armadas (BRASIL, 1980).
 9. O Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R - 1 ou RISG) prescreve tudo quanto se relaciona com a vida interna e com os serviços gerais das unidades consideradas corpos de tropa, estabelecendo normas relativas às atribuições, às responsabilidades e ao exercício das funções de seus integrantes (BRASIL, 2016).
 10. O Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) tem por finalidade especificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a punições disciplinares, comportamento militar das praças, recursos e recompensas (BRASIL, 2002).
 11. O cadete, título de origem nobiliárquica e colocado em desuso no início do período republicano, ganhou novos contornos. Em 25 de agosto de 1931 foi criado pelo Coronel José Pessoa o “Corpo de Cadetes”, em cerimônia à qual estiveram presentes, entre outras autoridades, o Presidente da República Getúlio Vargas (CASTRO, 2002, p. 42).

reduzida da espada que o Duque de Caxias recebeu por seus serviços prestados ao Exército e ao Império do Brasil. Cabe destacar a atuação do Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque na mudança no perfil da carreira da LEMB. Segundo Celso Castro:

Com a criação do Corpo de Cadetes, o aluno matriculado na Escola passava a ser considerado parte de uma entidade coletiva [...]. O principal controle de que os novos preceitos disciplinares seriam seguidos deveria ser a consciência dos próprios cadetes, através da criação do que José Pessoa chamou, em sua autobiografia, de "um novo estado psicológico", que tornaria cada um "escravo da sua dignidade pessoal" [...]. Cada cadete era prisioneiro de si mesmo. E podemos afirmar, não havia prisão mais sólida. O objetivo principal era, portanto, atingir "a alma e o coração" dos jovens candidatos a oficial. Por isso, suas mais importantes iniciativas – e as mais duradouras – foram no plano simbólico [...]. Em primeiro lugar, os uniformes dos cadetes foram mudados [...]. Foi solicitado o auxílio do artista José Washt Rodrigues para criar o novo plano de uniformes. Adotaram-se uniformes militares do Império, principalmente da campanha de 1852 contra Rosas¹³: barretina, cordões com palmatórias e borlas, charlateiras de palma e palmatória escarlate e emblema simbólico para a cobertura. A cor predominante passava a ser turquesa. O elemento mais importante passava a ser o espadim (CASTRO, 2002, p. 42-43).

Além do próprio uniforme, a escolha do novo local – a cidade de Resende – reveste-se, também do seu simbolismo, pois o pico das Agulhas Negras (ao fundo da construção, comentário nosso), tido como o pico mais alto do Brasil na década de 1930, era visto como um símbolo da unidade estrutural do Brasil (CASTRO, 2002, p. 44).

Em consequência da atenção dada à criação de novos dispositivos e artefatos, o cadete passou a receber um tratamento mais rígido e sob um controle mais fechado. O sociólogo Erwin Goffman¹⁴ afirma que a influência recíproca que os parceiros exercem sobre as suas ações respectivas quando estão em presenças físicas uns dos outros. Na educação

-
12. Luís Alves de Lima e Silva – o Duque de Caxias – é o patrono do Exército Brasileiro. Nascido em 25 de agosto de 1803, essa data é comemorada todos os anos como o dia do Soldado, acompanhada de ritos específicos como formaturas militares, a cerimônia do juramento à bandeira nacional e o compromisso do espadim para os cadetes do primeiro ano da AMAN.
 13. Juan Manuel de Rosas governou a Confederação Argentina entre 1835 e 1852, sendo derrotado pelas tropas lideradas por Caxias na Batalha de Monte Caseros (em território argentino) em 3 de fevereiro de 1852. Esse foi o único fato histórico em que as principais potências do continente sul-americano (Argentina e Brasil) se enfrentaram militarmente e seu resultado influenciou na escolha do uniforme dos cadetes da AMAN.
 14. No caso das instituições totais descritas por Erwin Goffman (1971), relacionada à vida fechada e com horários definidos desde a hora de acordar – a "alvorada" – até a hora de dormir – também chamado de "silêncio" muito comum nas escolas de formação militar, em particular na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e suas congêneres das outras Forças armadas, onde "todas as fases das atividades diárias são programadas dentro de linhas estreitas, uma atividade conduzindo no tempo predisposto para a próxima" (GOFFMAN, 1971, p. 305).

as suas ações respectivas quando estão em presenças físicas uns dos outros. Na educação militar, ocorre o processo de socialização mais intenso e longo de toda a formação técnica e superior. O regime de internato, com mais de 10000¹⁵ (dez mil) horas de aula ou instrução de disciplinas profissionais, é dividido por meio de manobras militares e exercícios de campo. Este é um longo período, porque ocorre em, no mínimo, cinco anos ininterruptos, em um sistema de isolamento comparado com uma “bolha” ou “um mundo à parte” (CASTRO, 1990).

O código de honra do cadete inicializa o militar no desenvolvimento de quatro deveres fundamentais: a verdade, a lealdade, a probidade e a responsabilidade (BRASIL, 2014, p. 24). Porém o Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares (BRASIL, 2002a) lista e categoriza somente dois desses quatro deveres (lealdade e probidade). A verdade e a responsabilidade estão inseridas no plano da ética militar, mas não possui uma definição institucional específica. Além desses deveres, o Vade-Mécum possui outros enunciados que carecem de significado objetivo, conforme a figura abaixo:

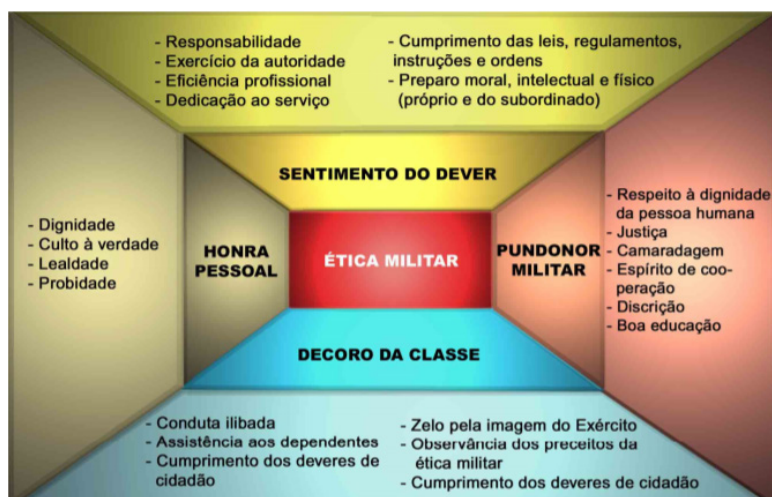


Figura 2 - Diagrama sobre a Ética Militar
Fonte: BRASIL (2002a. p. 10).

Os deveres adicionais listados nesse documento são o resultado da mudança gradual no perfil de militar desejável para atender às políticas públicas sob o contexto democrático. Esse processo culminou com a criação do Grupo de Trabalho para a Modernização do Ensino no EB (GTEME), de acordo com Portaria nº 26, de 6 de setembro de 1995.

Isso foi um importante passo no pensamento militar, porque por um lado representou o cerne da mudança doutrinária voltado para as ações que estavam acontecendo naquele momento em todo o mundo, aplicando gradativamente os conceitos das “Ações Subsidiárias” às escolas militares por meio de alterações curriculares. Por outro lado, a equipe trabalhava no sentido de buscar autonomia na legislação do ensino castrense, caminhando na contramão da integração da

15. Currículo da Academia Militar das Agulhas Negras (BRASIL, 2016)

16. As Ações Subsidiárias, assim como eram chamadas naquela década de 1990, eram as novas missões que estavam sendo conferidas aos militares no cenário mundial após a década de 1980, como o combate ao narcotráfico e ao crime organizado, as missões de paz da ONU e as ações de cunho humanitário.

educação civil e militar. Em consequência disso, as leis de ensino militares¹⁷ foram aprovadas alguns anos depois, concedendo autoridade educacional para as três forças militares (PEREIRA, 2016, p. 49). Em entrevista, o ex-ministro do Exército Gleuber Vieira apontou a motivação das mudanças:

Inicialmente, é necessário entender como modernização do Sistema de Ensino do Exército, o processo contínuo de adoção de novo enfoque pedagógico. Segundo esse modelo que se quer adotar, a escola já não pretende ensinar tudo. Seleciona um núcleo de conhecimentos básicos para ministrar a seus alunos. Esses devem participar ativamente do processo ensino aprendizagem, experimentando, pesquisando e trabalhando em grupo, explorando a dúvida e o erro, manifestando seus talentos, usando das técnicas disponíveis na busca e seleção do conhecimento que constroem. Busca-se o sentido holístico da educação do militar, para que ele se capacite a manipular modelos e interaja com a sociedade a que pertence. Deve ser flexível e adaptável às novas gerações de tecnologias. (VIEIRA, 1999, p. 5-6, negrito feito pelo autor).

Esse conceito adaptável ao processo educacional permitiu inserir os deveres que antes não estavam listados no Estatuto dos Militares. Na lei de 1980 estão listados somente os valores e os princípios da ética militar, carecendo, dessa forma, dos dispositivos em forma legal para a definição e o exercício das regras. No entanto, as inserções regulamentares prestaram-se a preencher essa lacuna, dotando o cadete de novas regras a serem seguidas. Para amalgamar essas inserções, a figura do herói, construído a partir da historiografia patriótica contribui para a formação de uma identidade coletiva. A enunciação dos valores e deveres militares inspirados em Caxias – reconhecido pelos historiadores por suas atitudes leais ao poder vigente – possuem um papel marcante dentro da instituição castrense. Isso, porque o herói orienta os atores institucionais na formação de uma identidade marcante e vitoriosa. Para Deal e Kennedy (1982) os heróis nem sempre possuem uma personalidade fácil de lidar, mas eles direcionam o comportamento dos indivíduos tornando real a possibilidade de crescimento institucional.

Eis que a noção de ethos permite, então, “refletir o processo mais geral da adesão dos sujeitos a determinado posicionamento” (MAINGUENEAU, 2008, p. 64). Everton Santos afirma que “uma instituição reflete, por meio de seus ritos, seus mais profundos valores, o mais íntimo do seu ethos, seu espírito e sua essência” (SANTOS, 2012, p. 81). Como é próprio do

17. Lei de Ensino da Marinha - Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006; Lei de Ensino do Exército - Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; e Lei de Ensino da Aeronáutica - Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011.

mundo social, isto é, tornando-as mais nítidas (DAMATTA, 1997, p. 76-77). As necessidades da disciplina nas instituições castrenses revestem-se de importância quando prestamos atenção na sua função weberiana da administração da violência. A educação profissional militar trabalha com armamentos e equipamentos voltados para a arte da guerra, dentro dos princípios constitucionais e conforme a legislação em vigor. Nesse aspecto, o controle exercido pelo Estado sobre o jovem que está no processo de formação é mais intenso e voltado para o viés das atitudes tomadas dentro de determinado ambiente operacional. Assim, a intensidade tem relação com os dois pressupostos básicos na instituição militar: a hierarquia e a disciplina.

O primeiro pressuposto busca selecionar e posicionar os corpos dentro de uma cadeia hierárquica facilmente identificável por meio da enunciação dos postos e das graduações, em que se sabe com precisão “quem deve vigiar” e “quem deve punir”. Nesse ponto, o segundo pressuposto - a disciplina - transcorre como elemento central de manutenção dessa hierarquia, pois se encarrega de docilizar esses corpos, moldando os comportamentos para desempenhar o que se espera daquele militar em uma situação hipotética (Durkheim, 2002), lapidando a sua atitude de acordo com as “normas” em vigor. Em consequência, os militares que prosseguem na carreira devem seguir estritamente o que está previsto nos planejamentos e diretrizes curriculares, moldando o seu interior, com vistas a externar as atitudes desejadas pelos seus superiores, sob pena de não serem promovidos na escala hierárquica ou até mesmo serem excluídos ou punidos sob a esfera disciplinar. Desse modo, os corpos dos alunos no processo de formação são guiados, no seu plano consciente e inconsciente, e isso pode ter impactos no restante da carreira. Assim, o ethos militar revela costumes, modalidades de participação, práticas sociais e privadas que compõem a natureza da vida do soldado. Implicados nessas práticas estão muitos dos objetivos e valores internos. Esses, por sua vez, servem claramente ao fim da disciplina militar, possuindo um efeito na vida de um soldado que transcende as exigências do seu ofício. Um militar leva para o mundo civil o retrato de si mesmo que ele ganhou no Exército. Esse retrato revela o esterior dos militares, e está também imbuído de um ethos particular que se autojustifica. O ethos, portanto, presta-se ao respeito pelo poder estabelecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição militar pode ser visualizada como fenômeno de comunicação, uma vez que suas culturas são criadas, sustentadas e principalmente transmitidas, através de um processo de interação social, onde as atividades são baseadas na troca de mensagens, orais ou não, e na interpretação e no significado que cada membro dá a mensagem recebida. As ideias divulgadas e controladas em um ambiente quase fechado contribuem para uma peculiar transformação do jeito de ser, investido dos valores historicamente especificados. A contextualização da tríade filosófica abordada por Aristóteles, Logos – Pathos – Ethos, emula um ambiente próprio na edificação dos símbolos no interior da instituição militar, onde são destacados os atributos desejáveis à formação do futuro oficial da LEMB.

A condução dos corpos e as mudanças no ethos por meio das regras e normas militares são apoiadas por uma série de artefatos criados para incentivar e controlar o ímpeto dos jovens militares, amparados por um rígido sistema disciplinar dotado de recompensas e punições, sob o intermédio do controle instituído pela fronteira física e pelos comportamentos demonstrados ao longo de sua formação. Isto porque, à medida que as atitudes não esperadas são postas em evidência, um arcabouço de regulamentos e ordens oferece o amparo estatal para colocar em prática o processo de exclusão do discente.

Em virtude dos aspectos analisados, a concepção discursiva do ethos militar contribuiu para inserir as transformações dentro do próprio sistema. Isso, sem ter a noção que alguns deveres são novos, proporcionando o contexto da tradição, de que nem sempre fora corriqueiro, caracterizando brevemente mais uma invenção. Nos anos 1990, o Exército Brasileiro investiu tempo e recursos para adequar o oficial ao novo perfil desejável, onde algumas missões que não eram da responsabilidade exclusivamente militar, foram adicionadas. Assim, a boa imagem causada pela atitude desejável do cadete pode contribuir para a projeção positiva da instituição perante a opinião pública, reforçada pela disciplina acadêmica e pelas ações de comunicação social.

Como citar este artigo: SPEREIRA, Fabio da Silva. Uma abordagem do ethos militar: as diferentes visões sobre os valores castrenses.. **Rev. Silva**, Rio de Janeiro, 2019.3, n. 2, p. 126-141, jul.-dez. 2019.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. R. C. **O conceito de hegemonia**: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: Lua Nova. n. 80. São Paulo: CEDEC, 2010, p. 71 - 96. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

AMOSSY, R. **Da noção retórica de ethos à análise do discurso**. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. São Paulo: Contexto, 2018.

AUCHLIN, A. **Ethos et expérience du discours: quelques remarques**. In: Wauthion, M; Simon AC. (éds). *Politesse et idéologie. Rencontres de pragmatique et de rhétorique conversationnelle*. Louvain: Peeters, 2001.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Lei nº 6880**, de 9 de dezembro de 1980. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/550/1/L6880.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). **Separata ao Boletim do Exército nº 49 - Regulamento Interno da AMAN (R-70)**. Brasília: SGEx, 2014. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=228&act=sep>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército Valores, Deveres e Ética Militares (VM 10)**. Brasília: SGEx 2002a. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/documents/10138/6563889/Vade+M%C3%A9cum+Valores.pdf/f62fb2bb-b412-46fd-bda0-da5ad511c3f0>. Acesso em: 7 fev. 2019.

CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CASTRO, C. **O espírito militar. um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990

CASTRO, C. **A invenção do Exército Brasileiro**. Petrópolis: Zahar, 2002.

CHANLAT, J. F. **O Indivíduo na Organização**: Dimensões Esquecidas. São Paulo: Atlas, v.2,1993.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEAL, T., KENNEDY, A. **Corporate culture**: The Rites and Rituals of Corporative Life, Massachussets: Adissom-Wesbey, 1982.

DECLERCO, G. **L'art d'argumenter - structures rhétoriques et littéraires**. Paris: Editions Universitaires, 1992.

DURKHEIM, E. **A evolução pedagógica**. Ed. Artmed, 2002, 325p.

EGGS, E. **Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna**: In: AMOSSY, R (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Ruth Amossy (org). 2. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

FREITAS, M. E. **Cultura organizacional**: formação, tipologias e impactos. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

GOFFMAN, E. **As características de instituições totais**. In: Etzioni, A. (Org.). *Organizações complexas*. São Paulo: Atlas, 1971.

HOFSTEDE, G. **Cultures and organizations: software of the mind - intercultural cooperation and its importance for survival**. New York: Mc Graw Hill, 2003.

KILLMANN, R. H. **Gaining Control of the Corporate Culture**. San Francisco: Jossey Bass, 1988.

MAINGUENEAU, D. **A propósito do ethos**. Tradução Ana Raquel Mota. In: Ethos Discursivo. São Paulo: Contexto, 2019.

PEREIRA, F. S. **O ambiente interagências nas Operações de Pacificação do Complexo da Maré**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, 2016.

SANTOS, E. A. **O Carisma do Comandante**: um estudo das relações pessoais dos militares do Exército Brasileiro sob o enfoque do poder simbólico, dos corpos dóceis e das instituições totais Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2012.

SCHEIN, E. H. **Organizational culture and leadership**. San Francisco: Jossey Bass, 1991.

VIEIRA, G. **Uma grande evolução**. Revista do Exército Brasileiro. v.136, 1999, p.5-6.

FORÇAS ARMADAS E SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE NO BRASIL

SINDELY CHAHIM DE AVELLAR ALCHORNE¹
SABRINA CELISTINO²
LILIANE FREICHOS GODOY SOARES³

RESUMO

O presente trabalho busca partilhar algumas reflexões sobre o papel das Forças Armadas, na gestão de uma política pública para juventude no Brasil materializada pelo Serviço Militar obrigatório. Intencionamos analisar criticamente como, em se tratando da juventude pobre, do sexo masculino, o Serviço Militar Obrigatório tem cumprido historicamente, a função de inserção formal no mercado de trabalho.

Considerando a escassez de políticas públicas para juventude no Brasil e, em se tratando especificamente dos jovens do sexo masculino compreendemos que, o Serviço Militar Obrigatório, apesar de temporário, constitui-se como uma alternativa à inserção em uma atividade remunerada formal para os jovens de baixa renda, gerando em alguma medida processo protetivos e de estímulo a projetos de vida futuros. Em se tratando da gestão desta ação, assinalamos como desafio de sua execução, a efetivação das perspectivas interdisciplinar e intersetorial para a materialização de um atendimento ao jovem e a sua família, que ultrapasse as fronteiras institucionais.

PalavrasChaves: Juventude; serviço militar obrigatório; política pública; gestão.

1. Pós Doutora em Ciências Sociais pela EHESS-Paris/França, Atualmente é coordenadora da especialização em Assistência Social e Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: sindely@ig.com.br,
2. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Atualmente é professora do magistério superior público federal vinculada ao Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC). E-mail: anirbasuff@hotmail.com.
3. Mestranda em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atualmente é Assistente Social na Força Aérea Brasileira. E-mail: lilianefgodoy@yahoo.com.br

ABSTRACT

The present work seeks to share some reflections on the role of the Armed Forces in the management of a public policy for youth in Brazil materialized by the Compulsory Military Service. We intend to critically analyze how, in the case of the poor male youth, the compulsory Military Service has historically fulfilled the function of formal insertion in the labor market. Considering the scarcity of public policies for youth in Brazil, and in the specific case of young men, we understand that compulsory military service, although temporary, is an alternative to entering into a formal paid activity for youth of low income, generating in some measure protective processes and stimulating future life projects. In relation to the management of this action, we point out the challenge of its execution. the effectiveness of the interdisciplinary and intersectoral perspectives for the materialization of a service to the youth and his family, that surpasses the institutional borders.

Key words: Youth; compulsory military service; public policy; management.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho⁴ busca partilhar algumas reflexões sobre o papel das Forças Armadas, na gestão de uma política pública para juventude no Brasil materializada pelo Serviço Militar Obrigatório. Intencionamos analisar criticamente como, em se tratando da juventude pobre do sexo masculino, o Serviço Militar Obrigatório tem cumprido historicamente a função de inserção formal no mercado de trabalho.

A partir da experiência obtida como assistentes sociais, docentes e pesquisadoras junto à Força Aérea, ao Exército Brasileiro e por sobre as políticas públicas nacionais socializamos algumas indagações, acerca do Serviço Militar Obrigatório e sobre sua objetivação, como ação vinculada à política pública setorial de trabalho, emprego e renda, direcionada a jovens de determinada classe social.

4. Trabalho apresentado no X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) – Universidade Federal do Cariri – Juazeiro do Norte – Brasil.

A ação acima descrita é executada exclusivamente pelas Forças Armadas, instituições públicas vinculadas ao Estado brasileiro. O financiamento do Serviço Militar Obrigatório provém de recursos orçamentários repassados pela União, às diferentes Forças Singulares, cujo valor descentralizado tem sofrido significativa redução, conforme orçamentos aprovados nos últimos 4 (quatro) anos. Tal fato tem sido utilizado como argumento para justificar a constante diminuição do número de vagas oferecidas pelas Forças Armadas destinadas aos soldados recrutas e ao engajamento do quadro variável. Por outro lado verificamos a demanda crescente de jovens que são voluntários ao ingresso.

Embora o objetivo do serviço militar seja a mobilização de um contingente para defesa da soberania nacional e, apesar da obrigatoriedade prevista em lei para a apresentação, a experiência obtida junto às organizações militares demonstra que, esta ação tem se apresentado historicamente como alternativa de inserção no mercado de trabalho formal para muitos jovens brasileiros.

Levantamento realizado no ano de 2017, junto a 274 jovens do sexo masculino, com idade entre 18 e 20 anos, participantes do recrutamento à Força Aérea Brasileira, no Batalhão de Infantaria Especial do Rio de Janeiro (BINFAE-RJ) demonstrou que, 99% dos recrutas que se apresentavam por obrigatoriedade legal eram voluntários e optaram pelo ingresso no serviço militar, no momento do alistamento obrigatório. Além disso, 62% afirmou ter exercido atividade remunerada anteriormente – o que sugere uma realidade de inserção precoce desses jovens no mercado de trabalho. Por fim, 78% dos entrevistados afirmaram contribuir financeiramente com as despesas domésticas, sendo que 45% destes destinam mais de um terço de seus rendimentos ao sustento da família. Os resultados permitem constatar que, os jovens que ingressam no serviço militar compreendem esta atividade como alternativa de manutenção/ingresso no mercado de trabalho formal, a partir de uma iniciativa voluntária para suprir, majoritariamente, a necessidade de complemento de renda familiar.

Num contrassenso a esta realidade podemos compreender, por meio do arcabouço teórico sobre as transformações do mundo do trabalho, que a partir da década de 1970, se destaca o processo de flexibilização das relações de produção, trabalho e consumo – consequências da reestruturação produtiva engendrada pelo capital para superação da crise. Concomitantemente, o avanço do ideário neoliberal no Brasil, na década de 1990, provoca a reconfiguração das políticas sociais condicionando-as à lógica orçamentária e subordinando-as à estabilização da economia com redução dos gastos públicos e perspectivas privatizadoras. Como resultado, têm-se políticas descentralizadas, fragmentadas e focalizadas que não atendem às necessidades sociais apresentadas pela população brasileira.

Desta forma, considerando a escassez e/ou limitação do alcance das políticas públicas para juventude no Brasil e, em se tratando especificamente dos jovens do sexo masculino compreendemos que, o Serviço Militar Obrigatório, apesar de temporário, constitui-se como uma alternativa à inserção em uma atividade remunerada formal para os jovens de baixa renda, gerando em alguma medida processo protetivos e de estímulo a projetos de vida futuros.

O desafio neste espaço de atuação tem se destacado no âmbito da gestão, em especial, na capacidade de efetivação da perspectiva interdisciplinar, através do envolvimento de diferentes profissionais e áreas do conhecimento, no atendimento ao jovem soldado e à sua família, bem como, a perspectiva intersetorial, no que tange à aproximação e articulação desta ação desenvolvida no interior das Forças Armadas, às políticas sociais setoriais nacionais executadas no contexto regional e local.

1. O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL

Segundo dados oficiais presentes no Portal Brasileiro de Dados Abertos, no ano de 2016, submeteram-se ao alistamento militar 1.794,016 jovens do sexo masculino, sendo 600.000 destes indicados para a seleção geral chegando, a distribuição de um contingente de 200.00 mil jovens, dos quais 3.505 incorporaram na Marinha do Brasil, 5.558 incorporaram à Força Aérea Brasileira e 93.132, o maior contingente, ingressou às fileiras do Exército Brasileiro para o cumprimento do Serviço Militar Obrigatório⁵.

O Serviço Militar no Brasil é regido pela Lei 4.375 de 1964, atualizado pelo Art. 143 da Constituição Federal de 1988, que ratifica sua obrigatoriedade ressaltando no parágrafo segundo, que as mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir. (BRASIL, 1988).

A origem oficial desta atividade refere como marco, a primeira Constituição da República em 1891, a qual destacava no Art. 86 que todo brasileiro era obrigado ao serviço militar, em defesa da Pátria e da Constituição, na forma das leis federais. (BRASIL, 1891). Sua regulamentação específica só irá ocorrer dezessete anos depois por meio de projeto de lei proposto por Alcindo Guanabara, à Câmara dos Deputados do Distrito Federal, então Rio de Janeiro, materializada na Lei 1.860 de 1908, a qual regulou o alistamento e sorteio militar.

5. PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. Serviço Militar Obrigatório. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/servico-militar-de-2000-a-2011>.

O contexto de proposição do alistamento militar obrigatório no Brasil remonta eventos de profunda efervescência política e levantes populares contra o Estado. Refere ainda, a reconfiguração do Exército Brasileiro, por meio do processo de reforma implementado no início do século XX, com participação ativa do então Marechal Hermes da Fonseca, ministro da guerra que em 1910 se tornaria presidente do país.

Apesar de regulado desde 1908, o sorteio militar não foi posto em prática de imediato tendo como principal obstáculo, segundo Castro (2010), o movimento operário que realizara manifestações contrárias à ação.

Foi criada a Liga Antimilitarista Brasileira, que em seu programa afirmava: "Sorteio é a volta da escravidão e é inconstitucional. É a destruição da família brasileira: atrasa o progresso, gera ausência do lar e triunfo dos estrangeiros no campo do trabalho. A guerra é um sentimento repulsivo. [...] A Pátria, em nome da qual se cria o Exército para defendê-la, não representa os interesses de todos os cidadãos, mas apenas dos capitalistas [...]" (CASTRO, 2010, p.2).

Focalizado no jovem do sexo masculino, o serviço militar em suas origens requeria a parcela da classe trabalhadora que, se constituía como força-de-trabalho prioritária para o processo de industrialização que eclodia na época. Era este também o perfil do público-alvo a ser incorporado pelo movimento dos trabalhadores, com vistas, à continuidade das lutas e reivindicações pautadas pela classe.

Considerando a força política do movimento dos trabalhadores, o alistamento obrigatório e o sorteio militar foram contidos até 1916, quando diante das campanhas em seu favor pautadas pelo discurso de defesa nacional, referenciados pelos eventos da Primeira Guerra Mundial e o intenso processo de repressão do governo ao movimento dos trabalhadores possibilitou a sistematização da referida ação.

O primeiro sorteio militar foi realizado em todo o Brasil, mas a cerimônia oficial fora estabelecida no Rio de Janeiro, no Batalhão do Tiro 7 localizado, aos fundos do Quartel General do Exército, atual Palácio Duque de Caxias, instalado ao Centro da cidade e contou com a presença de autoridades tais como o presidente da república Wenceslau Braz e o ministro da guerra tendo sido sorteado 152 nomes (BENTO, 1987, p. 1).

Segundo Castro (2010), o período que se segue a realização do sorteio refere processo de euforia aos defensores da lei de alistamento obrigatório impactada, por frustrações quanto ao cumprimento da ação, dada a incapacidade do Estado brasileiro em fazer cumprir a determinação de incorporação aos que mesmo sorteados não se apresentavam. Ainda segundo o autor referido, a questão só fora reconfigurada ao longo das décadas de 1930 e 1940, com a promulgação da nova lei do serviço militar, decreto-lei 1.187 de 1939 e ratificada

como compulsória determinando o fim do sorteio pelo decreto-lei 7.343 de 1945.

Pela análise da trajetória histórica da implementação do Serviço Militar Obrigatório no Brasil compreendemos, que esta ação cumpriu uma dupla função qual seja: a primeira estritamente militar se referia objetivamente, à preparação do contexto civil para a iminência de guerra e para a defesa nacional. A segunda não tão objetiva quanto a primeira, se relacionou indiretamente à “profissionalização” de um contingente de adolescentes e jovens pobres funcionando, como iniciativa de inserção deste grupo, no mercado de trabalho formal.

Em se tratando do período que se estende a proclamação da república, até a década de 1940, Rizzini (2008) irá referenciar como lastro onde se constroem as primeiras iniciativas por parte do Estado Brasileiro voltadas à proteção e assistência aos chamados menores. A autora ao reconstruir as raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil, nos ensina que o discurso de salvação da infância como salvação da nação fundamentava as ações voltadas para aqueles que seriam então o futuro do país.

Neste período, um conjunto de normativas e instituições foram criadas, com vistas a salvação da infância abandonada e delinquente tendo o Estado papel central neste processo. As instituições sociais destinadas à infância e juventude pobre no Brasil funcionaram historicamente como recintos de ingresso e permanência compulsórios. O caráter de instituição total, tal como classificadas por Goffman (2001), previa um esquema de funcionamento e rotinas externas às necessidades dos indivíduos que, nelas viviam pautados por regras e procedimentos de disciplinarização dos corpos, conforme nos ensina Foucault (2011).

O que pouco se relaciona neste processo é que em muito, os contextos e rotinas das instituições sociais voltadas para adolescentes e jovens pobres no Brasil se assemelham às rotinas e formas de organização desenvolvidas em instituições militares, recursos estes apropriados e voltados à educação dos abandonados e regeneração dos delinquentes.

Sendo assim, sobre a política de atendimento e proteção para a infância e juventude pobre no Brasil podemos afirmar que vigorou sobre estas ações a institucionalização e confinamento destes sujeitos e em se tratando dos recursos de atuação identificamos a vigência do processo de profissionalização e a educação pelo trabalho.

Neste contexto, ao relacionar jovens do sexo masculino, o Serviço Militar obrigatório fora historicamente utilizado como recurso disciplinador voltado à regeneração e, em certa medida proteção por meio do ingresso no contexto militar, pela segurança de acolhida alimentar e de renda e pela prospecção de projetos de vida futuro pautados pelo ingresso na carreira militar.

Tal marca histórica se radicaliza no período de vigência do governo militar no Brasil e com a criação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a qual cumpriu a dupla tarefa de assegurar a ordem vigente e de remodelar o atendimento, no enfrentamento do “problema do menor” (BAZÍLIO, 1985).

É válido ressaltar que, como primeiro ato normativo do governo militar, a criação da FUNABEM e a promulgação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), referiu o anseio de diversos grupos e atores envolvidos no atendimento ao “menor” no Brasil. A ação mais concreta neste sentido referenciou, a extinção do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), criado sob o governo de Getúlio Vargas, que vinha sofrendo críticas acerca da má gestão e do atendimento oferecido aos meninos e meninas sob sua tutela.

A criação da FUNABEM evidenciou o investimento estrutural e administrativo voltado para o atendimento da infância e juventude pobre sendo pautado, não apenas por critérios estruturais, mas igualmente pela condição técnico-profissional empregada nesta ação, conforme ressalta Rizzini e Celestino (2016).

Para além do investimento na estrutura física, a criação da FUNABEM demandou a composição de novos quadros profissionais de diversas áreas do conhecimento para que dessem conta da ampla missão prevista. Estes eram considerados os agentes operativos do governo, no “combate ao problema do menor”, incumbidos da função de identificar as causas do abandono e da delinquência e de propor formas de intervenção junto ao menor e a família. (RIZZINI; CELESTINO, 2016, p.238)

Sob a égide da FUNABEM a política de educação para o trabalho se assenta, sendo inscrita no caráter educativo da instituição. Neste contexto, podemos identificar pelos documentos históricos que referem este atendimento a presença marcante dos aportes militares referenciados, sobretudo, pelo Exército Brasileiro. A educação física e a atividade esportiva, as bandas de música e a própria inserção no Serviço Militar Obrigatório são indicadores deste processo, que resguarda contradições e posicionamentos diferenciados.

Se por um lado o processo de disciplinarização e adestramento fora historicamente empregado à juventude pobre e negra, esta representou para muitos a única possibilidade de segurança, proteção e profissionalização proposta pelo Estado brasileiro. Inúmeros são os relatos de ex-alunos da FUNABEM, que referiram as contradições deste processo, por um lado a forte disciplina empregada e o afastamento do convívio familiar, mas por outro, a possibilidade de ingresso na carreira militar relacionando, inclusive, a segurança de renda para suas gerações futuras, dada a progressão na carreira e estabilidade alcançada como militares servidores públicos federais.

As críticas ao confinamento, maus-tratos, centralização administrativa e a institucionalização compulsória de crianças e adolescentes pobres culminaram na extinção em 1990 da FUNABEM, sendo criada a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA), responsável por realizar a transição da política de atendimento a este

grupo para a gestão dos estados e municípios, tal como prevê a diretriz de descentralização político-administrativa pautada pela Constituição Federal de 1988, e pela Lei 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.

As contradições sobre o referido processo não se esgotam nesta esfera. Em se tratando da política pública, como ação programática destinada para jovens pobres no Brasil, o Serviço Militar Obrigatório ainda que não direcionado para este fim, sendo sua intencionalidade destinada ao atendimento das demandas de defesa e das Forças Armadas, permanece atuando indiretamente de forma considerável, como recurso evidenciado como primeira inserção formal destes indivíduos no mercado de trabalho atuando ainda, como ação socializadora que em certa medida, evidencia processos de construção e progressão de projetos de vida, seja pautado pela carreira militar e/ou pela inserção na atividade de trabalho formal e protegida no âmbito civil.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Segundo dados da Carta de Conjuntura nº 31 de 2016, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e no que concerne ao mercado de trabalho, as considerações oferecidas por Sandro Sacchet de Carvalho, o setor populacional mais atingido pelo desemprego foram os jovens entre 14 e 24 anos, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2016, p.31).

É possível constatar que, as transformações no mundo do trabalho impactam diretamente os mais vulneráveis, mas alguns segmentos são mais afetados. Quiroga (2002) afirma que as maiores taxas de desemprego e as relações de trabalho mais precárias – como terceirização, subemprego e contratos temporários – recaem sobre os jovens. Ao mesmo tempo, as exigências por qualificação e experiência de trabalho impactam ainda mais este público específico, principalmente na fase de transição escolar.

A atividade de trabalho para a juventude pobre, conforme relacionamos acima, cumpriu historicamente o papel educativo e regenerador para aqueles considerados abandonados e delinquentes. Contemporaneamente se este público permanece sendo atingido pelo processo de desemprego verificamos, a partir do destacado por Pochmann (2000), que há uma inserção precoce no mercado de trabalho de jovens de baixa renda, que interfere na qualidade das ocupações e no nível de remuneração.

Geralmente, quanto menor da renda familiar, maior a proporção de jovens que precisa trabalhar. Nesse caso, o abandono da inatividade pelo jovem justifica-se, muitas vezes, pelo objetivo de atender às necessidades coletivas da família, diante da insuficiência da renda familiar (POCHMANN, 2000 p. 56).

O contexto de trabalho vivenciado no Brasil no momento presente reflete a trajetória inscrita no modo de produção capitalista. Na análise sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo Netto e Braz (2007) apontam que, o estágio inicial deste sistema ocorreu durante o século XVI até meados do século XVIII. Designado como capitalismo comercial (ou mercantil), observa-se os primeiros passos de controle do capital sobre a produção de mercadorias e o surgimento de uma burguesia mercantil.

O segundo estágio, marcado pela consolidação do capitalismo nos principais países da Europa Ocidental, foi chamado de capitalismo concorrencial e vigorou a partir da oitava década do século XVIII (aproximadamente) até o último terço do século XIX. O terceiro estágio do capitalismo é o imperialismo. Conforme apontado pelos autores supracitados, neste estágio, o capital se desenvolve sob a égide dos monopólios, visando aumentar consideravelmente a taxa de lucros e evitar sua queda. É possível distinguir pelo menos três fases do estágio imperialista: “clássica”, entre 1890 e 1940, “anos dourados”, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1970, e capitalismo contemporâneo, de meados dos anos setenta até os dias atuais.

A chamada “onda longa expansiva” teve seu esgotamento no final da década de 1970. Deflagrada pelo colapso do sistema financeiro mundial e alta do preço do Petróleo, e manifestada através da redução do crescimento e queda das taxas de lucro, iniciava-se uma crise que culminou em profundas mudanças no modo de produção, nas relações de trabalho e na forma de intervenção estatal.

O modelo fordista-keynesiano demonstrou-se incapaz de responder à crise, como sinaliza Harvey (1992), dada a rigidez nos investimentos, no padrão de produção e consumo em massa e forte intervenção estatal. A resposta do capital à crise baseou-se no tripé: reestruturação produtiva, financeirização da economia e ideologia neoliberal.

Observa-se diversas mudanças no padrão produtivo a partir de uma nova proposta baseada na flexibilização – não só da produção, mas também do consumo, das relações de trabalho e nas formas de contratação – e na desregulamentação do mercado e dos direitos trabalhistas. Algumas características são inerentes a este modelo de acumulação flexível: produção vinculada à demanda, melhor aproveitamento do tempo (just in time), desterritorialização da produção, e aumento significativo no investimento em novas tecnologias.

Todas as mudanças se dão em prol da flexibilização nos processos e nas condições de trabalho e alteram significativamente a formação do trabalhador coletivo através de desemprego, terceirização, precarização do trabalho e dos vínculos formais de trabalho. Nota-se uma redução do proletariado fabril estável, e, em contrapartida, um aumento da terceirização, reforçando a precarização das relações trabalhistas.

A classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercer com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando desemprego estrutural. (ANTUNES, 2011, p.198).

A reestruturação produtiva, portanto, redefine socialmente o processo de produção de mercadorias, não se caracterizando apenas por mudanças técnicas nos processos de trabalho, mas transformações nas relações sociais. Na análise de Harvey (1992) a flexibilização afeta a lógica cultural da sociedade, disseminando novos valores que dão coesão a este novo modo de viver em uma sociedade flexibilizada, interferindo na compressão da relação tempo-espço.

Tais mudanças ocorrem de forma diferenciada, e em momentos distintos, nos países centrais e periféricos. No Brasil, por exemplo, o processo de reestruturação produtiva interferiu, em maior escala, no campo das relações de trabalho e nas formas de sociabilidade. Por não se configurar um país com concentração de grandes polos industriais,

a marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução de postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, desalento, etc. (...) esta estratégia consolida-se, no Brasil, como estruturadora de uma cultura moderna, tendo como principais vetores a competência e a eficiência do setor privado, a (des) responsabilização do Estado com a proteção do trabalho, a empregabilidade e as parcerias do capital com o trabalho, concretizando a difusão massiva de ideias e valores que reconceituam as reivindicações e conquistas históricas da classe trabalhadora. (MOTA, 2008, p. 35).

As principais mudanças no mundo do trabalho, entretanto, e um aprofundamento nas desigualdades sociais no Brasil, ocorreram a partir da década de 1990 – a “década neoliberal”, como denomina Alves (2003). Neste contexto, se a década de 1990 pode ser considerada como marco no que concerne a reconfiguração da política pública para a criança e o adolescente no Brasil, consideramos que há vácuos programáticos no sentido de se pensar a construção de ações sistemáticas voltadas para a chamada juventude.

A Lei 12.852 de 2013 instituiu o Estatuto da Juventude dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) destacando que, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

As ações destinadas para este público referem-se como gestor máximo, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) criada em 2005, com a finalidade de promover pesquisas e diagnósticos sobre a juventude brasileira, além de elaborar, consolidar e executar as Políticas Nacionais de Juventude, para isto verificamos em destaque no sítio eletrônico da (SNJ) a descrição de um conjunto de programas voltados para o grupo eleito como público-alvo, conforme buscamos sistematizar no quadro abaixo.

PROGRAMAS DESTINADOS À JUVENTUDE BRASILEIRA	
PROGRAMAS	DESCRIÇÕES
ID Jovem	Os requisitos para ser considerado beneficiário da ID Jovem são: Ter idade entre 15 e 29 anos; pertencer a família cuja renda mensal seja de até dois salários mínimos; estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e com as informações cadastrais atualizadas há pelo menos 24 meses.
Programa Estação Juventude	O Programa Estação Juventude oferece diversos serviços para promover a inclusão e emancipação dos jovens. São espaços espalhados pelo Brasil que têm o objetivo de ampliar acesso dos jovens às políticas públicas.
Plano Juventude Viva	Os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos; o Programa se propõe a enfrentar esse quadro.

Juventude Rural	Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (Pajur) é uma ação para a juventude rural que associa formação cidadã com base nos princípios agroecológicos, o estímulo a geração de renda e a ampliação do acesso às políticas públicas e tecnologias sociais.
Participatório - Observatório Participativo da Juventude	O Participatório - Observatório Participativo da Juventude é um ambiente virtual interativo com o objetivo de produzir conhecimento sobre/para/pela a juventude brasileira e à participação e mobilização social.
Vale Cultura	O Vale-Cultura foi criado para beneficiar prioritariamente os trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos em gastos com cultura, a exemplo da compra de ingressos de teatro, cinema, museus, espetáculos, shows, circo, CDs, DVDs, livros, revistas e jornais, entre outros.
CEUs - Centros de Artes e Esportes Unificados	Os CEUs - Centros de Artes e Esportes Unificados - integram num mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Por meio da parceria entre União e municípios, estão sendo construídos 357 CEUs, com unidades já inauguradas nas cinco regiões do país.
Cotas no Ensino Superior	Agora, todas as universidades e institutos federais terão que reservar 25%, ou seja, 1/4 das suas vagas para alunos das escolas públicas. Em três anos serão 50%.

Idiomas sem Fronteiras (IsF)	O Idiomas sem Fronteiras (ISF) foi elaborado com o objetivo de proporcionar oportunidades de acesso, através do programa Ciência sem Fronteiras e de outros programas de mobilidade estudantil, a universidades de países onde a educação superior é conduzida em sua totalidade ou em parte por meio de línguas estrangeiras
Ciência sem Fronteiras	Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.
Sisu - Sistema de Seleção Unificada	O SisU - Sistema de Seleção Unificada - é o sistema informatizado do Ministério da Educação, por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem.
Programa Mais Educação	O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.
FIES - Programa de Financiamento Estudantil	O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

PROUNI - Programa universidade para todos	Programa Universidade para Todos - Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa.
Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
Projeto Rondon	O Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de integração social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população.
Pronacampo - Programa Nacional de Educação no Campo	Pronacampo é um Conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação no campo em todas as etapas e modalidades - Decreto nº 7.352/2010.
Pronaf Jovem - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Pronaf Jovem é voltado para pessoas físicas com idade entre 16 e 29 anos, visando acesso ao crédito rural, integrantes de unidades familiares enquadradas no MCR 10-2 que, além da apresentação de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa.

Projovem Urbano	O Projovem Urbano tem como objetivo elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso, conforme previsto no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
Projovem Trabalhador	Preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda são os principais objetivos do Projovem Trabalhador. Podem participar do Programa os jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda per capita de até um salário mínimo.

Quadro 1. Programas direcionados pela Secretaria Nacional da Juventude

Fonte: PORTAL DA JUVENTUDE (2018).

Quando analisamos os programas acima dispostos concluímos que apesar de direcionados genericamente a chamada juventude brasileira, estas ações possuem recortes que referem determinados grupos tais como, juventude urbana e rural, e jovens candidatos ao ensino superior e/ou já inclusos neste nível.

Sendo assim, quando relacionamos os 200.000 mil jovens inclusos nas Forças Armadas, por meio do Serviço Militar Obrigatório, nos questionamos sobre a interlocução, ou a ausência desta, com os programas destinados à juventude brasileira pensando de forma específica, a porta de saída destes jovens, quando do término da atividade militar obrigatória.

As ações destinadas à execução do serviço militar obrigatório são de responsabilidade do Ministério da Defesa e contam com algumas etapas e atividades nelas contidas quais sejam:

- **Alistamento:** O período de Alistamento Militar inicia no primeiro dia útil do mês de janeiro e vai até o último dia útil de junho. A documentação exigida é a certidão de nascimento ou equivalente (identidade, carteira de motorista ou de trabalho) e duas fotos 3x4 (recente). O jovem deve se alistar no ano em que completar 18 anos, na Junta de Serviço Militar mais próxima de sua residência.

- **Seleção Geral:** O período da Seleção ocorre, normalmente, de julho a outubro e participam dele os jovens que se alistaram no início do ano (janeiro a junho) e os alistados em anos anteriores em débito com o Serviço Militar. O comparecimento à Comissão de Seleção deve acontecer na data e no local marcados no verso do Certificado de Alistamento Militar, documento expedido pelo Ministério da Defesa que identifica o conscrito (jovem alistado) e registra as etapas em que este passou durante o recrutamento para o Serviço Militar obrigatório. A opção pela Força Armada em que o convocado deseja prestar o Serviço Militar é feita nessa ocasião.
- **Incorporação:** É o ato de inclusão do jovem em uma Organização Militar da Ativa das Forças Armadas. Os primeiros dias destinam-se a familiarizar o recruta com a rotina e as práticas comuns ao ambiente militar⁶.

Quanto a incorporação nas diferentes Forças Armadas Singulares (Exército, Marinha e Força Aérea), os jovens passam a estar submetidos às rotinas institucionais e ao preparo e conforme referenciado institucionalmente o “adestramento militar”. No entanto, desde 2004 com a execução do Projeto Soldado Cidadão, o Ministério da Defesa orienta as ações inscritas no Serviço Militar Obrigatório para além de atividades inscritas nesta esfera exclusiva.

O referido projeto tem como missão a qualificação profissional do recruta, vislumbrando o ingresso no mercado de trabalho após o término da obrigatoriedade do serviço militar. Segundo informativo do Projeto Soldado Cidadão publicado em 2013, para funcionamento o projeto contou com parcerias de diferentes órgãos incluindo o Ministério da Educação (MEC) na efetivação da parceria para participação no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituições “do Sistema S” Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/CTGÁS), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) relacionando ainda, outras instituições públicas e organizações privadas. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013).

Se as ações voltadas aos recrutas inscritas no Projeto Soldado Cidadão referem certa articulação e pactuações no âmbito da União, compreendemos que o desafio possa estar exatamente no nível de sua execução, em se tratando das articulações locais referindo neste espectro as perspectivas intersetoriais e interdisciplinares em sua implementação.

6. Informações retiradas do site do Ministério da Defesa. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/mobilizacao-nacional/servico-militar/etapas>. Acesso em: 21 abr. 2018.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A INTERDISCIPLINARIEDADE E A INTERSETORIALIDADE

Ao analisarmos o Serviço Militar Obrigatório no Brasil, estamos tomando esta ação, como uma política pública estatal, que a priori encontra-se vinculada à Política Nacional de Defesa (PND) referenciada, como a atividade que conduz à garantia de participação de cidadãos na Defesa Nacional e contribui para o desenvolvimento da mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira (BRASIL, 2012 a).

Neste sentido, em se tratando das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END), se ressalta, a necessidade de manutenção do Serviço Militar Obrigatório sendo este compreendido como:

uma das condições para que se possa mobilizar o povo brasileiro em defesa da soberania nacional. É, também, instrumento para afirmar a unidade da Nação, independentemente de classes sociais, gerando oportunidades e incentivando o exercício da cidadania (BRASIL, 2012b).

Ao destacar genericamente o preparo dos brasileiros para a defesa da soberania nacional, os marcos normativos acima destacados não evidenciam o paradoxo, que ainda perdura sobre esta atividade no Brasil dirigida exclusivamente para jovens do sexo masculino, sendo impossibilitado o ingresso de mulheres neste âmbito.

Se o debate de gênero e o Serviço Militar Obrigatório ultrapassam as possibilidades da presente construção, faz-se necessário registrar que este necessita ser realizado refletindo assim sobre as fronteiras que ainda impedem o ingresso e o preparo das mulheres para a presença oficial nas situações de combate e guerra, haja vista que a história já demonstrou que este grupo é envolvido de forma evidente em contexto de exceção.

Ao longo das reflexões partilhadas na presente construção buscamos ressaltar nosso entendimento sobre o Serviço Militar Obrigatório, compreendendo esta atividade para além do campo restrito da Política Nacional de Defesa. Intentamos relacionar esta ação, como uma política pública voltada para a juventude que vem cumprindo historicamente no Brasil, o papel de proteção e que, em alguma medida, se constitui como instrumento educativo e difusor de sociabilidade.

Destacamos que as ações acima aludidas inscritas indiretamente, na atividade do Serviço Militar Obrigatório, repercutem sobremaneira junto aos adolescentes pobres, no entanto é essencial reafirmar que não defendemos a construção da proteção social para este grupo pela via da militarização.

Consideramos a extrema necessidade de que estes jovens gozem dos mesmos direitos garantidos constitucionalmente para todos os cidadãos e cidadãs, sem distinção, porém não podemos deixar de ressaltar, a contribuição que a prestação do serviço militar refere para a trajetória de milhares de jovens no Brasil atuando, como locus protetivo ressaltado pela segurança de renda e acolhida objetivada como primeira atividade de trabalho formal e remunerada. O nó desta ação se encontra, a nosso ver, exatamente na saída.

Para o enfrentamento da questão posta, compreendemos ser oportuno relacionar o debate sobre gestão social. Como uma questão ainda a ser refletida no século XXI, Maria do Carmo Brant Carvalho ressaltava acerca do tema que:

A Gestão Social funda-se na concepção de um Estado Social de Direito e, portanto, comprometido com a cidadania de todos os cidadãos de uma nação. Ancora-se em princípios constitucionais que dão forma e conteúdo às políticas, programas e aos serviços públicos. Reconhece no Estado a autoridade reguladora das ações públicas. (CARVALHO, 2012, p.42)

Para além da conceituação acima disposta, a autora discorre sobre as alterações no âmbito da Sociedade e do Estado, em meio ao que se poderia considerar como pós welfare state objetivado, por um Estado menos executor e mais indutor, articulador e agregador (CARVALHO, 2012, p.44).

Neste contexto, refletir sobre o mote do Serviço Militar Obrigatório e, particularmente, sobre a permanência e, sobretudo, a saída dos jovens desta ação demanda não apenas pensar o campo estrito da Política Nacional de Defesa, mas como esta referenciada a um público específico, requer a articulação de políticas sociais setoriais como a política de educação, assistência social, emprego, trabalho e renda, entre outras.

Para isto, se faz necessário um olhar ampliado tanto pelos órgãos gestores da ação, sobretudo, pelo Ministério da Defesa para a efetivação de pactuações, com os demais ministérios gestores das políticas sociais setoriais, que estejam na retaguarda da ação militar, acolhendo em especial, as demandas postas aos jovens egressos do Serviço Militar Obrigatório.

A nosso ver é extremamente delicado que um jovem que vivenciou um processo de suporte e segurança de renda e de acolhida em uma ação pública, se desvincule desta, sem perspectivas e/ou sem suporte para o enfrentamento dos desafios postos a esta faixa etária da vida relacionada, de forma evidente, a elaboração de projetos pessoais e pela relação com o âmbito do trabalho.

Outro e essencial desafio que se expressa neste horizonte, se refere à execução das ações inscritas no Serviço Militar Obrigatório. É de extrema necessidade que os profissionais que operam esta atividade consigam desenvolver articulação regional e local, com os executores das políticas sociais setoriais, para atuar de forma articulada e intersetorial, em especial, no momento em que o jovem passa a se constituir como soldado egresso das Forças Armadas.

Esta articulação possibilitaria assim, que o respaldo protetivo a que esteve submetido, quando da inclusão nas diversas organizações militares das Forças Armadas, se perpetue e se estenda para a família do jovem, por meio do investimento da aproximação local, através das políticas públicas setoriais e das instituições da sociedade civil. Investindo neste movimento, a gestão social pública estaria direcionada para a prevenção aos inúmeros processos de vulnerabilidade a que os jovens, sobretudo, pobres e negros estão submetidos.

A gestão da política pública é chamada a imprimir sistemas abertos de coordenação e conduzir ações articuladas em redes mult institucionais e intersetoriais com vistas a mobilizar vontades, induzir, pactuar e fazer acontecer processos e ações de maior densidade e maior impacto na vida do cidadão. (CARVALHO, 2012 p.48).

Destaca-se como desafio neste contexto compreender a particularidade das ações nas quais se inscrevem Serviço Militar Obrigatório em sua esfera específica, mas transcendê-la ao longo deste cumprimento, mobilizando recursos junto aos demais programas e políticas públicas regionais e locais, mas tendo por intencionalidade o suporte a este jovem no momento em que se desvincula das Forças Armadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pensar o âmbito da proteção em uma atividade oficialmente considerada obrigatória? Este questionamento pode estar ecoando para muitos que leem o texto que aqui partilhamos e, em muitos momentos, também se colocou presente nas reflexões das autoras que aqui se destacam. O que talvez não tenha ficado suficientemente claro, e que agora desejamos demarcar, é que o Serviço Militar oficialmente destacado como obrigatório tem se colocado na trajetória de milhares de jovens no Brasil como um anseio.

As motivações conforme buscamos destacar acima referem desde as alterações no mundo do trabalho, até o contexto social, político e econômico vivenciado no momento presente no cenário global e particularmente no Brasil, que faz da juventude o grupo prioritariamente rebatido pelo desemprego e/ou por seus reflexos.

Acresce-se a este processo, a ausência e/ou limitação do alcance, de políticas públicas que destaquem o jovem como público-alvo prioritário e que dentre estes, se revele para o perfil daqueles mais vulnerabilizados rebatidos ademais pelos processos de preconceito e

vitimização letal.

É neste contexto que compreendemos o Serviço Militar Obrigatório, como ação para além da busca pela defesa e soberania nacional. Em nossa experiência cotidiana esta atividade se destaca, junto aos jovens envolvidos, como uma política pública exclusivamente elaborada, gerida e executada pelo Estado brasileiro, com previsão orçamentária e procedimentos operativos cumpridos de forma programática, procedimentos estes, que ficam a desejar em diversos outros programas e projetos relacionados às políticas sociais setoriais.

Não visamos demarcar a instância militar como a política pública para a juventude brasileira, mas ressaltar que, este âmbito cumpre historicamente um papel junto a este público que merece ser acrescido e fortalecido pelas ações dos demais setores como educação, cultura, esporte e lazer, assistência social, saúde, trabalho, renda, etc. Esta articulação é condição iminente para a proteção social que aqui aludimos.

Como desafio a ser enfrentado ressaltamos tanto a articulação em nível gerencial, quanto o domínio e a apropriação da interlocução por meio da intersetorialidade e da interdisciplinariedade pelos profissionais que executam esta ação no âmbito das Forças Armadas, que junto às demais políticas sociais, em especial nas esferas locais e regionais, podem fortalecer o contexto territorial e cultural vivenciado pelos jovens.

Como citar este artigo: ALCHORNE, Sindely Chahim de Avellar; CELESTINO, Sabrina; SOARES, Liliane Freichos Godoy. Forças armadas e serviço militar obrigatório: considerações sobre a gestão de uma política pública para a juventude no Brasil. **Rev. Silva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 142-164, jul.-dez. 2019.

REFERÊNCIA

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Desigualdade social da reestruturação capitalista:** um balanço da “década neoliberal” no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, v.7 n. 2.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **O menor e a ideologia de segurança nacional.** Belo Horizonte: Veja-Novo Espaço, 1985.

BENTO, Cláudio Moreira. **Serviço Militar Obrigatório no Brasil. Sua implementação através do 1º Sorteio Militar.** A Defesa Nacional, n. 729, p. 120-130, jan/fev. 1987. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/SERV1%C3%87O%20MILITAR%20OBRIGAT%C3%93RIO%20NO%20BRASIL%202.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL. Decreto-lei 1.187 de 1939. **Dispõe sobre o Serviço Militar.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1187-4-abril-1939-349238-publicacaooriginal-72193-pe.html>. Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL. Decreto-lei 7.343 de 1945. **Aprova novas disposições sobre o serviço militar e dá outras providências.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7343-26-fevereiro-1945-416340-retificacao-61908-pe.html>. Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, 2012b. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Lei 1.860 de 1908. **Regula o alistamento e o sorteio militar e reorganiza o Exército.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1860-4-janeiro-1908-580934-publicacaooriginal-103780-pl.html>. Acesso em: 21 abril 2018.

BRASIL. **Lei 4.375 de 1964.** Lei do Serviço Militar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4375.htm. Acesso em: 21 de abril de 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Mobilização nacional. Serviço Militar.** Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/mobilizacao-nacional/servico-militar/etapas>. Acesso em: 21 abr. 2018.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Gestão Social e Políticas Públicas:** uma questão ainda em debate no Século XXI. In: JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; et al (orgs). Gestão social: mobilizações e conexões. São Paulo: LTC Editora, 2012. Coleção Enapegs, vol. VI. p.42-56. Disponível em: <http://www.pucsp.br/cedepe/download/enapeg13-18-012-13.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2018.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Mercado de Trabalho. In: **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**. Carta de conjuntura n. 31. Ipea: Brasília, 2016. p.31-42. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/170324_carta_de_conjuntura_31.pdf. Acesso em: 21 abr. 2018.

CASTRO, Celso. Lei do Sorteio Militar. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LETTMAN-WETMAN, Fernando (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LEI%20DO%20SORTEIO%20MILITAR.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2018.

FOUCALT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 36 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução Dante e Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa das origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

MOTA, Ana Elisabete. **A Nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007. V.1

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Publisher, 2000.

PORTAL DA JUVENTUDE. **Programas da juventude.** <http://juventude.gov.br/juventude/programas?npage=1>. Acesso em: 20 abr. 2018.

RIZZINI, Irene. **O século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene; CELESTINO, Sabrina. **A cultura da institucionalização e a intensificação das práticas de confinamento de crianças e adolescentes sob a égide da FUNABEM.** In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). História social da infância no Brasil. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p.229-249.

QUIROGA, Consuelo. **O (não) trabalho:** identidade juvenil construída pelo avesso? Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. v.7.

DESENVOLVIMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DO GOVERNO MILITAR

ANA CAROLINA DE SOUZA PEREIRA¹
DRIELLE CRITINA DA CRUZ SOUZA AFONSO²
YOHANN BEER FURTADO³
DANIEL DA SILVA VARGAS⁴

RESUMO

Apresenta o posicionamento do Brasil em relação às políticas referentes à Ciência e Tecnologia (C&T). Descreve em uma análise cronológica a atuação do Brasil sobre as políticas de C&T e de Propriedade Intelectual desde a vinda da família Real até o governo da Presidente Dilma Rousseff. Aborda com maior relevância o fomento e o desenvolvimento de medidas voltadas para o progresso tecnológico e científico durante o Governo Militar. Aponta as estratégias adotadas pelos governos militares para tornar, nesse período, o País a maior potência sobre o desenvolvimento de C&T na América Latina. Conclui que frente à instabilidade econômica, política e social atual é relevante estruturar uma política concisa em investimentos para C&T, de forma a tornar o Brasil um país realmente competitivo internacionalmente.

Palavras-Chaves: Ciência. Tecnologia. Governo Militar. Políticas de desenvolvimento.

ABSTRACT

It presents Brazil's position regarding policies related to Science and Technology (S&T). It describes a chronological analysis of Brazil's actions on S&T and Intellectual Property policies since the arrival of the Royal Family up to President Dilma Rousseff's government. It handles, with greater relevance, the promotion and development of measures aimed at technological and scientific progress during the Military Government. It points out the strategies adopted by the military governments to make Brazil, in that period, the greatest power over the development

1. Mestre em Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Atualmente trabalha no Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), Instituição de Ensino do Exército Brasileiro.
2. Especialista em Gestão de Projetos pela Universidade Candido Mendes. Atualmente trabalha no Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), Instituição de Ensino do Exército Brasileiro.
3. Especialista em Administração Pública pela Universidade Candido Mendes. Atualmente trabalha no Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), Instituição de Ensino do Exército Brasileiro.
4. Mestrando em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente trabalha no Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), Instituição de Ensino do Exército Brasileiro.

of S & T in Latin America. It concludes that in the face of current economic, political and social instability, it is important to structure a concise policy on S&T investments, in order to make Brazil a truly competitive country internationally.

Keywords: Science. Technology. Military Regime. Development policies.

INTRODUÇÃO

Ao destituir as barreiras econômicas, a globalização ocasionou uma internacionalização do capital quando, tornando-o mais intenso e generalizado, conseguiu uma maior flexibilidade sobre as barreiras comerciais e sociais de diversos países.

O quadro que se estabelece com a globalização é uma nova configuração mundial de mercado, de fluxos de capitais e de necessidade de aprimoramento de políticas públicas para que haja um ajuste global relacionado a diferentes temas. “Em tempos de globalização é evidente, no mundo todo, que o poder de compra do Estado tem um papel determinante nas áreas nas quais as necessidades sociais são marcadas por intervenções públicas” (CHAIMOVICH, 2000).

Por esse motivo os países que esperam pleitear um espaço no cenário internacional precisam atentar para a necessidade de colocar à luz uma estratégia concisa e ordenada de investimentos em Pesquisa, Ciência e Tecnologia e também sobre a defesa dos ativos de Propriedade Intelectual.

Nesse aspecto, apesar de historicamente ser um país pioneiro na assinatura de tratados internacionais referentes à Propriedade Intelectual (CARVALHO, 2009), o Brasil em diferentes períodos históricos não manteve as políticas relacionadas a esse assunto como questão estratégica para seu desenvolvimento internacional.

De acordo com Mujalli (1997), desde meados do século XIX até o ano de 1945, observou-se uma enxurrada de legislações sobre patentes, marcas e também sobre concorrência desleal.

É nesse contexto que o presente texto abordará um momento específico da história do Brasil relacionado aos investimentos no segmento de Ciência e Tecnologia como forma de apresentar as possíveis contribuições do Governo Militar, visando estabelecer um cenário do que foi realizado no país para que os investimentos em C&T prosperassem de forma a auxiliar no posicionamento estratégico do Brasil, bem como no desenvolvimento social.

Sendo assim, para uma abordagem sistemática, se faz necessária a abordagem mais detalhada do período do Governo Militar, destacando que, a princípio, houve, nesse período,

uma maior preocupação por parte do governo na elaboração de políticas de incentivo à Pesquisa, Ciência e Tecnologia, porém, ressalta que no campo do desenvolvimento das ciências os estraves também foram encontrados devido à natureza do governo em questão.

Por fim, conclui que, apesar de consideráveis avanços, o Brasil não tornou os investimentos em C&T em fonte primária para o desenvolvimento do País e para conseguir um lugar estratégico internacionalmente.

A abordagem será baseada em análise de informações colhidas através de pesquisa bibliográfica e documental, como forma de avaliar a importância dos mecanismos desenvolvidos durante o Governo Militar para o desenvolvimento das atividades direcionadas a Ciência e Tecnologia do Brasil, ou seja, conforme defendido por Silva (2005, p. 20-21), é um modelo de pesquisa qualitativa e descritiva.

O referencial teórico será pautado em pesquisa bibliográfica que, segundo Vergara (2005, p. 48), abrange material publicado prioritariamente em livros, revistas e artigos mais relevantes e pertinentes ao tema abordado, isto é, um material mais acessível ao público em geral.

Quanto aos fins, a abordagem será baseada em análise de natureza descritiva e qualitativa, onde não há a interferência dos autores, já que nesse tipo de pesquisa, segundo Vergara (2000, p.47), são expostas as características de determinada população ou fenômeno, preocupando-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados e estabelecendo correlações entre variáveis e definições de sua natureza. Os autores colocam também que a pesquisa não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descrevem, embora sirva de base para uma possível explicação.

1. BRASIL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

De acordo com o ensaio de Lemos e Cário (2013), o desenvolvimento de Ciência e Tecnologia do Brasil passou por diferentes períodos, que são denominados de “ondas”.

A “primeira onda”, foi iniciada em 1808 com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil. As instituições criadas tinham caráter técnico científico, são elas: Cirurgia e Anatomia em Salvador (atualmente Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro), a Academia da Guarda Marinha, no Rio de Janeiro e o Real Horto

(conhecido Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro) . Já em 1810 foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) (MARTINS, 2002, p.4).

Já a “segunda onda” pode ser identificada entre os anos de 1870 e 1900, com a criação de alguns museus e instituições voltadas para o desenvolvimento de pesquisas, como a Escola livre de farmácia e de odontologia, o Butantan e Manguinhos.

Uma “terceira onda” pode ser verificada entre os anos de 1920 a 1934 quando aconteceram as primeiras iniciativas para a criação de universidades e o fortalecimento dos profissionais liberais que reivindicavam um papel na modernização da sociedade. É importante salientar que as instituições criadas no Brasil no regime monárquico e que foram ampliadas nos governos republicanos, marcaram o nascimento da ciência brasileira e o nascimento da pesquisa tecnológica no país (LEMOS; CÁRIO, 2013, p.3).

Após a Segunda Guerra Mundial houve o período denominado de “quarta onda”, no qual existiu um esforço de diversos grupos para ampliar a pesquisa científica e expandir o papel da mesma para o desenvolvimento do país. É nesse momento que existe a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), do Centro Tecnológico de Aeronáutica (CTA), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ainda no contexto relativo às Grandes Guerras Mundiais, segundo Longo e Moreira (2012, p. 3), apesar do envolvimento estreito delineado entre Ciência e Tecnologia durante a I Guerra Mundial, foi somente durante a II Guerra Mundial que houve uma mobilização abrangente e permanente dos meios tecnológicos não somente para o desenvolvimento do poder de ataque ou defesa durante um confronto, mas também como fator relevante no fortalecimento do poder político e econômico a nível mundial, mesmo após o fim dos grandes conflitos.

Palaez e colaboradores (2017, p. 789) afirmam que as políticas de C&T foram inseridas explicitamente na agenda do Governo Federal a partir de 1950, baseada em um modelo que privilegiava as substituições de importações, principalmente relacionadas a tecnologia de uso estratégico.

No entanto, substancial sistematização do sistema de Ciência e Tecnologia brasileiro foi realizada mais efetivamente durante o Governo Militar, o que configura a “quinta onda” de criação de instituições, destacando a criação dos centros de pesquisa das empresas estatais, como o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES) da Petrobrás (1963), a Embraer (1969) e a Embrapa (1973). “Neste

período também foram criadas instituições e fundos de financiamento para C&T, instituições coordenadoras da política científica e tecnológica, e planos de desenvolvimento científico e tecnológico” (LEMOS; CÁRIO, 2013).

Seguindo a lógica do trecho acima, Schwartzman et al (1995) corrobora que a maior parte do Sistema de Ciência e Tecnologia (C&T) brasileiro foi criado entre o Governo Militar (1964) e a estruturação da nova república (1990).

Nesse interim foi criado, em 1970, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, que até a atualidade é o órgão responsável por debater e regular as questões que abarcam o direito da Propriedade Intelectual (PI) e que tinha como objetivo dinamizar o direito industrial do Brasil.

Nesse contexto de protagonismo do Governo Militar, muito se discute sobre as políticas em si e os efeitos dos mecanismos no processo de inovação do país, esquecendo-se, por exemplo, de analisar seu contexto histórico, os atores envolvidos ou os mecanismos que proporcionam ou impedem a sua efetiva implementação.

Estabelecido isso, a próxima seção apontará as medidas implementadas durante o Governo Militar, tentando, quando possível, estabelecer um relacionamento das motivações dos militares para priorizarem a Ciência e Tecnologia como estratégia governamental.

2. GOVERNO MILITAR: AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

Alguns autores como Schwartzman et al, 1995; Suzigan, 2011; Albuquerque, 2011 defenderam que o maior desenvolvimento de Ciência e Tecnologia – e consequentemente estudos sobre a Propriedade Intelectual – ocorreu durante o governo dos militares, no período de 1964 a 1985.

Com objetivo de contextualização, o período entre os anos 1950 e 1970, segundo Pelaez e Colaboradores (2017, p. 792), com a Criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (Capes), no ano de 1951, marcou a construção de um aparato de pesquisa e ensino, destacando que somente a partir de 1960 essas agências foram adquirindo destaque e importância no cenário nacional, uma vez que a capacitação científica e tecnológica estava alinhada à agenda política do Governo Militar, que baseava-se na Doutrina de “Segurança e Desenvolvimento”.

Em 1968, o Governo Federal promulgou o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), tornando a C&T objeto de políticas públicas. Nesse mesmo ano o Congresso Nacional aprovou a Lei de Reforma Universitária que instituiu o modelo norte-americano de ensino superior com ênfase nas atividades de pesquisa e pós-graduação e a exigência de dedicação integral dos docentes universitários (Longo e Derenusson, 2009).

Contudo, é necessário destacar que o ensino básico não acompanhou o progresso pretendido no ensino superior, via expansão das universidades públicas, e que apesar de o índice de analfabetismo ter sido reduzido quase pela metade e o índice de escolarização ter dobrado, no período em questão, tais índices mantiveram-se bastante elevados nas décadas seguintes.

Apesar de os valores investidos oscilarem durante todo o período militar, a atenção dispensada ao assunto foi suficiente para que Brasil configurasse um sistema de C&T que era, à época, o maior da América Latina.

Nos últimos 25 anos, o Brasil desenvolveu o maior sistema de C&T da América Latina, um dos mais significativos entre os países semi-industrializados. Há cerca de 15 mil cientistas e pesquisadores ativos no país, e cerca de mil programas de pós-graduação cobrindo a maioria das áreas do conhecimento (SCHWARTZMAN. et al, 1995).⁵

Mesmo apresentando políticas econômicas similares, os governos militares desenvolveram diferentemente os assuntos relacionados a Ciência e Tecnologia. (MOTOYAMA, 2004).

O primeiro governo do período militar, com o presidente Castelo Branco (1964 a 1967), iniciou um processo de fortalecimento das instituições promotoras de C&T no país. Criou-se dentro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) um fundo relacionado diretamente ao financiamento para a promoção da pesquisa, o chamado Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNTEC), com o objetivo de auxiliar na promoção de capacitação contínua do capital intelectual do país, fornecendo mão de obra especializada para as empresas.

Apenas contextualizando, os norte-americanos, no período pós Segunda Guerra Mundial, adotaram uma estratégia similar quando Lieberman (1999, p. 13) destaca que 58% dos pesquisadores em Química e 43% dos estudiosos em física agraciados com um prêmio Nobel

5. Este dado depende da definição do que seja um "pesquisador". O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) registrou 52.863 pesquisadores em 1985, para uma população de cerca de 3,5 milhões de pessoas com diploma de nível superior. Deste, somente 21.7%, ou cerca de 11 mil, tinham doutorados completos. O censo educacional de 1991 indicava a existência de 147 mil professores universitários no Brasil, 18 mil dos quais, ou 12%, com doutorado, nem todos, evidentemente, envolvidos em pesquisa. Esse número de cerca de 15 mil é também consistente com o número de projetos de pesquisa apresentados ao CNPq e FAPESP por ano (Brisolla, 1993, Martins e Queiroz, 1987; Schwartzman e Balbachevsky, 1992). Quanto aos cursos de pós-graduação, a contagem varia se consideramos as habilitações oferecidas ou o número de cursos propriamente ditos (SCHWARTZMAN. et al, 1995).

foram financiados pelo Pentágono na metade final do século passado, destacando que isso reflete a relevância marcante da pesquisa em defesa como um motor para avanços nacionais em tecnologia e do papel fundamental do governo para dar base a esse desenvolvimento.

Porém, na contramão da nacionalização do aparato científico-tecnológico, nesse mesmo governo, o plano de ação econômica defendia o uso de tecnologias provenientes do exterior para que não houvesse um dispêndio de dinheiro com o desenvolvimento de tecnologia própria. (LEMONS, CÁRIO, 2013).

Discorrendo sobre o fato Mello (1972, p. 4) afirma que:

Isto trouxe como consequência um retardo no desenvolvimento da ciência pura que é o suporte normal da pesquisa tecnológica aplicada, pois os investimentos dessa pesquisa se pagam, em parte, pela utilização dos resultados dentro do país. Se no resultado são importados e introduzidos produtos de acordo com as empresas estrangeiras aqui estabelecidas, cria-se um vácuo entre a pesquisa pura e a aplicada e esta não pode servir de suporte econômico para aquela. Como solução seria passar o mais depressa possível à substituição das importações de tecnologia. (MELLO, 1972, p. 4).

Já no governo do General Costa e Silva (1967 a 1969), segundo presidente do Governo Militar, as ações relativas aos investimentos em C&T foram incorporadas ao discurso governamental e, com a elaboração do Programa Estratégico do Desenvolvimento (PED), a atividade de pesquisa estava atrelada ao conceito de desenvolvimento.

Uma das ações estratégicas desse governo, em direção a um aporte financeiro na atividade de C&T, foi a criação da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), em 1967. A FINEP tinha como objetivo fomentar a atividade através da parceria governamental com empresas, institutos e centros de pesquisa.

Outra instituição que merece destaque e que foi criada nesse período, em 1969, foi o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que tinha como principal função financiar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades de C&T.

Lembrando ainda que foi no governo de Costa e Silva que iniciaram-se as tratativas com a Alemanha Ocidental para a assinatura de diversos tratados científicos tecnológicos, principalmente os da área nuclear, fato que possibilitou um realinhamento, uma vez que criava novas possibilidades diplomáticas além da já tradicional estabelecida com os Estados Unidos.

No governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974) houve a criação do

Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), com a finalidade de fortalecer as empresas nacionais para competir em diversas áreas, inclusive a de alta tecnologia agregada. “O I PND enfatizou a aceleração e a orientação da transferência de tecnologia, associada ao forte componente de elaboração tecnológica própria” (SANTOS, 2001).

Pensando ainda nesse contexto, pode-se destacar o papel do I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), que trazia à luz a política científica e tecnológica do país, priorizando o fortalecimento da capacidade de criação e de absorção das novas tecnologias pelas empresas nacionais, de consolidação do posicionamento da área governamental, de consolidação do desenvolvimento científico tecnológico e da impulsão da relação entre Indústria-Pesquisa-Universidade.

Mais adiante, no governo de Ernesto Geisel (1974 a 1979), foi lançado o II PND, com o intuito de dar prosseguimento ao desenvolvimento alcançado no governo anterior.

Esse plano, além de impulsionar as atividades relacionadas a C&T, teve como finalidade atentar para a importância do aperfeiçoamento da mão de obra disponível no país para que os resultados esperados pudessem ser alcançados.

Lembrando que, segundo Carpes (2006, p. 71), Ernesto Geisel priorizou a agenda nuclear como forma de reforçar a Soberania Nacional e adotou uma política, tanto interna quanto externa, baseada no incremento da pesquisa científica com a finalidade de excelência tecnológica, desenvolvendo dessa forma, mesmo que de maneira indireta, o parque de Energia do país.

Nesse contexto, Resende (2005, p. 10) afirma que ocorreram nos anos de governo Geisel os maiores gastos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). De 1974 a 1978 foram gastos entre 400 (1974) e 800 (1978) milhões de reais. De 1979 até 1999 os investimentos foram diminuindo de forma progressiva retornando a 100 milhões de reais gastos em 1999, mesmo valor gasto em 1970.

Finalmente, no último governo militar, o do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979 a 1985), seguindo seus antecessores, lançou o III PND. Porém, nesse plano apenas uma página era dedicada a C&T e, diferentemente do que foi realizado nos governos anteriores, o III PND apenas regulava normas gerais para empresas públicas e privadas, sem estabelecer a participação do governo como incentivador desse tipo de atividade, o que proporcionou uma redução nos investimentos para a área em questão.

Segundo o defendido por Schwartzman (1995), três aspectos foram altamente importantes para que a C&T tivesse um papel de destaque durante esse período, a saber:

- a preocupação de algumas autoridades civis e militares com a necessidade de se criar capacitação em C&T no país, como parte de um projeto maior de desenvolvimento e auto-suficiência nacional;
- o apoio que esta política recebeu da comunidade científica, apesar dos conflitos já abertos com o Governo Militar; e
- a expansão econômica, que alcançava taxas de crescimento entre 7 a 10 por cento ao ano.

Vale ressaltar ainda que o autor aponta mais dois aspectos facilitadores para tal mobilização, são eles:

- a melhoria da capacidade do governo de implementar políticas através do estabelecimento de agências pequenas e independentes da burocracia federal; e
- a base de arrecadação fiscal em expansão.

Ainda, seguindo o raciocínio de expansão durante o Governo Militar, o autor citado acima diz que existiram diversas iniciativas para aumentar a importância dos investimentos em C&T, sendo algumas delas:

- a reforma universitária de 1968;
- a vinculação da Ciência e Tecnologia à esfera federal, possibilitando um maior fluxo de recursos financeiros;
- a instalação de alguns centro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de grande porte, como a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE), que tinha como finalidade formar profissionais pós-graduados em engenharia e ciências;
- o início de vários programas de pesquisa militar, como o programa espacial;
- a criação de Centros de P&D em empresas públicas, que não só eram responsáveis por realizar pesquisa na fronteira tecnológica como também desenvolver padrões de fabricação para que fossem realizadas transferências de tecnologia para seus fornecedores; e
- o fortalecimento da EMBRAPA.

Porém, existem algumas ressalvas a serem realizadas por parte de alguns autores, entre eles Montoyama (2014), que atentam para o enorme endividamento externo proporcionado

elos governos militares, a falta de articulação entre a política de Ciência e Tecnologia e a política econômica – apesar dos planos estabelecidos em quase todos os mandatos do período – e a pouca valorização das atividades científicas por parte da população daquela época.

Seguindo a mesma abordagem, Pelaez e colaboradores (2017, p.793) afirmam que mesmo essas décadas, sendo marcadas pelas iniciativas de criação de elementos fundamentais para a construção de um sistema nacional de inovação, efetivo em Ciência e Tecnologia, as iniciativas não atuavam de forma integrada, associando-se a isso ausência de mecanismos de coordenação e uma concepção dominante do modelo linear de inovação, tendo como características o aprisionamento institucional para a implementação de um modelo sistêmico voltado à criação de um aparato produtivo inovador e competitivo. “Nesse contexto, as políticas industriais e de C&T não tiveram um efeito de complementaridade, tendo sido desenvolvidas em paralelo. Isso impediu a criação de efeitos sinérgicos essenciais à constituição de uma indústria nacional competitiva em nível internacional” (PELAEZ et al, 2017, p. 793).

Outros autores, como Maia (2011), defendem que muitas das iniciativas adotadas pelos governos militares no campo de incentivo ao desenvolvimento de C&T foram uma tentativa de conter a sangria que ocorreu com a perda de pesquisadores e cientistas que não compactuavam com as ideias propagadas durante o período em questão.

No entanto, apesar de ser um período controverso da história do Brasil, o Governo Militar ofereceu outro patamar para as questões relacionadas à Ciência e ao desenvolvimento tecnológico do país e os governos militares criaram diferentes mecanismos que continuam atuantes até a atualidade e, por essa razão, beneficiaram o Estado rumo a discussões mais profundas sobre a temática de C&T.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A turbulência econômica mundial é, hoje, um quadro de fácil constatação, mesmo em rápida consulta a qualquer fonte de informação correta e que se preocupe em retratar a realidade, afetando diretamente as políticas públicas relativas a diferentes aspectos.

Com base nessa realidade, a Ciência e Tecnologia são mais importantes do que nunca, pois, se atentarmos para os benefícios gerados para o país com um debate maior e um investimento mais intensivo na atividade, a realidade pode ser guiada para um cenário internacional competitivo, transformando assim a realidade interna da população.

Se o Brasil pretende elevar o padrão de vida da população, consolidar uma economia moderna e participar com plenitude em um mundo cada vez mais globalizado, a economia precisa se modernizar e se ajustar a um ambiente internacionalmente competitivo. A educação precisa ser ampliada e aprimorada em todos os níveis. À medida em que a economia crescer e novas tecnologias forem introduzidas, novos desafios irão emergir na produção e no uso de energia, no controle do meio ambiente, na saúde pública e na administração de grandes conglomerados urbanos. Mudanças também vão ocorrer na composição da força de trabalho. Uma forte capacitação nacional será necessária para que o país possa participar, em condições de igualdade, das negociações internacionais que podem ter consequências econômicas e sociais importantes para o Brasil (SCHWARTZMAN. et al, 1995).

Apesar de existirem diversas pesquisas, tais como os artigos citados neste estudo, apontando em direção do que foi defendido no trecho acima, o Brasil ainda está em busca de um caminho para tornar o uso de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Propriedade Intelectual uma ferramenta para buscar a excelência do País.

Essa assertiva é comprovada analisando a entrevista concedida pelo então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Celso Pansera, no dia 25 de janeiro de 2016, quando diz:

Já encomendamos um trabalho com diversos pesquisadores para formatar um sistema para medir a eficiência do que é investido em ciência e tecnologia no Brasil, qual o resultado, o que de fato é produzido e tem impacto na vida das pessoas. Há padrões internacionais, vamos adaptá-los a nossa realidade. Quanto mais eficiente, mais recursos (VILELA, 2016).

Desta forma, comprovamos que, após tantas medidas e tantos anos de debate e períodos de crescentes investimentos e regulações em diferentes períodos históricos, o Brasil ainda não conseguiu encontrar o caminho necessário para tornar eficaz o sistema de C&T e por essa razão não consegue desenvolver projetos estratégicos para a sociedade e para o posicionamento internacional do país. É necessária a atenção do governo em tão importante área, pois seu fomento é essencial para o desenvolvimento de um sistema efetivo e eficaz, capaz de gerar mudanças positivas permanentes para a nação e para seu povo.

Como citar este artigo: PEREIRA, Ana Carolina de Souza; AFONSO, Drielle Cristina da Cruz Souza; FURTADO, Yohann Beer; VARGAS, Daniel da Silva. Desenvolvimento de ciência e tecnologia no Brasil: a importância do governo militar. Rev. Silva, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 165-178, jul.-dez. 2019.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, J. Inovação terá ênfase no governo Dilma Rouseff. **Amcham Brasil, inovação e strat up**, 13 dez 2010. Disponível em: <http://www.amcham.com.br/inovacao/noticias/inovacao-tera-enfase-no-governo-dilma-rousseff>. Acesso em: 19 jan. 2017.

ARDISSONE, C. M. P. A. **Ideias, instituições e lideranças na política brasileira de propriedade intelectual: uma abordagem comparada dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luz Inácio Lula da Silva (1995-2010)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CARPES, M. M.; Fernandes, L. M. **A política nuclear brasileira no contexto das relações internacionais contemporâneas**. Rio de Janeiro, 2006. 165p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CHAIMOVICH, H. **Brasil, ciência, tecnologia: alguns dilemas e desafios**. *Estudos avançados*, v. 14, n. 40, p. 134-143, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300014. Acesso em: 15 jan. 2017.

FURTADO, L. R. **Sistema De Propriedade Industrial No Direito Brasileiro**: comentários a nova legislação sobre marcas e patentes, Lei 7.279, de 14 de maio de 1996. Brasília: Brasília Jurídica, 1996

LE MOS, D. C.; CÁRIO, S. A. F. **A evolução das políticas de ciência e tecnologia no Brasil e a incorporação da inovação**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL LALICS. SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO E POLÍTICAS DE CTI PARA UM DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, 2013, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: RedeSiste IE/UFRJ, 2013.

LONGO, Waldimir; DERENUSSON, Maria S. FNDCT, 40 anos. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 8, n. 2, p. 515-533, 2009.

MAIA, E. S. **Algumas Iniciativas da Ditadura Militar Brasileira em Relação à Ciência e Tecnologia: os mecanismos usados nos anos de autoritarismo.** In: 26. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1345059357_ARQUIVO_TextoCompletoSNHCT-12EliasMaia.pdf. Acesso em: 17 Jan. 2017.

MARTINS, A. C. P. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais.** Acta Cir. Bras., São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 nov. 2019.

MOTOYAMA, S. (Org.). **Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2004.

MUJALLI, Walter Brasil. **A propriedade industrial nova lei de patentes.** Brasília: De Direito, 1997.

PELAEZ, V; INVERNIZZI, N; FUCK, M. P; BAGATOLLI, C.; OLIVEIRA, M. R. **A volatilidade da agenda de políticas de C&T no Brasil.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, n. 51, vol. 5, p. 788-809, set./out. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v51n5/1982-3134-rap-51-05-788.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2017.

REZENDE, S. M. **Evolução da Política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e dos seus instrumentos de apoio.** In: 3. CONFERÊNCIA NACIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, 2005, Brasília. Anais [...]. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2006. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/cncti3/Semináriostemáticos/ÁreasdeInteresseNacional>. Acesso em: 20 jan. 2006

SANTOS, S. M. **Política nacional de ciência e tecnologia e seu reflexo sobre a capacitação tecnológica das empresas brasileiras.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v.22, n.1, p.161-186, 2001. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1991>. Acesso em: 19 Jan. 2017.

SCHWARTZMAN, S.; KRIEGER, E.; GALEMBECK, F.; GUIMARÃES, E. A.; BERTERO, C. O. **Ciência e tecnologia no Brasil:** uma nova política para um mundo global, In: SCHWARTZMAN, S. (Coord.). **Ciência e Tecnologia no Brasil: Política Industrial, Mercado de Trabalho e Instituições de Apoio.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995. p.1-59.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VILELA, F. **Brasil não consegue medir resultados de investimentos em ciência, diz ministro.** Agência Brasil, Rio de Janeiro, 25 Jan. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/brasil-nao-mede-resultados-de-investimentos-em-ciencia-e-tecnologia-diz>. Acesso em: 17 jan. 2017.